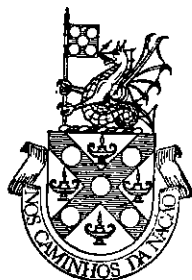


---

# NAÇÃO E DEFESA

---



*ANO XVII — N.º 62 — ABRIL-JUNHO DE 1992*  
*(Publicação Trimestral)*

---

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL—PORTUGAL

**DIRECTOR**

**General ABEL CABRAL COUTO**  
Director do Instituto da Defesa Nacional

*Comissão de redacção*

Presidente: Capitão-de-mar-e-guerra Artur Duarte de Carvalho Baptista dos Santos. Vogais: Professor Dr. Armando Marques Guedes, Dr. Victor Marques dos Santos, Capitão-de-mar-e-guerra António Abrantes Martins Godinho, Dra. Graça Maria Pomba, Dr. Carlos Eduardo de Medeiros Lino Gaspar. Secretário: Capitão João Sousa Presumido.

*Propriedade, Redacção e Administração*

**INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL**  
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

ISSN 0870-757X

Depósito Legal n.º 54 801/92

**CONDIÇÕES DE ASSINATURA**

Por número (num mínimo de quatro) .....	120\$00
Preço de venda avulso .....	150\$00

---

EDITORIAL	5
DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO AO CURSO DE DEFESA NACIONAL 1991-1992	9
<i>Aníbal António Cavaco Silva</i>	
MUNDO E EUROPA EM TRANSIÇÃO	27
<i>A. Franco Nogueira</i>	
A COMUNIDADE EURO-ATLÂNTICA: ELOS COMUNS NUM MUNDO EM DRAMÁTICA TRANSFORMAÇÃO	41
<i>Everett Ellis Briggs</i>	
NATO, ITS NEW STRATEGY, AND THE US-PORTUGUESE DEFENSE RELATIONSHIP	53
<i>Leon A. Edney</i>	
SEGURANÇA NO MUNDO, NA EUROPA E EM PORTUGAL	77
<i>Virgílio de Carvalho</i>	
THE ROLE OF WESTERN EUROPEAN UNION AND THE ARCHITECTURE OF EUROPEAN SECURITY	109
<i>Horst Holthoff</i>	
EVOLUTION OF THE POLITICAL AND STRATEGIC SITUATION IN THE NORTH PACIFIC	119
<i>Michael C. Williams</i>	
OS VALORES DA CIDADANIA	127
<i>Isabel Renaud</i>	
OS TRÊS RRR, AS NOVAS FUNÇÕES E O FUTURO DAS FORÇAS ARMADAS	141
<i>Nuno Mira Vaz</i>	
ACTIVIDADES PROMOVIDAS PELO IDN	159
A DEFESA NO MUNDO	167

---

**A DOCTRINA DOS ARTIGOS E DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES**

---



---

## EDITORIAL

---



1. Diz a Lei Fundamental que a defesa é direito e dever de todos os portugueses. Verifica-se que pouco se fala da faceta «direito», do seu significado filosófico, ético ou político e do «non sum dignus» que deverá estar associado a esse direito. Por outro lado, quando se questiona o «dever», fica-se muitas vezes na dúvida sobre se o que está em causa será também o seu objecto; ou antes a relação do cidadão com o objecto da defesa; ou se o problema respeita às formas, às modalidades ou ao âmbito de prestação desse dever. Frequentemente, as abordagens apresentam-se fragmentadas, com as perspectivas, isoladas, de quem contribui para a fixação das normas legais, ou dos seus destinatários (e, destes, apenas dos que têm oportunidade de falar nos grandes meios de comunicação social) ou daqueles que, tecnicamente, têm de dar cumprimento a essas normas.

Ora, em qualquer país e momento histórico, é inquestionável que a juventude apta e válida é um elemento fundamental da defesa desse país. Não há política de defesa nacional viável se não contar com a adesão e compreensão do grosso dessa juventude. Se tal sintonia se não verifica, ou a política está ajustada e o problema está, não na juventude mas na forma como foi e é educada, informada e esclarecida e na coerência dos comportamentos políticos dos responsáveis máximos, ou o problema está na política de defesa, que se afigura desajustada ou pelos objectivos que visa, ou pelos processos e métodos que escolhe, ou pelos meios a que recorre ou pela forma como os utiliza.

2. A Lei Fundamental diz ainda que «a actividade da defesa nacional cabe à comunidade nacional em geral e a cada cidadão em particular», o que significa que é uma matéria de cidadania.

*Esta está inevitavelmente associada a um sistema de valores. Uma questão de extrema importância diz respeito ao papel do sistema educativo em toda esta problemática.*

*Tendo em atenção que não escolher é, já de si, uma escolha, deve o sistema educativo promover valores? Quais? Por exemplo, deve-se ensinar o Hino e a História de Portugal? Em nome de quê? A Pátria é um valor? Onde e como é que se reflecte no sistema educativo português?*

*Por outro lado, sabido que a defesa se não reduz à defesa militar, onde e quando é que o sistema educativo procura habilitar todo o português a poder cumprir o seu dever, no âmbito da defesa? E segundo que conteúdo programático?*

*3. Como é recordado num filme recente, o Presidente Kennedy disse um dia mais ou menos o seguinte: «Não me perguntes o que o teu País tem feito por ti; interroga-te, antes, sobre o que tens feito pelo teu País.» É uma concepção que, na cidadania, privilegia a perspectiva do dever.*

*4. Eis algumas questões que, julgamos, deveriam preocupar todos os educadores e outros responsáveis, e que se consideram portuguesas de forma conscientemente assumida e vivida, e não por mera fatalidade geográfica.*



---

DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELÊNCIA  
O PRIMEIRO-MINISTRO AO CURSO  
DE DEFESA NACIONAL 1991-1992

---

*Aníbal António Cavaco Silva*



DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELENCIA  
O PRIMEIRO-MINISTRO AO CURSO  
DE DEFESA NACIONAL 1991-1992

---

Quero começar por saudar os Senhores Auditores do Instituto da Defesa Nacional, os Oficiais dos Cursos Superiores e os convidados aqui presentes. Devo exprimir a satisfação com que mais uma vez me associo à fase final do Curso de Defesa Nacional. Trata-se de uma realização cujo interesse tive ocasião de sublinhar em anteriores visitas, em especial o seu contributo para a consciencialização da opinião pública para as questões da defesa e da segurança nacionais.

O empenho manifestado pelos Senhores Auditores e o profícuo intercâmbio de ideias e de experiências que o Curso propicia, além de constituírem um investimento de valorização pessoal, terão sem dúvida incidências muito positivas no esforço de divulgação das matérias de defesa nacional junto da população portuguesa. Esta louvável iniciativa é, pois, um serviço de maior relevância prestado ao País pelo Instituto da Defesa Nacional, ao qual presto justa homenagem.

Debater seriamente e de forma sistemática a problemática de Defesa e Segurança do País é um exercício fundamental para fortalecer uma concepção adequada dos valores pátrios e dos interesses permanentes de uma Nação portadora de uma história de que justamente nos orgulhamos e firmemente apostada em ganhar os desafios do futuro.

Num mundo que passa por profundas e vertiginosas transformações, em que Portugal tem uma voz e é chamado a assumir novas e acrescidas responsabilidades, a concepção de Defesa e Segurança impõe mais do que nunca a necessidade de um amplo consenso nacional.

Esse consenso deve decorrer de uma reflexão aprofundada e de uma mobilização pedagógica, para as quais o Governo tem solicitado a participação activa de todos os sectores que têm em comum a aspiração ao desenvolvimento e à modernização do País, num quadro de liberdade, democracia e respeito pelo Estado de Direito.

Ocorre o final deste Curso de Defesa Nacional sete meses depois da repetição de uma maioria parlamentar indiscutível que tem permitido governar o País num clima de estabilidade política, condição basilar para o desenvolvimento nacional e o sucesso do processo de Integração Europeia.

É para mim claro que só a estabilidade política permite a execução sistemática de planos coerentes com as exigências da modernização do País. Nunca é demais avivar na memória nacional o elevado preço que Portugal teve de pagar, em atraso e em estagnação, durante a década pós-revolucionária em que o País parecia condenado a viver sob o signo de Governos efémeros e impulsos políticos de curto prazo e sem rumo certo.

A recuperação nacional dos últimos anos não foi um acidente nem obra do acaso. Foi fruto de um trabalho persistente e de políticas adequadas que possibilitaram a mobilização da vontade criativa dos portugueses e a restauração da confiança nacional.

E é tanto mais importante sublinhar esta evidência quanto as nossas respostas aos complexos desafios do presente e do futuro não se compadecem com relaxamento da vontade colectiva ou com quezílias estéreis em volta do acessório, que nos façam perder o sentido do que é essencial para a Nação Portuguesa, nesta parte final do século XX.

Os Portugueses têm hoje, como só tiveram em poucas épocas da nossa história, fortes razões de esperança. Ao apresentar o seu programa de acção, em Novembro de 1991, o XII Governo Constitucional procurou interpretar esse sentido de esperança, inequivocamente manifestado no acto eleitoral, e dar continuidade ao ciclo de desenvolvimento e de progresso encetado há meia dúzia de anos.

A anterior legislatura foi a legislatura da recuperação nacional e da concretização das reformas estruturais que há muitos anos vinham sendo proteladas. Queremos que a presente legislatura seja a legislatura da plena afirmação de Portugal como um País moderno e imune ao retrocesso.

O Governo tem trabalhado para tornar Portugal mais forte dentro das suas fronteiras antes da abolição total das fronteiras no grande espaço da Europa Comunitária de que fazemos parte.

Estamos perante um desafio verdadeiramente histórico: conseguir, em prazo relativamente curto, recuperar os atrasos e ultrapassar as debilidades estruturais que nos mantinham afastados do conjunto das nações mais desenvolvidas da Europa.

É condição necessária para ganhar esse desafio conseguir para o País um crescimento económico superior ao da média dos nossos parceiros comunitários.

A materialização deste objectivo estratégico mobiliza as melhores energias do Governo e implica a participação consciente de todas as forças criativas da sociedade portuguesa.

Estamos em plena batalha pelo desenvolvimento e modernização e as armas que temos de brandir hoje, num mundo cada vez mais interdependente, onde as barreiras cedem lugar a espaços integrados, são, a par das políticas adequadas, as armas do trabalho, da competitividade, da confiança, da eficácia, da vontade de vencer e do patriotismo.

Esse desígnio nacional que é colocarmos Portugal no pelotão da frente dos países da Comunidade Europeia reclama um espírito de renovação constante e de confiança nas possibilidades nacionais.

A situação actual da *economia* portuguesa é, antes de mais, o resultado de uma estratégia simples e clara que, no essencial, passa por um sólido crescimento, acompanhado por fortes mudanças estruturais e um esforço determinado de estabilização financeira. Esta tem sido, de forma consistente, a via seguida desde 1986. Os resultados são hoje patentes.

O produto nacional cresceu, em média, perto dos 4 por cento nos últimos 4 anos, mantendo-se sempre acima da média comunitária. Portugal teve, juntamente com a Espanha, a taxa de crescimento médio mais elevada da Comunidade Europeia no período 86/91. Deste modo, ao longo de toda a nossa permanência na Comunidade, Portugal tem vindo, sistematicamente, a reduzir o fosso que o separava dos seus parceiros.

Este crescimento foi mantido, em primeiro lugar, devido a um grande esforço de investimento o qual cresceu, em média, perto de 7,5 por cento ao ano. O consumo, pelo seu lado, cresceu quase 5 por cento, em média, nos últimos 4 anos.

A manutenção da vantagem de crescimento face aos nossos parceiros foi particularmente importante no último ano. Na verdade, o mundo assistiu recentemente a uma desaceleração geral de crescimento que, em algumas zonas, foi mesmo de recessão.

A recessão mundial de 1991 pode hoje ser caracterizada em termos bastante rigorosos. O produto nacional caiu 0,5 por cento nos EUA, e 1,9 por cento no Reino Unido. Em média a CEE cresceu só 1,3 por cento, um

ponto percentual abaixo de Portugal. Mais sensível ao clima recessivo, o investimento caiu 4,7 por cento nos EUA e 10,7 por cento no Reino Unido, enquanto a média Comunitária descia 0,4 por cento.

Neste quadro internacional recessivo, a dinâmica portuguesa toma contornos mais salientes. Na verdade, e para além do crescimento sustentado que atrás referi, alguns outros indicadores mostraram também evoluções favoráveis.

No campo essencial da estabilidade financeira e monetária verificam-se avanços importantes.

Portugal registou a maior descida da taxa de inflação na Comunidade de 1985 a 1991, quase 8 pontos percentuais. Essa tendência manteve-se no ano passado. Assim, a taxa média de inflação desceu de mais de 13 por cento, para baixo dos 10 por cento em menos de um ano. O último valor disponível, para Abril, é de 9,7 por cento, resultado que é mesmo mais favorável do que o valor acordado na concertação social.

Mas é essencial referir que o crescimento e a estabilização foram conseguidos sem pôr em causa os equilíbrios externos e internos da economia. O Défice da Balança de Transacções correntes mantém-se abaixo de 1 por cento do PIB, o que mostra que a situação externa está controlada. Por outro lado, a taxa de desemprego manteve-se próxima dos 4 por cento.

É difícil subestimar o significado deste valor para a taxa de desemprego. O facto de Portugal ter, desde 1988, a taxa mais baixa da Comunidade, a seguir ao Luxemburgo, é um elemento central na política económica do Governo. Na verdade, a situação de virtual pleno emprego em que o País vive há anos tem profunda consequência não só no equilíbrio da economia, mas em todo o tecido social e na reestruturação do aparelho produtivo.

Todos estes resultados económicos manifestam-se na vida real das famílias. É hoje comum dizer-se que Portugal está diferente e é fácil encontrar indicadores que testemunhem esse facto. Como exemplo, pode referir-se que, no ano passado, 93 por cento das famílias portuguesas tinham frigorífico, contra 86 por cento em 1987. Nesse mesmo ano, 55 por cento das famílias tinham telefone e 47 por cento automóvel, enquanto em 1987 essas percentagens eram de 33 e 36 por cento, respectivamente.

Mas o período desde 1986 não foi apenas uma fase de crescimento para a economia portuguesa. Esse tempo foi aproveitado para profundas e influentes reformas estruturais que melhoraram a eficiência do funcionamento da economia.

Das múltiplas reformas realizadas podem sublinhar-se as seguintes: a reforma e a liberalização do sistema financeiro, a reforma da Administração Pública, a reforma da legislação laboral e do sistema fiscal, a reforma do Sistema Educativo, a estabilização do quadro da posse da terra, a construção maciça de infra-estruturas físicas.

O processo de privatizações representa uma das apostas estruturais mais importantes.

Ao reduzir o peso do Estado na economia e incentivar a eficiência e transparência nos mercados, o processo de privatizações melhorou as condições de desenvolvimento do País. Também a reforma fiscal funcionou como um forte promotor do crescimento. Através dela se simplificaram e clarificaram as relações financeiras do Estado com a economia real, se atenuaram os factores de ineficiência e se melhorou a equidade fiscal.

Mas a principal «reforma estrutural» que Portugal experimentou foi sem dúvida a *Integração Comunitária*. É hoje claro para todos que Portugal participa plena e activamente na Comunidade Europeia. O novo quadro comunitário, resultante da Cimeira de Maastricht, lançou a Europa, e Portugal com ela, num grande projecto à escala mundial com possibilidades acrescidas de influência.

Na sua dimensão económica, a União Europeia consiste na realização específica da União Económica e Monetária. Este projecto representa a mais influente dinâmica da economia mundial do final do século XX. Vários pilares fundam esta construção.

O elemento mais importante é, certamente, a concretização do Mercado Interno já a partir do início de 1993. Este projecto de criação de um grande espaço unificado é o pilar central dos futuros desenvolvimentos comunitários. Daí que a Presidência Portuguesa o tenha considerado como prioridade absoluta.

Como coadjuvante a este Mercado Interno, a recente assinatura, no Porto, do Acordo do Espaço Económico Europeu, entre a CEE e a EFTA, é um desenvolvimento da maior relevância. Na verdade, o acordo entre os 18 países das duas organizações, criando o maior espaço de livre comércio do mundo, reveste-se de importância verdadeiramente histórica.

Ao lado do grande mercado único, outros elementos compõem o caminho para a União Económica e Monetária. A adopção da moeda única é, sem dúvida, um dos mais importantes. O processo de aproximação das políticas monetárias e cambiais entre os estados membros tem vindo a desen-

rolar-se sem grandes problemas. Daí a fixação irreversível da adopção da moeda única, no início da terceira fase da UEM, antes do fim da década ou até, provavelmente, já a partir de 1997.

Desde o início do mês passado, Portugal participa plenamente no mecanismo de taxas de câmbio do SME. Trata-se de um contrato de garantia do valor da nossa moeda que nos traz vantagens e impõe responsabilidades acrescidas. Assim, a convergência nominal deixou de ser uma mera aspiração para passar a constituir uma necessidade essencial para a plena integração da economia portuguesa na Comunidade e para reforçarmos a nossa posição no mercado único.

A luta contra a inflação, que é um dos grandes objectivos do Governo, assume agora um carácter de obrigatoriedade nacional. É preciso que tenhamos a consciência de que a luta contra a inflação é hoje uma tarefa nacional, que envolve o Governo mas também os diferentes sectores do sistema produtivo, o que exige sentido de responsabilidade no diálogo e concertação social.

A Presidência Portuguesa, no primeiro semestre de 1992, ocupa uma posição particularmente estratégica na consolidação do grande projecto da União Europeia. Foi nessa perspectiva que o Governo traçou o seu programa.

Para além da realização do mercado interno, que consideramos a base e o ponto de partida para a União Europeia que estamos a criar, outras questões comunitárias merecem a atenção especial da Presidência.

Nas suas prioridades incluiu-se o firme propósito de dar um impulso na dimensão social da Comunidade, quebrando a relativa estagnação que este domínio tinha conhecido nos últimos anos.

Pode já afirmar-se que este objectivo está a ser atingido como, nomeadamente, o comprovam os resultados do último Conselho de Ministros dos Assuntos Sociais, onde se conseguiram consideráveis avanços nos processos de adopção de diversas directivas que concretizam a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores.

Por outro lado, o Tratado que institui a União Europeia alarga consideravelmente a acção comunitária em diversos domínios, como os da promoção industrial, da educação, do ambiente, e prevê o reforço da coesão económica e social, como uma das condições essenciais para a construção da União Europeia.

Este alargamento de competências exige, naturalmente, a reforma de diversos regimes e mecanismos comunitários e da sua correspondente expressão financeira. Neste sentido a Comissão apresentou já, em meados de Fevereiro



último, um conjunto de propostas que constitui o que habitualmente se designa por Pacote Delors II.

Conscientes de que muito do êxito e até da viabilidade do Tratado da União Europeia depende de decisões atempadas nesta matéria, a Presidência atribui a maior importância a este «dossier» que, além do mais, condiciona decisivamente a questão do «alargamento».

Esperamos que os calendários possam ser cumpridos e que se consiga um acordo político sobre o Pacote Delors II no Conselho Europeu de Lisboa, objectivo que contará com a determinação política da Presidência Portuguesa.

Outro dos «dossiers» prioritários desta Presidência é o que se refere à Reforma da Política Agrícola Comum.

Tornar a PAC mais competitiva e eficiente, sem deixar de apoiar o meio social e cultural agrícola é o objectivo. A substituição de preços garantidos excessivamente elevados por auxílios aos agricultores representa um melhoramento técnico importante que melhora a eficácia do sector.

As negociações desta reforma, com implicações em outros «dossiers», estão entre as mais delicadas que cabem à Presidência Portuguesa. Têm sido registados progressos importantes, mas permanecem ainda algumas incertezas.

O «Uruguay Round» do GATT, onde a Comunidade participa de forma concertada, é o mais arrojado plano de liberalização do comércio mundial da História. A vastidão e dificuldade destas negociações são patentes. O debate entre a Comunidade e os Estados Unidos no sector agrícola representa apenas um dos múltiplos campos em negociação. Esta é dirigida pela Comissão, cabendo à Presidência o papel de acompanhamento. Consideramos que um falhanço do «Uruguay Round» teria consequências muito negativas para a economia mundial e por isso nos temos empenhado fortemente na criação de condições que permitam um compromisso político aceitável para as diferentes partes.

O grande projecto do Mercado Único inclui como objectivo a livre *circulação de pessoas* no espaço comunitário, o que obrigou os Estados membros a procurar harmonizar as suas políticas neste domínio.

Com este objectivo em mente, o Tratado da União Europeia instituiu mecanismos de cooperação entre os Estados membros sobre questões relativas à política de asilo, à imigração e à residência e circulação no espaço comunitário de cidadãos de terceiros países.

Face à crescente pressão migratória exercida sobre quase todos os países da Comunidade, que se reflecte também no crescente número de pedidos de asilo injustificados, que encobrem apenas situações de imigração, a harmonização das políticas dos Doze tornou-se condição indispensável para a concretização da livre circulação de pessoas.

Consciente desta realidade, Portugal solicitou em 1990 a adesão ao Acordo de Shengen, que tem por objectivo a supressão gradual dos controlos das fronteiras comuns das partes contratantes.

Há, porém, que garantir o equilíbrio entre a liberdade de circulação e a segurança interna.

A Europa, como espaço próspero e organizado, constitui um irresistível pólo de atracção, que se acentua à medida que cresce a disparidade de rendimentos em relação às regiões periféricas.

Para além de cerca de 8 milhões de imigrantes legais, cuja situação é passível de controlo, coexistem na Europa cerca de 3 milhões de clandestinos, que concorrem para o alargamento de bolsas de degradação social, que geram tensões e ameaças à segurança interna.

A droga e a criminalidade que lhe está associada encontram terreno fértil nestes ambientes que, por sua vez, suscitam radicalismos e reacções de violência.

Não há país isolado nem políticas nacionais que, só por si, consigam dar resposta completa a estes problemas.

A luta contra a imigração ilegal, contra a droga, contra o terrorismo, o tráfico de armas e a grande criminalidade, são preocupações comuns que exigem cooperação acrescida.

A supressão de controlo nas fronteiras internas vai necessariamente corresponder um controlo acrescido nas fronteiras externas e o desenvolvimento de sistemas de intercâmbio de informações.

O Governo já tomou iniciativas legislativas para aplicação de regras harmonizadas com a Europa, em relação à circulação e permanência de cidadãos não comunitários no nosso território.

Simultaneamente possibilitou-se extraordinariamente a regularização da situação de imigrantes ilegais, através de programas semelhantes aos realizados em Espanha, França e Itália.

A finalidade é criar uma situação corrigida, que depois será mantida com uma acção muito rigorosa no controlo da fronteira externa.

Na área de segurança interna, Portugal está a reorganizar o controlo nos aeroportos, seguindo-se no próximo ano os portos, como principais pontos de entrada pela fronteira externa.

Importa também sublinhar que uma das principais linhas de força do Tratado da União Europeia assinado em Maastricht é a vontade clara de afirmar uma *identidade política europeia*.

Trata-se de um desenvolvimento lógico do processo de integração europeia e também da resposta necessária às profundas mutações registadas no nosso continente e na cena internacional nos últimos anos.

A decisão tomada em Maastricht de instituir uma Política Externa e de Segurança Comum, que poderá incluir a prazo uma política de defesa comum, é um dos aspectos mais inovadores do Tratado, que mostra bem que a Comunidade está ciente das responsabilidades que deverá assumir neste domínio em ordem a reforçar o seu papel na cena internacional.

A Presidência Portuguesa tem vindo a elaborar um documento estratégico sobre este assunto que será submetido ao Conselho Europeu de Lisboa e que definirá já os principais critérios e campos de aplicação da nova Política Externa e de Segurança Comum. Ninguém tem ilusões de que a sua concretização prática no decorrer dos próximos anos seja uma tarefa simples.

Trata-se, afinal, de compatibilizar as políticas de Doze Estados, com histórias e tradições de relacionamento internacional mutisseculares e com interesses nem sempre coincidentes.

Mas a complexidade da tarefa não é razão para não avançarmos nela, sobretudo se tivermos em conta a importância do que está em jogo e a certeza de que existem importantes interesses em comum. Para os críticos profissionais é fácil lamentar as limitações da Europa actual, criticá-la, em suma, pelo que ela ainda não é. Mas o mais importante é, neste momento, trabalhar para que a Europa venha a ser uma realidade cada vez mais actuante na cena internacional.

Nesta matéria Maastricht foi um passo no rumo certo. A Europa atravessa uma fase conturbada, como os acontecimentos na ex-Jugoslávia nos recordam todos os dias. As novas democracias na Europa Central e Oriental permanecem muito vulneráveis e ninguém pode afirmar com segurança absoluta qual será a configuração política a emergir da ex-União Soviética.

Mas ninguém poderá negar que a Comunidade tem, em qualquer dos casos, assumido um papel de liderança, procurando criar condições para o florescimento de instituições e hábitos democráticos, alicerçados em sólidas

economias de mercado. Mas terão que ser os novos países a dar os passos decisivos nessa caminhada.

O que podemos fazer e estamos a fazer é ajudar estes países a ajudarem-se a si próprios. No final da próxima semana realizar-se-á em Lisboa uma importante conferência sobre o auxílio à Comunidade de Estados Independentes, exercício em que a Comunidade tem desempenhado um papel preponderante.

Também no caso da Jugoslávia não penso que se possa censurar a Comunidade por não ter estado à altura das suas responsabilidades, atendendo aos meios ao seu dispor. Pelo contrário, continuamos na primeira linha dos esforços para obter uma solução negociada, num contexto que é de guerra civil aberta e nacionalismos exacerbados.

Se a lógica das realidades nos impõe atenção especial na Europa Central e Oriental, a Presidência Portuguesa, na linha da nossa melhor tradição de diálogo com outros povos e continentes, elegeu também como área prioritária da sua actuação o reforço das relações com países do Hemisfério Sul.

Os problemas do subdesenvolvimento económico, da demografia e da instabilidade política que obsevamos em muitos desses países, são também cada vez mais problemas nossos, que seria um enorme risco ignorarmos. Acresce que em alguns deles — caso do Médio Oriente e do Magrebe — é a nossa segurança próxima que está em causa.

Na minha recente visita à Tunísia tive oportunidade de sublinhar a importância que atribuímos ao reforço das relações da Comunidade com os países do Mediterrâneo. Desejamos um diálogo multifacetado, que inclua não só aspectos económicos mas também uma dimensão política.

O reforço desse diálogo, num período em que o fundamentalismo islâmico introduz novos factores de perturbação e incerteza, é crucial para garantirmos a estabilidade do flanco Sul.

Também em África continua a caber à Europa um papel decisivo e insubstituível. As persistentes dificuldades económicas naquele Continente, que ameaçam as tentativas que têm surgido nos últimos anos de instauração de regimes pluralistas baseados em Estados de Direito, requerem uma atenção e um apoio continuados. As dificuldades que o continente africano enfrenta têm razões profundas e complexas que não será fácil vencer. Seria um erro de proporções incalculáveis deixar a África entregue a si mesma, negando-lhe a solidariedade que damos a outros.

O sucesso do processo de integração europeia tem tido um efeito polarizador no continente. A criação de um Mercado Único reforçou noutros países europeus o desejo de se associarem a este projecto.

Vários países da EFTA apresentaram entretanto a sua candidatura à Comunidade Europeia, estando outros a encarar a mesma hipótese. É por outro lado conhecido o desejo de várias das novas democracias do Centro da Europa, em particular a Polónia, a Hungria e a Checoslováquia, de virem a aderir à Europa Comunitária, que encaram como uma âncora para fixar os seus regimes democráticos e de economia de mercado.

Em Maastricht foi reafirmado que o projecto europeu é um projecto aberto, pronto a receber todos os países que queiram e estejam em condições de a ele se juntar. Na sua base está um apego profundo aos valores da civilização europeia.

Mas a partir de agora não somos apenas uma Comunidade Económica Europeia. Seremos uma União Europeia, com critérios de funcionamento e cooperação mais exigentes, que nos permitirão afirmar mais claramente a identidade da Europa.

O alargamento da Comunidade não poderá assim constituir um retrocesso no caminho já percorrido, ou corresponder a um enfraquecimento ou diluição do que já foi conseguido.

Trata-se por isso de um processo em que haverá que avançar com realismo. Alguns países, como é o caso dos países membros da EFTA, estão obviamente em melhores condições de se inserir na vida comunitária. Outros têm um caminho mais longo a percorrer. A todos interessará que o alargamento se traduza num reforço da Comunidade.

No próximo Conselho de Lisboa debruçar-nos-emos sobre esta problemática. Importa que se entre no processo de alargamento com ideias claras. Com tarefas tão importantes à sua frente, como a ratificação e consolidação de Maastricht e a afirmação de uma voz europeia na cena internacional, a Comunidade não pode envolver-se num processo de negociação permanente, provocado por sucessivas adesões e sucessivas mudanças institucionais, que poderia paralisar o seu funcionamento.

Uma breve referência também à questão da segurança europeia.

De um mundo perigoso mas de leitura simples, baseado numa ordem bipolar, passámos para uma nova realidade onde o poder tem cada vez mais dimensões diferentes para além da militar, onde os actores são mais numerosos e as *ameaças* têm contornos menos claros e previsíveis.

Não duvidamos, contudo, que o nosso principal quadro de segurança continua a ser euro-atlântico. Creio que os europeus não duvidam da importância de se manter uma presença e um envolvimento dos nossos parceiros norte-americanos na Segurança europeia. Partilhamos os mesmos valores; temos uma experiência de colaboração acumulada que é preciosa; temos uma visão semelhante do que deve ser a nova ordem internacional.

As dificuldades são outras. A primeira é a redefinição do papel norte-americano na Europa, sobretudo num momento em que as correntes isolacionistas se fazem sentir com particular intensidade no outro lado do Atlântico. A segunda é a identificação das novas ameaças e dos meios para lhe fazer face.

Relativamente a ambas as questões avançámos já alguma coisa. As decisões tomadas na Cimeira da OTAN do ano passado, que definiram o novo conceito estratégico da Aliança, trouxeram uma primeira resposta. Outro passo importante foi a clarificação das relações entre a OTAN, por um lado, e a UEO e a emergente identidade de Segurança e defesa europeia, por outro, nomeadamente a garantia de que elas se farão com base em critérios de transparência e complementaridade.

A fluidez e a imprevisibilidade da situação actual exige-nos contudo uma atenção constante. O conceito de um sistema de estruturas interdependentes que inclua a OTAN, a UEO e a CSCE, para a qual cada uma destas instituições contribuiria com aquilo onde comparativamente tem mais vantagem, merece ser desenvolvido e aprofundado. Com efeito, parece termos entrado definitivamente num mundo mais complexo, para o qual necessitamos de um leque diferenciado de respostas.

A OTAN apresenta-se ainda como um valor seguro em que deveremos continuar a investir. A mutação rápida das circunstâncias internacionais e o aparecimento de novos quadros de ameaça e instabilidade aconselham-nos contudo a que diversifiquemos as capacidades de reacção e resposta. Já o começámos a fazer ao dotar a União Europeia de uma identidade própria neste domínio. Continuaremos na mesma via quando daqui por algumas semanas, na Cimeira de Helsínquia, dotarmos a CSCE de meios acrescidos de intervenção na resolução de conflitos.

No plano militar, o novo conceito OTAN prevê, como é sabido, a redução de forças, garantindo uma presença militar suficiente e uma organização flexível das forças da Aliança.

Portugal mantém uma contribuição de forças adequada à nossa dimensão e ao nosso peso relativo. Vamos manter a participação na estrutura militar da OTAN e afirmaremos a nossa presença nos vários tipos de forças previstas no novo conceito.

Depois de Maastricht ficou clarificada a posição da UEO, que prefigura a entidade de defesa da Europa, havendo porém que garantir a compatibilidade e coordenação com a OTAN.

A UEO procura já planear a constituição de forças para acções humanitárias, para a manutenção de paz e para conflitos de baixa intensidade. Portugal deu também a sua concordância para a constituição de uma Célula de Planeamento Militar, na qual deseja participar.

Têm surgido interpretações diversas sobre o estatuto destas forças. Portugal considera as forças que põe à disposição da UEO segundo o princípio de duplo cometimento, isto é, forças que saem daquelas que atribuímos à Aliança. Há outros países da Aliança que defendem um critério semelhante.

Mas tanto as forças em dupla atribuição como as forças específicas para a UEO são úteis e desejáveis.

O que é importante é garantir a tomada de decisões ajustadas a cada situação, seja no âmbito da OTAN, seja no da UEO.

A crise da Jugoslávia reacendeu debates sobre a questão da Europa não ter um aparelho militar próprio.

Mas é difícil imaginar que a evolução do conflito da Jugoslávia seria diferente, caso já existisse uma força europeia.

Quer nos agrade quer não, pertencem ao passado os tempos em que competia às grandes potências policiar militarmente os seus vizinhos mais instáveis e perturbadores.

Importa reconhecer que só é possível interpor forças de paz quando é obtido cessar fogo e há vontade das partes para cumpri-lo.

Neste caso, o empenhamento europeu é bem atestado pelos seus monitores que, no terreno, não se têm furtado a esforços e a riscos. Portugal, como Presidência, tem estado no centro da acção, de uma forma bem visível, activa e empenhada.

É tendo presente as alterações estratégicas ocorridas nos últimos anos que o novo conceito de serviço militar aponta para um correcto balanceamento entre o pessoal em serviço obrigatório e os voluntários e contratados. Estes possibilitarão a formação de uma componente operacional, com grande disponibilidade e eficiência.

O Governo está consciente que na fase de transição e até ser atingido o completo equilíbrio do novo sistema, poderão surgir algumas dificuldades, as quais vão ser superadas com empenhamento e com espírito de serviço de todos os intervenientes.

O Governo vai este ano apresentar a proposta da 2.<sup>a</sup> Lei de Programação Militar, para prosseguir o reequipamento das Forças Armadas.

O reequipamento deve ser entendido como a progressiva e continuada modernização, escalonada no tempo, tendo em atenção a capacidade para operar, manter e sustentar os equipamentos que sejam adquiridos.

Os custos são, como se sabe, muito elevados, havendo que fazer opções necessárias em face dos recursos disponíveis, por forma a viabilizar a satisfação das prioridades mais imperativas.

No que se refere a África, a adesão de Portugal à Comunidade permitiu potenciar as nossas capacidades de *cooperação* com países desse continente, e em particular com os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Com efeito, para além da extensa rede de acordos bilaterais nos vários domínios da cooperação que hoje liga Portugal a cada um desses países, temos conseguido desenvolver com êxito diligências junto da Comunidade com vista à canalização de apoios aos cinco PALOP's.

Um exemplo recente e particularmente significativo deste tipo de iniciativa levada a cabo por Portugal foi a que conduziu ao reconhecimento dos cinco PALOP's como Grupo Regional no âmbito da Convenção de Lomé. Este reconhecimento permitiu que se avançasse entretanto na elaboração de um Programa Indicativo Regional para este Grupo de Países. Está-se agora a trabalhar no sentido de assegurar que a discussão desse Programa seja feita ainda durante a Presidência Portuguesa.

Também em relação ao processo de paz em curso em Angola foi possível obter a afectação de uma verba especial de 75 MECUS. Esta decisão da Comunidade relativamente a Angola é verdadeiramente inédita e constitui porventura um exemplo a ser seguido no que se refere a outros países onde decorrem esforços para resolução de conflitos.

Constitui motivo de particular satisfação para Portugal o facto desta decisão ter sido tomada na sequência da visita que a «troika» de Ministros do Desenvolvimento efectuou a Angola, em Fevereiro último, por iniciativa portuguesa.



Portugal tenciona continuar a dedicar uma atenção especial a África e em particular aos PALOP's, quer no plano bilateral quer no âmbito da sua actuação nas instâncias comunitárias.

Continuaremos, nomeadamente, a acompanhar como observadores o processo de paz de Angola e a seguir de perto o processo negocial em curso no que se refere a Moçambique, podendo vir a ocupar em breve uma posição mais interveniente.

No âmbito bilateral, a cooperação militar com os PALOP's é uma área sensível e importante, que tem vindo a ser desenvolvida com base na valorização do factor humano e na formação de quadros ajustados às necessidades reais dos países.

Este objectivo está a ser conseguido com economia de meios.

Para cada país foi acordado um programa-quadro, a partir do qual se desenvolvem projectos específicos a realizar nesses países, reservando os cursos em Portugal para os casos de formação essencial ou muito técnica.

Esta área de cooperação tem decorrido de forma muito satisfatória e considero-a bem articulada e coerente. Os PALOP's não poderão deixar de sentir que há uma grande seriedade de intenções na cooperação militar, o que é certamente compensador e constitui uma garantia de estabilidade de relações com povos a que nos ligam séculos de história em comum.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Estamos a viver uma aventura colectiva que é a construção de uma União Europeia onde os factores de convergência se sobrepõem aos egoísmos nacionais. Portugal, sem descurar a sua vocação atlântica e a sua importante relação estratégica com outros continentes, tem tudo a ganhar com o avanço do processo de integração europeia, no respeito pelo princípio da subsidiariedade.

Nenhum país é uma ilha. E a melhor maneira de defender hoje o interesse nacional do nosso país é influir na definição do destino colectivo de uma comunidade de Estados e de povos, unidos por solidariedades fundamentais e por projectos comuns de desenvolvimento e modernidade.

Portugal e os Portugueses sofreram já danos suficientes durante décadas de isolamento e com a estatização forçada de sectores vitais da sua economia. Não se poderá agora confundir a partilha da soberania com um qualquer suposto sacrifício ou suposta alinação da identidade nacional. Este é um processo em que o País será dador mas simultaneamente receptor. Afinal, o isolacionismo é que poria em causa a soberania nacional.

Nesta época de ampla interdependência internacional, seja a nível político, económico ou cultural, um país isolado não tem força para ser ouvido e fica à mercê de decisões que lhe são estranhas. Hoje em dia, a soberania exerce-se e defende-se através do diálogo e da concertação de políticas numa esfera supranacional, através da participação num processo de tomada de decisões colectivas, que respeitem, reflectam e valorizem a especificidade de cada Estado, os seus valores próprios e a sua identidade nacional.

A assinatura do Tratado de Maastricht representou um passo significativo no caminho da União Económica e Monetária e da União Política. Trata-se agora de fortalecer a coerência interna e a capacidade de intervenção da Europa no contexto mundial, sobretudo no que toca ao diálogo e à cooperação com outros dois blocos: os Estados Unidos e Canadá e o Japão.

Trata-se também de responder a questões fundamentais que estão em aberto, como a do alargamento da Comunidade dos Doze e a da articulação entre a Europa Geográfica e a Europa Política. Os importantes problemas comuns — da defesa e segurança à protecção do ambiente — requerem vastos consensos e determinam uma lógica de continentalização das soluções concretas.

Portugal participa no processo de construção europeia com vantagens relativas que constituem garantias nacionais e acerca das quais os Portugueses devem ter uma clara consciência. A coesão nacional, a língua comum, a inexistência de divisões étnicas e a paz civil são algumas das nossas características próprias que nos cumpre consolidar, para que o País possa reagir e agir como uma totalidade criadora.

O Governo está a dar todo o seu esforço e capacidade num trabalho incansável para ganhar o futuro para Portugal. Estou certo que os Portugueses saberão conquistar por sua obra e esforço o lugar que lhes é devido. A década de 90 pode ser, vai ser, a década da afirmação de Portugal como País moderno e desenvolvido.

15 de Maio de 1992.

*Aníbal António Cavaco Silva*  
Primeiro-Ministro

---

MUNDO E EUROPA EM TRANSIÇÃO

---

*A. Franco Nogueira*



---

## MUNDO E EUROPA EM TRANSIÇÃO

---

Quando estudamos a crónica da humanidade através dos séculos, e procuramos reduzi-la a uma síntese inteligível, poderemos afirmar que a história consiste na enumeração dos sucessivos sistemas internacionais, e estes por sua vez consistem na construção dos equilíbrios entre forças, dos compromissos entre interesses, das combinações entre os agentes interventores, dos arranjos entre Estados; e na exposição das mudanças de um sistema para outro e, portanto, na explicação da ruptura daqueles equilíbrios, compromissos ou arranjos <sup>(1)</sup>. Por outras palavras, de forma talvez mais sóbria, ainda que não simplista, poder-se-á dizer que a história é o relato da formação de sucessivos *sistemas* e da estruturação de sucessivos *concertos* entre Estados, nações e povos, e das *rupturas* de uns e outros. Não parece forçada esta síntese, nem resulta de simples especulação. Vejamos com efeito, num lance rápido, a história relativamente recente. Organizou o Congresso de Veneza um *concerto europeu* para colmatar a ruptura que resultara da Guerra dos Trinta Anos, e firmou um *sistema internacional* para substituir o anterior; mais aquém, o Congresso de Utreque de novo reconstruiu um outro equilíbrio, um outro *concerto* para recompor os escombros deixados pela Guerra da Sucessão de Espanha; o Congresso de Viena reergueu uma Europa que ficara em ruínas com a tempestade napoleónica; o Congresso de Versalhes tentou refazer uma Europa abalada pela Guerra de 1914-18; e finalmente o Congresso de Helsínquia (ou Conferência de Segurança e Cooperação na Europa) veio sarar as chagas da Guerra de 1939-45, e dar forma e consagração multilateral às grandes Tordesilhas que haviam sido negociadas e firmadas em Ialta no mês de Fevereiro de 1945. E de quanto aqui fica recordado, parece indubitável a conclusão: a história é em verdade o relato de sucessivos *sistemas*, de sucessivos *concertos*, e das sucessivas *rupturas*.

---

<sup>(1)</sup> Texto baseado em uma intervenção no Instituto da Defesa Nacional, do Porto e em Lisboa, respectivamente em Dezembro de 1991 e Janeiro de 1992.

Pode ver-se agora, com algum pormenor, qual é o sistema ou concerto em que o mundo tem vivido nas últimas décadas — desde Ialta — e se estamos hoje perante uma sua ruptura. Deverá dizer-se, porque se trata de factos indiscutíveis, que o sistema mundial saído de Ialta e do Congresso de Helsínquia se firmava nos seguintes pilares: bipolaridade americano-soviética; mútua dissuasão nuclear assente no equilíbrio pelo terror; partilha do mundo entre dois blocos de forças militares, económicas, políticas, ideológicas, de modo que cada um dos blocos se atribuía um messianismo próprio, detentor exclusivo da verdade e apto a governar toda a Terra; dentro de cada bloco, exercia-se a chefia do seu centro de decisão, que se fazia obedecer sem oposição significativa; e, por último, luta política cerrada entre os dois blocos, por vezes descendo ao terreno militar por interpostas guerras locais entre Estados ou povos menores, com o objectivo de vencer e dominar o outro. Assim viveu a humanidade no último meio século. Foi aquele o *concerto europeu* ou mesmo o *concerto mundial*. No seu quadro, à sua sombra, os homens procuraram organizar-se no interior de cada bloco, simultaneamente para defesa comum e para viverem melhor. Assim surgiram, a um lado, o Pacto do Atlântico, a Organização Europeia de Cooperação Económica (<sup>2</sup>), a Comunidade Económica Europeia, a Associação Europeia de Comércio Livre, ainda outras estruturas; e de outro lado, o Pacto de Varsóvia, o Comecom, a Doutrina de Brejnev, ainda outras iniciativas menores. Na luta política travada, e para domínio do resto do mundo, os dois blocos defrontavam-se na descolonização que, baseada no princípio da autodeterminação, foi a fórmula encontrada por uns impérios para se apoderarem de outros impérios, invocando-se subsidiariamente os direitos humanos e o progresso dos povos como meros acidentes de percurso para tranquilidade de algumas consciências ou satisfação dos mais ingénuos. E naquele quadro geral a política externa era fácil para todos e tudo parecia simples, claro, linear: conheciam-se as ameaças, avaliavam-se os riscos, mediam-se as forças, previam-se as reacções, sabiam-se os limites até onde se poderia ir. Verdadeiramente, quase não intervinha a imaginação dos responsáveis, nem esta era necessária, porque tudo parecia predisposto e preordenado, dentro de um imobilismo confortável. Julgou-se, e isso foi afirmado, que a história acabara, ou pelo menos se suspendera por um tempo largo.

---

(<sup>2</sup>) A este pertenceram países não europeus (como Estados Unidos, Japão).

Mas agora a pergunta parece dever ser: ainda é válido o quadro daquele concerto europeu e mundial? Se não é, que resta dele? Se pouco ou nada resta, não estaremos então, mais uma vez, perante uma ruptura? Não estaremos à beira de um novo sistema e de um novo concerto?

Afigura-se evidente que o concerto saído de Ialta e de Helsínquia se esgotou e atingiu o seu termo. Para o comprovar, alinhemos alguns dados. Um dos blocos desfez-se — por malogro ideológico, por desmoração política, por dissolução militar, por falência económica. Moscovo não é mais pólo mundial de força militar, nem centro de decisão global, nem sequer sede de chefia política aceite por outros. Não se faz mais obedecer, nem mesmo o pode tentar. Foi o colapso da União Soviética. Este é talvez o facto mais importante dos últimos cinquenta anos. Findou a bipolaridade. Estaremos então perante a monopolaridade ou a unipolaridade dos Estados Unidos da América? Nada indica que seja esse o caso: no mundo, ou mesmo dentro do seu bloco, Washington já não é o centro de decisão por excelência, nem é indisputada a sua chefia política, nem indiscutida a sua liderança económica e tecnológica. Sem embargo das aparências em contrário, e não obstante a grande operação montada no Golfo, há um declínio relativo dos Estados Unidos: perderam a capacidade, que detinham até há pouco tempo, de estar presentes com igual vigor em toda a parte: e por isso, como afirmação nacional, tendem progressivamente a um mal disfarçado isolacionismo, a uma atitude tradicional de *fortaleza americana*, com um estatuto de superpotência regional. Como resultado do esbarrondamento ideológico do marxismo-leninismo, extinguiu-se o messianismo doutrinário de um dos blocos, e por reflexo o do outro bloco também, e que se tornou desnecessário dada a actual homogeneidade, ao menos teórica, do sistema de princípios que, todavia, de modo algum supõe ou implica a homogeneidade de interesses e de ambições. Noutra plano, e pela mesma causa, o equilíbrio existente já não assenta no terror nuclear, ainda que seja prematuro afirmar que cessou por completo o perigo ou o risco do uso de armas atómicas, possível pelo menos no plano táctico e em conflitos locais. Ainda pela mesma causa, viu o seu termo a luta política travada pelos dois blocos através do mundo, ou está entretanto suspensa: e daí a paz no Afeganistão, ou Angola, e entre o Iraque e o Irão, até na crise do Golfo: e ainda noutras áreas. Mas poderia haver-se verificado tudo isto, e estarmos ainda perante um determinado equilíbrio, ou concerto, ou pelo menos não se haver produzido a completa ruptura do quadro anterior. Nada faz crer, todavia, que seja essa a situação. E parecem simples os motivos.

Com o desaparecimento e colapso da chefia de um dos blocos, e enfraquecimento do outro, surgiram novas forças, ou afirmaram-se ostensivamente forças latentes, potenciais, que se encontravam em surdina, mas cujas raízes estavam intactas e que, exaustas as demais, se mostram agora com toda a sua pujança e toda a sua renovada ambição. Não falo da China: é força colossal mas talvez ainda informe na sua expressão: será surpreendente, no entanto, se não se fizer ouvir no futuro. Mas há que invocar o Japão: sem embargo de alguma fragilidade, é hoje de novo uma potência global no domínio económico, financeiro, tecnológico, enquanto não o é amanhã no plano militar, incluindo o nuclear, quando o quiser. Muito mais perto do Ocidente, importa falar sobretudo da Alemanha; mas a esta cabe voltar mais adiante, noutro contexto. E há que não esquecer ainda o Magrebe — com a sua explosão demográfica, com o seu subdesenvolvimento quase atávico e que quer vencer, com o seu *fundamentalismo islâmico*, e um *integrismo* profundamente messiânico também. E neste ponto cumpre sublinhar um traço de alcance ainda não claro em toda a sua latitude: com a dissolução da União Soviética, cerca de quarenta a cinquenta milhões de mussulmanos foram libertos do seu jugo a Moscovo e tendem agora a olhar para o mundo islâmico, por cujo fundamentalismo e integrismo se sentem naturalmente atraídos: e o facto pode ter influência decisiva em nações como a Turquia, o Irão, demais países do Golfo, e mesmo até ao Afeganistão e Paquistão. E todas estas forças estavam controladas, enquadradas, de alguma forma subordinadas ao concerto de Ialta e de Helsínquia. Desaparecido este, vieram à superfície, e sentiram-se livres de constrangimentos; e manifestam-se, projectam-se, algumas pela violência, mesmo pela guerra. E isto significa que as estruturas até hoje existentes no interior de cada bloco — para o progresso ou para defesa — foram profundamente abaladas, devendo prever-se, sem especulação excessiva, a sua transformação a prazo, e a sua substituição por outras estruturas cujo contorno não é ainda bem claro, mas que terão decerto objectivos e natureza muito diversos.

Mas as forças que se manifestam não são apenas aquelas a que foi feita alusão. Outras existem. Por exemplo: a crise da Jugoslávia. Esteve-se aí decerto perante uma luta resultante de um ódio atávico entre povos daquela federação; mas quando uma guerra entre a Sérvia e a Croácia se prolonga por meses e meses, estamos em face de uma guerra que não é somente entre a Sérvia e a Croácia. E precisamente este último ponto impõe a abertura de um parêntesis. Em matéria de política internacional, há que repeti-lo, *o que parece — não é.*



E justamente temos desta realidade uma ilustração expressiva no caso da Jugoslávia. A par do ódio entre Sérvia e Croácia, o que está em causa é o problema de saber se se redistribuem ou não alguns despojos do Império Austro-Húngaro; e neste particular o problema torna-se complexo porque sobre uma eventual redistribuição não tem sido viável acordo entre as grandes forças que têm ou querem ter uma palavra na matéria. No fundo, a guerra entre a Sérvia e a Croácia traduz uma luta entre a Alemanha e a França, e acaso também com a Itália. Por isso, perante a guerra sem quartel que lavrou e não se sabe ainda se findou, não se pronunciou o Conselho de Segurança: seria incerta a obtenção de um acordo entre os membros permanentes daquele órgão: e este não pode portanto ser ainda usado (o envio de *capacetes azuis* para vigiar um cessar-fogo é outro problema) para legitimar e selar uma decisão a que as forças reais em presença não chegaram. Se e quando chegarem a esse acordo, este dar-nos-á um indício sobre o rosto de uma nova Europa. E a guerra do Golfo, já mencionada, dá-nos um outro exemplo significativo de que, em matéria de política internacional, *o que parece — não é*. Não se tratou, com efeito, de proteger as fronteiras de um país independente e soberano (cabera perguntar se no caso da Índia absorver o Paquistão, os Estaos Unidos e outros assumiriam a mesma atitude), nem de garantir o cumprimento da lei e a defesa do direito; e nem se tratou mesmo, em derradeira análise, de assegurar o domínio de importantes fontes de energia. Esteve em causa o problema de saber se a repartição dos despojos do Império Otomano, como foi feita há sessenta ou setenta anos por franceses e ingleses, deveria ser mantida, ou alterada, e neste último caso *de que forma e a favor de quem*. E as grandes forças do momento — já não apenas americanos e russos, mas ingleses, franceses, alemães e japoneses (que contribuíram financeiramente para a coligação ocidental), e mesmo chineses<sup>(3)</sup>, como membros permanentes do Conselho de Segurança — entenderam que o *status quo* não deveria ser alterado. Por isso, o chefe iraquiano foi compelido a retirar do Koweit; mas não se foi até Bagdade porque, para além de certo limite, não convém abalar o Iraque, que é força estabilizadora da zona. E defendeu-se a autodeterminação para o Koweit, sem dúvida; mas foi negada para a nação

---

(3) Não é segredo para ninguém que os Estados Unidos «compraram» a abstenção da China no Conselho de Segurança outorgando-lhe o estatuto de *nação mais favorecida* no seu comércio com os Estados Unidos. Como se sabe, a China tem o direito de *veto*, e o exercício deste impediria a aprovação de qualquer resolução.

curda, constituída por cerca de vinte milhões, porque concedê-la a estes alteraria o arranjo existente, e iria bulir com a Turquia, e a Síria, e o Irão, e tudo teria influência sobre Israel, e assim sucessivamente. Seria uma completa modificação do mapa político de uma área sensível. Foi havido como mais avisado não lhe tocar.

Mas perguntar-se-á: que tem tudo isto a ver com o interregno em que o mundo se encontra, na transição que decorre entre o sistema e o concerto que findaram e aqueles que se acham em gestação mas cujo perfil está por definir? Sobretudo, que importa à Europa, que mais directamente nos preocupa? Julgo que tudo está relacionado.

Também saída de Ialta e de Helsínquia, a Europa estava incluída no concerto ou no equilíbrio que procurei sintetizar, e era parte integrante de uma coisa e outra. E por isso, desde 1945 até hoje, a política europeia decorreu sem sobressalto de tomo, quero dizer, sem ameaças imprevistas, sem perigos inesperados, sem riscos incalculáveis; e dentro de cada bloco, tanto a Ocidente como a Leste, tudo parecia nítido, rectilíneo, sem necessidade de decisões novas e complexas a terem de ser tomadas a cada passo. Este foi, como já sublinhado, o mundo do Pacto do Atlântico, da Comunidade Económica Europeia, da Associação Europeia de Comércio Livre, do Pacto de Varsóvia, do Comecon, e ainda do apelo à coesão, ao internacionalismo e ao integracionismo dentro de cada bloco. Era até um mundo, sobretudo uma Europa quase tranquila, instalada numa situação séria, mas a que se habituara como rotina, e que se fixara num imobilismo rígido, quase olímpico, como se fosse viável e benéfico fechar à chave a História. Foi até curioso observar que quantos comungaram naquela ideia, invocavam constantemente, por outro lado, a aceleração da História. Dir-se-ia no entanto que, para eles, a aceleração da História applicava-se a tudo e a todas as áreas e instituições — salvo àquele mundo sempre em paz e àquela Europa sonhada e idealizada, e em que se haviam instalado. Simplesmente, tudo isso supunha a permanência dos seguintes requisitos: a aprovação das forças periféricas da Europa, a manutenção da *cortina de ferro*, o prolongamento da *guerra fria*, a existência dos dois blocos e seu messianismo, a supressão do confronto entre potências continentais e marítimas, o apoio da Santa Sé, a supressão do sentimento nacional, o isolamento e fecho da Europa em relação ao resto do mundo, e finalmente a permanência da divisão da Alemanha. Há que ver cada um destes factores rapidamente.

Diz-nos a História — e neste particular não se descobre qualquer elemento de alteração — que nenhuma hegemonia económica, política ou militar é

viável no continente europeu sem o apoio ou a concordância de pelo menos uma das grandes forças periféricas da Europa. Essas forças são, a Leste, os eslavos, e a Oeste as potências atlânticas, ou sejam a Inglaterra e, para este efeito, os Estados Unidos também. Ora nenhuma destas forças apoia aquela Europa: os eslavos, se se lhes juntam, alteram-na; se isso não lhes for consentido, hostilizam-na. E o mesmo se deverá dizer, por motivos óbvios, das potências atlânticas. Derrubada a *cortina de ferro*, com o termo de uma *guerra fria* baseada nos messanismos que se excluía, desapareceu a ameaça que impunha a abdicação no acessório para melhor assegurar a coesão e a defesa colectiva; e ressurgem as raízes nacionais, os interesses nacionais, a consciência nacional, e tudo tende naturalmente a opor-se a um integracionismo multilateralista. É a isto que um autor francês, em volume recente, chamou a vingança das nações. Depois, uma Europa com o perfil que se lhe quis traçar tem de atentar no confronto permanente entre potências marítimas e potências continentais, e não se afigura viável suprimir esse confronto enquanto existir mar e existir terra: e será de pensar que aquele e esta continuarão a existir nos próximos duzentos ou trezentos anos: e uma previsão a dois ou três séculos deve satisfazer qualquer espírito, por mais exigente que seja. E a atitude da Santa Sé, já atrás aludida de passagem? Afigura-se bem nítida ainda que alguma comunicação social, particularmente entre nós, haja distorcido o seu sentido. Tendo sofrido um cisma norte-sul em séculos idos, não quererá a Sé Apostólica, para mais sob um Papa eslavo, contribuir para um cisma Leste-Oeste, e só o futuro nos desvenderá por completo o papel do Vaticano no desmantelamento do marxismo-leninismo no Leste europeu; e é assim que a Santa Sé defende insistentemente, tenazmente, uma Europa do Atlântico aos Urais. E tudo nos conduz a um outro facto de peso: a Europa não pode isolar-se, nem julgar que pode ser uma ilha rodeada de um mundo que ignora: se se isolar, estiola; se não se isolar, há-de ter tantas políticas consoante os contactos que os vários países europeus hajam estabelecido no passado ou estabelecerem, conforme os seus interesses próprios, com os povos e países e territórios que forem mais afins de cada um. Certamente não poderemos pensar que as relações de uma Inglaterra e de uma Alemanha com uma Índia ou uma Nova Zelândia hão-de ser exactamente iguais; ou que serão idênticas as relações de uma Irlanda e de uma França com a Argélia. De tudo importará concluir que nessa Europa com um novo rosto haverá tantas geopolíticas e geoeconomias como países, e o facto levará também decerto a uma plu-

ralidade de geoestratégias. A Europa linearmente dividida, confortável, nítida, imobilista, está a processar a sua entrada na História do que foi.

Mas entre os factores da nova Europa enumerados, foi de propósito omitido aquele que é talvez o mais decisivo no momento. Refiro-me à reunificação da Alemanha. E faria esta afirmação ousada: desde Carlos Magno que o problema alemão tem sido o *problema europeu*. Direi mais: *o problema alemão é hoje o problema europeu por excelência*. De novo, como sempre, a Europa está perante o dilema multissecular: pela sua dimensão demográfica, pela sua situação no coração da Europa, pela sua capacidade como pela contribuição fundamental que tem dado à cultura e à ciência, os germanos têm uma vocação inerente para desempenhar um papel de chefia, de hegemonia no continente europeu; a Europa reconhece o facto; mas a Europa recusa-se a aceitar as consequências do facto. Daí os embates cíclicos. Daí o embate de hoje, acaso ainda não confessado mas já perceptível. Enquanto se manteve o concerto de Ialta e de Helsínquia, e enquanto as forças do bipolarismo eram eminentes às demais, o germano aceitou o seu enquadramento; mas logo que aquelas forças deixaram de ser o que eram — no plano militar e ideológico — retomou o seu papel o germano. E a Alemanha reuniu-se. Não há maior e mais frisante testemunho da ruptura daquele concerto bipolar do que a reunificação da Alemanha: esta só foi viável em virtude do colapso da União Soviética, da tendência americana para o isolacionismo, da fraqueza da França, devendo considerar-se esta última como a grande vítima da sua própria política europeia.

E agora? Agora atravessamos um período — talvez alguns breves anos — de interregno, de intervalo, para mudança de cenário. É decerto contingente o que se pode prever, e ninguém responsável se atreverá a uma resposta clara e unívoca. De muitos factores dependerá aquele futuro cenário, mas serão de sublinhar dois traços que parecem essenciais: o termo da absorção e completa integração da antiga Alemanha Oriental na antiga Alemanha Federal e a conclusão do processo aberto no mundo eslavo pela dissolução da antiga União Soviética. Quanto ao primeiro ponto: os problemas suscitados pela integração da República Democrática Alemã na nova Alemanha revelaram-se mais graves do que pensavam os técnicos; mas a sua solução tem caminhado mais célere do que se imaginava. Julga-se razoável calcular em quatro ou cinco anos o lapso de tempo necessário para que se produza a completa integração alemã. E então a nova Alemanha tornar-se-á, como se tem dito e repetido, a *locomotiva* da Europa. Simplesmente, e importará não se ser

ingénuo, essa locomotiva, ao invés do que muitos na Europa parecem esperar ou desejar, não rolará por carris assentes por outros e na direcção que outros pretendam: rolará nas suas próprias linhas, com o seu próprio destino, para as estações que determinar. Por outras palavras, de momento a Alemanha está branda, discreta, fazendo ou parecendo fazer o jogo europeu de rotina, boa aluna da OTAN e da CE; mas depois terá a sua palavra a dizer; e essa palavra será de poder, de autonomia, de total independência, incluindo a nuclear; e puramente germânica. Não estou a sugerir que se torne perigosa a Alemanha de amanhã, pelo menos nos horizontes visíveis e previsíveis: estou a sugerir que ela marcará o seu próprio ritmo e definirá para este as regras que lhe convierem. Quanto ao segundo aspecto, o do processo de dissolução da ex-União Soviética, com o desmoronamento ideológico do marxismo-leninismo quebrou-se o único elo de ligação entre as múltiplas etnias, culturas e religiões da construção soviética. Busca-se agora um denominador comum: não é fácil de encontrar: daí a crise que se desenrola ante os nossos olhos e que dia a dia parece mais grave e complexa. Mas esta crise verdadeiramente tem outra raiz, outro significado, outra dimensão: o que está hoje em causa, muito para além das dificuldades económicas, das rivalidades entre facções, das disputas entre as novas repúblicas, da fraqueza da autoridade e do Estado, é a redefinição do papel dos eslavos na Europa Oriental e mesmo em parte da Europa Central. E são os eslavos, e apenas os eslavos que hão-de fazer essa redefinição. E convirá não os subestimar: são mais de duzentos milhões; e não se mostram dispostos a confinar-se num papel subalterno ou secundário num conjunto europeu, na *casa comum europeia*. E assim deveremos ou teremos de concluir que, dentro de anos escassos sob o ponto de vista histórico, quando a Alemanha se sentir bem integrada e os eslavos acharem o seu próprio caminho, o rosto do mundo, e principalmente da Europa, será diferente, bem diferente daquele que se nos apresenta hoje. Qual?

Não cabe aqui entregarmo-nos a futurologia, nem eu seria mesmo capaz de o tentar. Mas será lícito encarar vários cenários com alto grau de probabilidade, concluído que seja o interregno em curso. Fundamentalmente, duas hipóteses: a Alemanha chega a um entendimento e a um acordo com os novos países do Leste, sobretudo com a Rússia e com a Ucrânia, e com outros, e isso levará à reorganização e revigoração das forças europeias periféricas e atlânticas, cabendo à Inglaterra e aos Estados Unidos um papel de relevo; ou a França e os novos países do Leste entendem-se e cooperam *por cima* da Alemanha para tentar conter esta. E este parece ser de momento todo o dilema

que se abre perante a Europa. E a formulação deste dilema talvez nos permita um esboço de resposta à pergunta que deixei velada e em suspenso: e agora? Os termos do dilema indicam-nos os adversários prováveis ou possíveis. Já vimos que por detrás da luta entre a Sérvia e a Croácia paira uma rivalidade franco-alemã, bem tradicional também, e esta rivalidade coincide ou espelha-se nos dois cenários eventuais que atrás foram esboçados. E estes quadros interessam também a outros países como a Itália, a Áustria e a Hungria (partes que foram do antigo Império Austro-Húngaro), e ainda a outros, como a Checoslováquia, a Roménia, mesmo uma Bulgária. E todos estão evidentemente conscientes e conhecedores do que os demais estão fazendo ou tentando fazer. Em qualquer caso, pode dizer-se que no tempo que corre (ano de 1992) aqueles países giram em torno da órbita germânica: é decerto o caso da Áustria, Hungria, Checoslováquia, Eslovénia, Croácia. E como se concilia tudo isto com certas manifestações espectaculares em curso — por exemplo, a criação de um exército franco-alemão, como núcleo de um exército europeu? Deverá dizer-se, antes de mais, que a ideia de um exército europeu é muito antiga. Consta pelo menos de um documento do século XIV. E há quarenta ou cinquenta anos foi muito discutida, e finalmente posta de parte, sobretudo pela própria França. Era a OTAN a defesa natural da Europa; e não cabiam duplicações. Porquê ressuscitar neste momento uma ideia não só velha mas decrépita? É aquilo a que se pode chamar uma fuga para a frente: trata-se acaso de uma derradeira tentativa para conter a Alemanha, enquadrando no que acaso se pense ser um «*espartilho*» a que Berlim se sujeitará: mas deste jogo tão óbvio estarão evidentemente os alemães bem conscientes: convir-lhes-á jogar o jogo, ou fingir que jogam o jogo, até se sentirem aptos a impor o seu próprio jogo.

Mas daqueles dois cenários básicos — e como simples exercício de interpretação — qual será o mais provável? Pessoalmente, inclinar-me-ia para o primeiro, ou seja um entendimento eslavo-alemão a prazo. Porquê? Está nas tradições de germanos e de eslavos: ou se fazem a guerra ou se entendem. Assim o disseram e fizeram Catarina a Grande, e Frederico o Grande, e outros muito antes deles. E no século actual o mesmo tem acontecido: guerrearam-se em 1914; fizeram a paz separada de Brest-Litovsk em 1917; entenderam-se em Rapallo, para rearmar a Alemanha vencida e fortalecer a Rússia bolchevique então isolada; entenderam-se em 1939 para se guerrearem em 1941; mas voltaram a entender-se há pouco para a reunificação da Alemanha. E neste momento uma Alemanha reunificada possui toda a tecnologia de que as

«várias» Rússias precisam — as grandes indústrias do cimento, do aço, da química, da hulha, da electricidade, de que todos os eslavos necessitam para as grandes infra-estruturas que lhes faltam: e as várias repúblicas russas oferecem à Alemanha um vasto reservatório de matérias-primas, desde os cereais ao petróleo, desde os metais até à abertura de uma Sibéria ainda praticamente inexplorada e inproveitada — além, obviamente, dos aspectos estratégicos e de segurança. Um estreito entendimento e uma colaboração germano-eslava tem bases sólidas para os próximos vinte ou trinta anos. Ponto é que o desentendimento entre as novas repúblicas eslavas — designadamente entre a Ucrânia e a Rússia — não degenerem em tragédia. Mas venha a verificar-se um cenário ou outro, ou ainda terceiros cenários, dentro de escassos anos estaremos perante outro quadro europeu e mundial. Afirmar-se-á uma *casa comum europeia* — expressão que parece ter sido usada pela Santa Sé pela primeira vez — com as suas pátrias, as suas independências nacionais, as suas fronteiras políticas. E muitas estruturas de hoje, que alguns pelo mundo terão pensado eternas, serão profundamente abaladas, e haverão de tomar um cariz inteiramente diverso. E tudo terá de ser feito com lentidão, gradualmente, sem sobressaltos, sem cortes bruscos, com um vocabulário cada vez mais equívoco, e tendo em vista a salvaguarda de interesses poderosos entretanto criados. Apontarão já nesse sentido o alargamento da CEE (com a inclusão da Áustria, a Suécia, outros ainda), a colaboração estreita com a Associação Europeia de Comércio Livre, a eventual criação de uma estrutura político-militar-económica que se estenda do Atlântico aos Urais.

Uma última palavra. Tendo em conta os seus factores permanentes, parece retomar a Europa o seu tecido habitual: desapareceu o conforto do imobilismo (em que viveu quase *comodamente* durante todo o período da guerra fria), desvaneceu-se a facilidade das políticas lineares e nítidas, atenuaram-se as grandes ameaças identificadas, aumentaram os riscos imprevisíveis. Muito maior imaginação se torna indispensável, muito maior diversidade de políticas se impõe, completo retorno às realidades permanentes se revela indispensável. Está em processo de se esbater o tabuleiro único — e haverá que jogar em vários. Na sua diversidade, uma só Europa tem emergido com um sentido comum: a Europa cristã. Através dos séculos, esse tem sido o único elemento verdadeiramente aglutinador.

A. Franco Nogueira  
Embaixador





---

A COMUNIDADE EURO-ATLÂNTICA:  
ELOS COMUNS NUM MUNDO EM  
DRAMÁTICA TRANSFORMAÇÃO

---

*Everett Ellis Briggs*



---

A COMUNIDADE EURO-ATLÂNTICA:  
ELOS COMUNS NUM MUNDO EM  
DRAMÁTICA TRANSFORMAÇÃO (\*)

---

É com muito agrado que aproveito esta oportunidade para me dirigir a todos os que se encontram aqui presentes, numa altura em que as relações euro-americanas se mostram tão sólidas. É bem conhecida a vitalidade das relações luso-americanas, assentes em valores e história comuns.

Hoje, gostaria de me referir à Comunidade Euro-Atlântica, e aos elos que nos são comuns num mundo em drástica transformação.

E que mudanças espectaculares se têm verificado nestes últimos dois anos! Para citar apenas três, assistimos:

- à queda do muro de Berlim,
- à disseminação geral da democracia,
- à invasão do Koweit pelo Iraque.

Seria natural pensar-se que, depois de tanta agitação, se seguiria uma pausa que nos permitiria assimilar todos estes acontecimentos e reorientarmos neste novo mundo.

Contudo, na realidade, a situação global continua a modificar-se a um ritmo cada vez maior. E os desafios, provocados por esses acontecimentos, multiplicaram-se. Considerem que, só no ano passado:

- Os Aliados obrigaram o Iraque a capitular, após a sua selvática e cruel agressão. Actualmente, a comunidade mundial, por intermédio das Nações Unidas, continua a esforçar-se no sentido de resolver as questões de segurança e os problemas humanitários originados pelo regime de Saddam Hussein.

---

(\*) Conferência proferida ao CDN92, em 13 de Janeiro de 1992, pelo Embaixador dos Estados Unidos da América, em Portugal, Everett Ellis Briggs.

- Na Europa de Leste, as novas democracias estão a sofrer as já familiares dificuldades resultantes da transformação económica e social, exacerbadas por velhas tensões étnicas.
- No último Verão, a Jugoslávia mergulhou numa guerra civil. A luta entre grupos étnicos rivais, nesse cenário histórico de disputas sectárias, ameaça tornar-se num pântano sangrento e conflituoso, resistindo a todas as tentativas de mediação.  
Esperamos que este último cessar-fogo continue a ser respeitado, e que se revele frutuosa a mediação conjunta das Nações Unidas e da CE. Os Estados Unidos apoiam firmemente os esforços destas duas instituições que, aliás, são complementares.
- Todos nos regozijámos com a vitória das forças democráticas, em Agosto passado, no território da ex-União Soviética. No entanto, a deterioração de um sistema apodrecido levou, finalmente, ao colapso da União. Hoje, as repúblicas independentes lutam para fazer face a necessidades tão básicas como mitigar a fome e a miséria — legado de uma fraude imposta pela força.
- No Verão passado, o Presidente Bush elaborou uma série de propostas no sentido de reduzir drasticamente o nosso arsenal nuclear, às quais o ex-Presidente Gorbachev se mostrou bastante favorável. No entanto, o desmembramento da União Soviética levanta novos riscos de proliferação de sistemas de armas daquele tipo. Além disso, mesmo que as grandes potências se afastem do abismo nuclear, alguns dos mais infames regimes do mundo estão a desenvolver armas nucleares.

Podemos, justamente, interrogarmo-nos sobre a forma como iremos responder a estes e outros desafios.

Não restam dúvidas de que o contexto mundial, e muitos dos problemas de hoje, têm escassa relação com a situação que existia há apenas alguns anos. À medida que, em conjunto, iniciamos a construção da Nova Ordem Mundial delineada pelo Presidente Bush, é apropriado repensarmos quais as estruturas e organizações de segurança que são necessárias para a promoção da estabilidade e do progresso.

O princípio básico que, julgo, nos deve orientar, é o de que não deveremos ser exagerados a ponto de prejudicar, ou abandonar, as estruturas que mantiveram a paz na Europa durante quarenta e cinco anos, e que

preparam o caminho para a queda do muro de Berlim, e de tudo o que ele representou.

O nosso objectivo deverá ser o de alcançar uma síntese entre as antigas e as novas estruturas que nos ajudem a atravessar as instabilidades e as incertezas que, durante algum tempo, iremos enfrentar.

É preciso edificar aquilo que o Secretário de Estado Baker descreveu como «uma comunidade de nações euro-atlântica, de Vancôver a Vladivostoque». Uma comunidade como esta deverá basear-se em valores comuns de liberdade, democracia e direitos humanos, e em mercados livres e abertos tendo como pilares várias instituições, em particular a OTAN, a CE e a CSCE. Embora cada uma delas esteja a atravessar um processo de mudança e adaptação, todas elas são vitais e indispensáveis nesta nova Comunidade euro-atlântica.

A Aliança Atlântica, fundada pelo Tratado de Washington de 1949, é o mais antigo destes pilares. Durante quarenta anos evitou o tipo de conflagração que, por duas vezes, dilacerou a Europa e o mundo na primeira metade deste século, propiciando dessa forma a era mais próspera na história da Europa.

A OTAN é mais do que uma aliança militar. Ela é, acima de tudo, uma aliança política entre nações, visando a salvaguarda de uma civilização comum. Ninguém poderá negar o seu espectacular êxito.

Mas, agora, a ordem do pós-guerra chegou ao fim. A guerra fria, e a ameaça de uma invasão maciça da Europa Ocidental pelos soviéticos, terminou. Ex-inimigos estão agora absorvidos pela urgente tarefa de alcançar a difícil transição para a democracia moderna, com economia de mercado.

Resta ainda muita incerteza quanto a esta transição na Europa, e quanto ao contexto global em que a mesma está a ocorrer. À medida que a velha ordem for desaparecendo, será lícito esperarmos desafios de vulto a um mundo estável e justo. Os casos do Koweit e da Jugoslávia — para não mencionar a disputa no seio da região mais armada da Europa, a ex-União Soviética — são disso prova convincente.

Neste futuro incerto, a OTAN é a chave para assegurar a estabilidade e prevenir a renacionalização das questões militares e de segurança, cujos efeitos foram devastadores antes de 1945. Tal como afirmou o Primeiro-Ministro Cavaco Silva — e outros líderes europeus do Leste e do Ocidente —, a OTAN continua a ser a base inquestionável para um clima estável e de segurança na Europa.

É a OTAN que une as democracias da Europa Ocidental e da América do Norte numa eficaz aliança política e numa estrutura de segurança. As activas instituições da OTAN — incluindo a sua estrutura militar integrada — são exemplares neste contexto. Se as deixarmos definhar, só dificilmente poderão ser repostas em períodos de crise.

Já vimos o papel singular e inovador que a OTAN pode desempenhar nesta nova comunidade euro-atlântica. O seu programa de relações com os nossos ex-adversários do extinto Pacto de Varsóvia revelou-se um grande sucesso.

Os europeus de Leste não apenas saudaram, como activamente procuraram, uma ligação mais estreita com a Aliança. Nós, pelo nosso lado, temos conseguido utilizar a nossa crescente ligação com o Leste para reforçar os nossos ideais, assim como a nossa visão quanto ao papel mais adequado que os militares devem desempenhar num sociedade democrática.

O novo relacionamento da OTAN com o Leste, incluindo os novos Estados emergentes da ex-União Soviética, realçou a capacidade da Aliança de desempenhar um papel construtivo nesta nova Comunidade Euro-Atlântica. Nos últimos três anos, a Aliança organizou três cimeiras de vulto, visando a sua própria reestruturação, no quadro de uma maior contribuição para uma nova ordem mundial.

Em 1989, a Cimeira de Bruxelas formulou um programa político para acabar com a divisão do continente, e liderou o processo de redução da enorme concentração de forças convencionais na Europa. Este facto levou à assinatura do Acordo sobre Forças Convencionais na Europa (CFE), em 1990.

E a Cimeira de Londres, nesse ano, lançou uma série de iniciativas que impulsionaram as transformações democráticas no Leste, como por exemplo:

- O programa de relações da OTAN com os membros do ex-Pacto de Varsóvia, ao qual já me referi;
- Uma série de iniciativas para fortalecer a CSCE; e
- Uma reformulação fundamental da estratégia, doutrina e estrutura das forças da OTAN.

Em Novembro último, a Cimeira de Roma estabeleceu um novo conceito de estratégia, baseado no diálogo, cooperação e manutenção da capacidade colectiva de defesa.

As forças nucleares da OTAN irão sofrer uma drástica redução. Também as forças convencionais da Aliança irão ser reduzidas e reconfiguradas, com a mobilidade e flexibilidade necessárias para dar resposta ao enorme leque de futuros desafios à nossa segurança.

Através de uma planificação colectiva, de uma estrutura militar integrada, e da manutenção de uma força credível de dissuasão nuclear e convencional na Europa, a Aliança continuará a manter a sua capacidade dissuasora e, se necessário, restabelecer a paz.

A Cimeira de Roma aprofundou ainda mais o programa de relações com o Leste, ao recomendar a criação de um Conselho Consultivo do Atlântico Norte — CCAN. A primeira reunião, a nível ministerial, dos países que integram o CCAN — incluindo todos os membros do ex-Pacto de Varsóvia — teve lugar em Bruxelas, no mês passado, com resultados positivos. Nessa altura o CCAN acordou em reunir-se a este nível pelo menos uma vez por ano e, mais frequentemente, a outros níveis.

Em Roma, e posteriormente, os Aliados estabeleceram os princípios orientadores da nossa política relativamente às repúblicas da extinta União Soviética. É fundamental que estas repúblicas:

- Respeitem os princípios da democracia e as regras do direito, assim como todas as normas e obrigações internacionais;
- Adoptem todas as medidas necessárias por forma a assegurar o respeito, ratificação e implementação dos acordos internacionais assinados pela URSS, como é o caso dos acordos START, CFE, do Tratado para a Não-Proliferação das Armas Nucleares e da Convenção sobre Armas Químicas e Biológicas;
- Promovam os direitos humanos e as liberdades fundamentais, ao abrigo do Acordo CSCE e de outras normas internacionais;
- Fomentem políticas que promovam a liberdade económica e as economias de mercado, o comércio livre e a cooperação económica mundial; e
- Se abstenham de tomar quaisquer medidas conducentes à proliferação das armas nucleares.

Os aliados apoiam o projecto dos líderes da nova Comunidade de Estados Independentes no sentido de assegurar, sob um comando unificado, o controlo seguro, responsável e credível das armas nucleares.

Embora na Europa de Leste se tenham registado enormes mudanças, também a Europa Ocidental tem vindo a transformar-se. Enquanto no Leste estas mudanças deram origem à desintegração do Pacto de Varsóvia e da União Soviética, no Ocidente, pelo contrário, a tendência tem sido em prol da integração.

Nós, nos Estados Unidos, reconhecemos como tem sido árduo — e bem sucedido — o processo de integração europeia. Procurámos fazê-lo avançar ainda mais após a Segunda Guerra Mundial. Não nos esqueçamos de que, desde o seu início, o meu país desempenhou um papel essencial neste processo.

A um ritmo que, em 1945, muitos teriam considerado impensável, os europeus conseguiram edificar uma Comunidade Europeia moderna e segura de si. Portugal, durante a sua Presidência do Conselho das Comunidades — e no seguimento dos passos históricos em direcção à união económica e política acordados na Cimeira de Maastricht — irá fazer avançar ainda mais a integração europeia.

Uma Comunidade Europeia sólida, partilhando dos nossos valores e empenhada no comércio livre, contribui grandemente para o interesse nacional americano e para a prosperidade e civilidade mundiais. Juntamente com os Estados Unidos, e com as restantes democracias dos países industrializados, a Comunidade Europeia pode facultar um modelo e assistência concreta ao desenvolvimento das democracias do Leste.

Desde o seu início, nos anos 40, a integração europeia tem tido importantes objectivos políticos e de segurança, embora estes, em muitos casos, tenham estado mais ligados a organizações de cariz económico. Subscrevemos a intenção dos europeus de formular políticas de defesa e segurança comuns. Na realidade, todos nós beneficiaremos com o novo impulso e energia daí resultantes.

Compete aos europeus desenvolver os figurinos adequados ao seu papel na política de segurança e defesa. Contudo, tal como foi acordado na OTAN, é necessário que asseguremos a complementaridade e a transparência entre a Aliança, à medida que esta se for transformando, e a identidade europeia de segurança, conforme esta for surgindo na CE e na União Europeia Ocidental.

Regozijámo-nos com a decisão adoptada na Cimeira de Maastricht no sentido de que a UEO irá actuar concertadamente com a Aliança Atlântica, assegurando que as suas políticas são compatíveis com as políticas de defesa



e segurança comuns, tal como a OTAN as define. A criação de estruturas militares independentes e supérfluas minariam a OTAN e, em última instância, a nossa própria segurança.

A Comunidade Europeia e os Estados Unidos têm, igualmente, um papel muitíssimo importante a desempenhar nas questões que se prendem com a segurança económica mundial, componente de vulto, como este grupo sabe, da segurança político-militar do mundo. A prosperidade mundial nos anos 90, e além desta década, depende do êxito das negociações do *Uruguay Round*, no âmbito do GATT. Se levadas a bom termo, as negociações aumentarão a riqueza em todo o mundo ao instituir um comércio mais livre.

O *Uruguay Round* permitirá uma melhor aplicação das economias de mercado mundiais, para benefício de todos. Mas, se fracassar, esses benefícios não serão aproveitados. E, facto mais grave, correremos o risco de deslizar para um neoproteccionismo, economicamente destrutivo e politicamente divisionário, impondo um preço inaceitável — com custos inaceitáveis.

É facto consensual que um *Uruguay Round* bem sucedido exigirá importantes reformas nas políticas agrícolas europeias e americanas, visando pôr de lado o pesado e sufocante proteccionismo actual a este sector.

Como afirmou, recentemente, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, alcançar mudanças económicas de tamanha importância global nesta área será uma das primeiras tarefas da Presidência portuguesa. Neste contexto, a liderança de Portugal orientará as políticas da Comunidade neste domínio e, juntamente com os Estados Unidos, decidirá, em larga medida, o seu resultado final.

Há que decidir se queremos optar pelo crescimento económico e estabilidade política, ou por desastre potencial.

Nesse sentido, os Estados Unidos trabalharão em estreita colaboração com Portugal, tanto mais que as negociações do *Uruguay Round* são uma questão para a qual os nossos dois países, através da sua liderança transatlântica, podem contribuir, positivamente, para benefício mundial.

Além da OTAN e da CE existe, como atrás referi, uma terceira componente institucional vital na Comunidade Euro-Atlântica: a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa.

Tanto a OTAN como a CE assentam em pressupostos de valores e interesses comuns. No entanto a CSCE tem um maior número de membros, muitos dos quais, ainda recentemente, estavam em confrontação mútua. Englobando

actualmente 38 países a CSCE irá, certamente, crescer: trabalharemos com os nossos parceiros na CSCE para garantir o desenvolvimento dos meios que permitam a participação dos novos Estados emergentes da ex-União Soviética, caso estes estejam preparados para abordar as suas questões em conformidade com as normas da CSCE.

A CSCE procura criar um clima de segurança, instituindo uma base comum entre nações díspares. Este objectivo específico, este espírito de não-partidarismo, torna a CSCE uma instituição singularmente promissora. Além disso possui duas características fundamentais que não se encontram em mais lado algum:

- É praticamente universal. Oferece um quadro de cooperação entre europeus e norte-americanos com histórias e objectivos distintos.
- Define as regras de jogo internacionais. O Acto Único constitui um «roteiro» para o desenvolvimento democrático.

A CSCE permite aos povos da Comunidade Euro-Atlântica trabalhar em conjunto para a melhoria do bem-estar, a partilha mútua de conhecimentos e experiências, e para a construção de uma instituição democrática, no quadro da resolução pacífica dos diferendos.

Pudemos já verificar na prática este tipo de colaboração. Ficámos com uma noção de como esta comunidade se poderá tornar útil, se estivermos dispostos a trabalhar nesse sentido.

Aguardamos com interesse as reuniões de alto nível que a CSCE irá realizar este ano, incluindo a reunião ministerial em Praga, no fim deste mês. No seguimento da Cimeira de Roma, está programada uma série de iniciativas com vista ao fortalecimento do processo CSCE. Essas iniciativas envolvem:

- A transformação do Departamento de Eleições Livres, em Varsóvia, num Departamento de Instituições Democráticas;
- A melhoria da capacidade da CSCE de dirimir conflitos e resolver as crises, incluindo o reforço do Centro de Prevenção de Conflitos em Viena; e
- O desenvolvimento de meios através dos quais a CSCE possa adoptar, em circunstâncias excepcionais, medidas rápidas e eficazes, mesmo com a objecção de um Estado membro.

Para terminar, permitam-me sublinhar que os Estados Unidos aprenderam as lições da História: a segurança americana e a europeia estão intimamente ligadas. Dessa forma, os Estados Unidos continuarão a ser um parceiro plenamente empenhado na Comunidade transatlântica.

Não quer isto dizer que o papel americano na Europa é imutável. Pode, e deve, adaptar-se à nova ordem que, hoje, estamos a edificar.

Já iniciámos o processo de redução drástica das forças militares estacionadas na Europa, de cerca de 350 mil para 150 mil efectivos. Estamos dispostos a deixar em solo europeu um corpo do Exército, com significativas capacidades militares. Este facto mostrará o continuado empenhamento americano na segurança europeia.

Reconhecemos que é insensato uma nação querer seguir o seu curso sozinha, neste novo mundo. Tornámo-nos de tal modo integrados, os nossos valores e padrões de vida tão indistinguíveis, que não teria sentido abandonarmos mutuamente. A nova comunidade que estamos agora a construir, firmemente assente na Aliança Atlântica, na crescente integração europeia e na CSCE, continuará a ser a pedra de toque da nossa política.

Em conjunto, mantivemos a paz e a segurança. Só permanecendo juntos podemos garantir a mesma paz e segurança no próximo século.

*Everett Ellis Briggs*

Embaixador dos EUA  
em Portugal



---

NATO, ITS NEW STRATEGY, AND THE  
US - PORTUGUESE DEFENSE RELATIONSHIP

---

*Leon A. Edney*



---

## NATO, ITS NEW STRATEGY, AND THE US - PORTUGUESE DEFENSE RELATIONSHIP (\*)

---

Thank you very much General Cabral Couto, General Loureiro dos Santos, my good friend Admiral Narciso Duro, Ambassador Briggs, other distinguished Ambassadors and very distinguished guests, fellow military officers and members of this Institute.

First of all let me apologize to you for coming into this beautiful country and speaking in my language and not yours. It's one of my inadequacies, and I hope you will bear with me.

It is indeed a distinct pleasure for me to return to Lisbon on a special occasion, one in which we celebrate 25 years of service by the IBERLANT command, commanded by Admiral Duro under our NATO Alliance. I also welcome this particular opportunity to address the distinguished membership of the National Defense Institute.

I believe that in a world that is undergoing historic and revolutionary transformation, it is important that we who are committed to the defense responsibilities of our various nations continuously explore and discuss the important critical issues of the Western Alliance and our individual national needs

Here at the National Defense Institute, you are afforded this opportunity to research and analyze these critical security issues. Rare indeed, in my experience, is the opportunity to do this, devoid of the routine distractions that preclude our professions from spending as much time as these issues deserve.

I envy you that luxury and I hope that my transatlantic views on maritime issues, affecting our NATO alliance and a few comments on the U.S. - Portuguese bilateral defense relationship may be relevant to your study and understanding of the change going on around us.

---

(\*) Conferência proferida ao CDN92, em 25 de Fevereiro de 1992, pelo Almirante SACLANT Leon A. Edney.

It was this month, forty years ago, that the Foreign Ministers of our Nato member states met here, in Lisbon, to finalize the ground rules of a new alliance called NATO. As you can imagine, that agreement did not come easily. But the architects of the basic structural and organizational foundation of our alliance did an exceptional job. Of all the multinational defense alliances entered into since World War II, today only NATO remains viable and relevant to the world around us.

In my judgment, this continuity is a result of the NATO alliance having been formed and built upon the principles of mutual cooperation, mutual reinforcement, and mutual respect and friendship. Today, NATO stands out as a mature, credible, defensive alliance of sovereign nations whose purpose remains to foster institutions of democratic process, dialogue and cooperation which will lead to growth and stability, while at the same time providing the deterrence for any possible security threat to our member nations. And we do this through a combined military strength of our individual nations. Never in this century has the world experienced such a period of rapid and unpredictable change. The Eastern Europe countries of the former Warsaw Pact and the republics of the former Soviet Union are undergoing massive, political, social and economic transformations. It is reassuring that on every continent we see if not the triumph, the emergence of democratic principles, principles that increase the voice of the people and concern for human rights. We see change that offers a hope for a new world, a new world order that brings with it the hope of peace. But we also have amongst us today great instability, and great potential for miscalculations and conflicting interests that could affect our security.

The end of the Cold War and the emergence of democratic governments that are representatives of the voice of the people, in my judgement was achieved by the constancy of the Western Alliance commitment to mutual security and defense of our national values.

I hope that you in this audience take a special feeling of warmth and pride in your contribution to that accomplishment. For over forty-two years, this alliance has born the cost of freedom and has served as a beacon for those who sought political freedom, human rights and more economic opportunities.

Today, we are witnessing the positive results of our vigilance and our commitment. I would say to you that while we should applaud the end of the cold war and the emergence of these democratic principles, we must



remain alert to the great instabilities created by these transformations of the rapidly changing world scene.

We see today the new Commonwealth of Independent States, formerly the Soviet Union, together with the Baltic states and the Eastern Europeans struggling with massive internal failures, and in many of the emergent democracies there are factors working against the success of this democratic process. Democratic traditions are weak and in some countries they are non-existent. The basic fact is that the inability to distribute goods, or provide the basics of shelter, food, jobs and health care for their people are providing hard tests for these nations.

We have seen Yugoslavia degenerate into civil war, emerging with new republics but at great cost to their people and their life style. There is a widespread concern, in many of our nations, that this same trauma approaching civil war could occur among many of the former Soviet republics that are more heavily armed. And we certainly need only to look at the face of the shocked and disillusioned Russian shoppers and the headlines of our papers, people that are experiencing the first wave of price increases, to realize that the ultimate success of democracy in Russia and any of these emerging nations cannot be taken for granted and will take our best help and effort.

It is in this environment that I see the continued vitality and relevance of our NATO alliance. I give NATO good grades for its responsiveness to the pace of change that has exceeded everyone's imagination in the last two to three years. In the last year alone, our alliance — with a degree of urgency that took countless meetings, dozens of document drafts and an unparallel degree of cooperation — has agreed and endorsed at the Rome summit a new strategic concept. This was followed weeks later by the publishing of a new military strategy, one that was implemented through the military committee.

And simultaneously, the major NATO commanders, myself, Admiral Slater and General Jack Galvin, working with our staffs, have developed new force concepts and associated force structures. At the same time, we undertook efforts to revise the readiness and availability, make them relevant to today's world. And we have embarked on a comprehensive command structure review which will change and downgrade and reduce the size of that structure. I think anyone would say that it is an amazingly productive and successful year for NATO.

Today we look at a changing world even in my area of responsibility. We are not focusing on the battle of the Atlantic, we are looking at an overarching maritime force structure that has been adjusted to support this recently approved new NATO strategy. We are reaffirming within the Alliance our commitment to a common defense, where an attack on one is an attack on all.

The new strategy validates NATO's role as a defensive alliance. We have no objectives on anyone else's territory. Our primary objective is to maintain a credible deterrence to conventional and nuclear threats, to our individual and collective security. As much progress as we have made, we still live in a nuclear world.

In this regard, we have also committed that the linkage between Europe and North America remains essential to this defense alliance. We also have acknowledged that we, in the alliance, welcome a stronger European defense identity, referred to by some as the «European pillar».

This will entail multinational integrated force structures — and hopefully it will include more clearly defined arrangements for complementarity between the emerging European economic communities, with security identity being identified to the Western European Union and our alliance. The challenge is to accomplish this within alliance objectives, while maintaining the viability of the North American linkage.

Within these broad objectives, NATO will continue to seek improved cooperation and increased dialogue to achieve a whole and free Europe. We will seek peaceful solutions to world problems and we will seek additional progress in the area of arms reductions. While contributing to stable, peaceful conditions, NATO must keep its guard up against the proliferation of high technology weapons of mass destruction. Not only nuclear weapons but chemical and biological. We must maintain a credible capacity to regenerate conventional and if needed nuclear forces sufficient to deter and defeat any coalition which might seek to challenge our security.

For the short and mid-term, in my judgement, crisis response will increase in relevancy and focus within NATO's governing body. To be responsive to this environment, the three major NATO commanders have generated a maritime forces working group to develop a series of force structures, which represent graduated response levels in this new world environment. These broad structures have been agreed upon by all of the NATO major commanders and I characterize them as reaction main defense and augmen-

tation forces. They also harmonize with the new force structures being generated by Allied Command Europe, under General Galvin's leadership.

I think it is important to examine a number of the facts which govern both the design of these future maritime forces and their implementation. It provides a variety of force levels built on the strength of all our collective nations and it is required that these forces be able to respond across the spectrum of peacetime presence and surveillance, crisis, and hopefully to deter, but if required to respond, to conflict.

In doing this, NATO requires sufficient force levels to react to a crisis in one part of the alliance, while maintaining adequate presence and response capabilities to security in all areas of alliance interest. That simply means that from a maritime perspective our interests in our area of operations go from the Bering Sea to the Eastern Mediterranean, from the Western coast of Portugal to the East coast of North America.

These alliance maritime forces, while primarily regionally based, must be able to deploy in NATO areas wherever the situation requires, and training must demonstrate and exercise this capability. And through this process we will demonstrate the inter-operability of NATO task groups, task forces and expanded task forces. We must have a robust exercise program, including routine training in the environmentally demanding North Atlantic, the Norwegian Sea, and certainly the approach to Gibraltar as represented by Iberlant's area command.

Greater reliance will be placed on sea lift, associated with build-up and resupply of forces required to respond to crisis management and any major threat. Over 90% of the massive amount of goods that were supporting the UN initiative in the Persian Gulf went by sea.

And this portends a continuing requirement for maritime forces to surveil and protect those sea lines of communications. The «shopping menu» approach, inherent in the new maritime force structure, will allow timely response with multinational maritime forces to go to a crisis area with the right mix of military capabilities. It will also allow additional forces, in direct or indirect support, to support associated tasks. These tasks include providing surveillance in monitoring the approach to a crisis area, and to protect the sea lines of communications.

That was done, for NATO interest, during in an out-of-area involvement in the Persian Gulf. Throughout the Mediterranean we were providing — with

NATO forces — surveillance and presence. Should someone have decided to execute what we did not take as an idle threat from Saddam Hussein, that terrorism would be expanded throughout our area of interest.

Terrorism is something we cannot ignore and we do not accept, and our forces were ready to respond. Luckily we did not have to. We also need forces to escort and protect the sea lift and the logistic support for the shipping that is vital to this concept.

And as everyone knows in today's warfare, the mine is a very cheap equalizer: it's easy to make and it's easy to deploy. We need adequate and sufficient anti-mine measures to protect the shores of our own nations and the interest of our alliance. We also must be able to maintain proficiency in submarine warfare — that which goes on under the sea — and anti-air warfare. You cannot prevail in modern warfare without air superiority. We must be able to do this not only at the scene of the action but in the choke points: Gibraltar is a choke point, passing the straits of Sicily is a choke point and even the Baltics are choke points.

And choke points can be made depending on your area interest. Certainly the Suez Canal is a choke point. These rapid reaction forces will be supplemented by main defense forces, designed to supplement and provide sustainability when a crisis is escalated to a point that a potential for hostilities exist, or we need prolonged sustainment of these reaction forces to maintain the pressure below that of violence. These forces should be in sufficient numbers and capabilities to contain the crisis and prevent hostilities.

As with reaction forces, main defense forces will require additional units to specific tasks. I share these things because all of our nations are looking at a reduction of forces and it's going to take more and more coordination and consultation to make sure that we emphasize the strengths and not duplicate our strengths but fill the holes where we have some shortcomings.

Finally, the maritime augmentation forces are comprised by balance of alliance naval forces — we call them reserve forces in my country — forces that can be maintained at a lower state of availability and readiness, but that are there to respond if the crisis in the world environment is turning to its major confrontation.

I want to share with you this morning, that as a major naval commander, it was simpler to define the old concept of employing maritime forces, or any force for that matter. A concept of employment which had a very well-

-defined threat, we knew who enemy was, we knew where his base land was. To defend against it was not easy but it was straightforward.

We now find ourselves in a much more difficult, although favorable position of having no identifiable major threat to this alliance's collective security. Now the challenge is to define a concept of operations, designed to protect the peace and respond to potential security risks which will be multifaceted and multidirectional in nature.

And finally, we must retain the capability to successfully defend the alliance against the potential of a major attack by new coalitions using war-fighting capabilities that exist today. The concept of operations that I'm talking about envisions two graduated corps of multinational forces that will react as reaction forces in times of crisis.

They are standing naval forces which we call Standing Naval Forces Atlantic, long and loyally participated in by the Portuguese naval forces, and the recently created Standing Naval Forces Mediterranean. In times of crisis, these can be built up simply by adding cruisers, aircraft carriers and so forth with the shopping menu approach available to apply to the crisis.

These forces have regional titles to them: Atlantic and Mediterranean. They will be based there for reasons of convenience of command and control. But they must be able to operate in all areas of water relevant to this alliance. And they also will be able to be supplemented by national units representing the individual national security climates of the alliance but available also to the alliance in times of crisis.

Now, these two forces may also be supplemented by the main defense forces which then would be either directed North or South, depending on where the crisis is going. And augmentation forces mentioned earlier would be held in reserve.

This concept of operations allows you more flexibility and allows you to develop an over-arching, non-threat specific framework. We are not pointing towards any specific enemy. We are taking out the reference... there is no Soviet Union and we don't refer to the Russians, we are not training against the Russians, we are training against military capabilities that exist today in case they end up in the hands of someone who chooses to threaten us.

Activation of these multinational maritime forces could be requested by a major NATO commander, an individual NATO nation, or the NATO military committee. The importance in the strength of our alliance is that

the application and approval for the use of any these forces must be approved by the North Atlantic Council.

And The North Atlantic Council, as you know, is a Council of 16 nations that operates through consensus. So wonderful, and yet is a complex operation. And the voice of Portugal or the voice of Iceland who has no defenses are the same as the voices of Spain or France, UK or the United States. That's the strength of this great Alliance.

Adequate logistic support is something that we must pay more attention to. It will be crucial to the successful implementation of new maritime forces. The concept, as well as the application. Remember the objective of this alliance is to deter conflict. If you are going to deter conflict, you have to be able to convince people that you mean what you say if your security interests are threatened. That means that we have to pay more attention not only to sea lift, but to the logistic support of oil supplies. The Alliance needs more emphasis on oilers, what we call the gas stations to the fleet. We need a commitment to float as well as to shore forward base logistics, specifically to be able to do ship and aircraft repairs overseas. You have a wonderful facility here in Portugal, one of the top leading technological capabilities that I have seen in the world, in OGMA. We need to be able to manufacture repair and spare parts and make ship repairs if we are to put meat into the substance of this concept.

And the NATO maritime training cycle needs to be modified to reflect training requirements of the envisioned multinational forces. I would envision that they would be stretched over a longer period of time, and so that the NATO expanded task force — which is multiple carrier operations — would take place every three years, every 36 months. Operations with carrier task forces, NATO carrier task forces, every eighteen months and then the more normal task group of six to seven ships would take place on an annual basis. This is not done to be generated towards any threat; it is done because of the need to practice interoperability, communications, to make sure your radars interact and don't interfere with one another. And the recognition that all our armed forces are young armed forces, that there is great turnover, so that what you practice three years from now is done with different people and, in many cases, different ships. Only by that commitment do you have a credible force.

Similarly, we must be willing to practice command force exercises and live training exercises that interact between the military and the civilian leadership who are going to be making the decisions, and have to understand more about the concept that I am talking about. We have to understand the tactics as well as the doctrine that support our alliance. We must not just exercise for exercise's sake. While the future cannot be predicted, NATO must accept and adopt to the realities of what has happened. The dismemberment of the Soviet Union as we know it is permanent. Our military requirement to maintain a balance against the residual soviet, now-russian threat, is of less urgency. As each day passes we continue to see the disintegration of the forces of our former adversary and we are reaching out with sincere friendship. One thing is certain: the Warsaw Pact and the Soviet Union will not reconstitute. Russia and the Confederation of Independent States bring different force structures and different coalitions to bear on the issue. It is our challenge within this alliance and our friendship of nations to make that a successful transition and welcome them into the community of productive free nations.

No one however, can safely predict how this will turn out. The instability in the world and potential for regional conflict remain high and they are not going to lessen in the next five to ten years. It is still a dangerous world out there. Some people in my country and the Congress — I will be testifying before our Senate Armed Forces Committee when I go back the States early next week — are asking the question, because of the desire to put their funds in other areas that desperately need funds also: why do we need so many armed forces? They are asking us to justify our existence. I don't feel that is necessary at all. All you have to do is read the daily newspapers. Today, as I speak, there are thirty-five open conflicts being fought around the world. Ten nations have confirmed stockpiles of chemical-biological weapons and the means to deliver them. Ten to fifteen nations possess, or are approaching the possession, of nuclear weapon capability, and thirty-two nations currently possess ballistic missiles that could carry these weapons of mass destruction two of these are in the underdeveloped nations category and they cannot be categorized as friendly to Western industrial nations or the interest of world peace. That is why we must remember that the first primary responsibility of a free society is to defend that freedom.

The newest and most pressing concern is that the nuclear technology expertise of the former Soviet Union could very possibly fall into the hands

of the highest bidder able to purchase these materials and services. And so I would share with you today that no one should have to wonder what the relevance of NATO is. I do not see a kinder, gentler world out there. Rather, I see a world that continues to validate the need for credible collective defense forces, collective security alliances, and NATO is at the head of that class.

We need NATO to protect our collective interest in a world that is increasingly unstable. Therefore, the crisis response capability of this alliance is important; what we do with that capability is a choice of decision and responsibility for our civilian leadership. But I would argue that military preparedness to deliver trained credible forces to a crisis must be addressed by this alliance with a sense of urgency. The new strategy that we envisioned just two years ago, we envisioned it evolving over a period, and we were talking about 1995 and beyond. And yet, as we all know, it is here now. It is a strategy of today. From the perspective of my professional responsibilities, it is a luxury to know your enemy, to study his tactics and train to take advantage of his weaknesses. We did this and we did this well vis-a-vis the Soviets for over forty-one years. Now the challenge is to train to capabilities and be ready to deter unknown adversaries. This is a much more difficult challenge. It takes a lot more commitment to keep that resolve.

There is a great deal of work to do, particularly on the maritime side where my interest lies. There is still much of a tendency, in my experience among naval officers, to assume that we have always been operating with multinational forces, we have always operating in the sea, and that the sea never changes. So what is new? If you have that opinion and you are wearing a naval uniform, you have got the wrong opinion. There is an urgent need for us to define new concepts that are relevant to this strategy that I have been talking about, and responsive to crisis-management issues. There is an urgent need to make our civilian leadership aware of what the true flexibility and mobility of naval forces are. We must move on and implement the forces that bring about this concept and we must be able to provide credible forces to bear on any particular problem that our civilian leadership chooses to exercise.

We, as the major NATO commanders, need to identify the holes that exist in our planning to date, and fill those holes. In my judgement, this should focus on three primary areas: first and foremost is the applicability of new



command and control arrangements. This is a difficult one because NATO is a political alliance and we do a lot of strange things, politically, to stroke each other's egos. But I want to tell you as a military commander that the test of command and control is on the battle field. And it must be simple and uncomplicated, and it must serve the battlefield commander's interests and not the interests of egos. And so we must put more focus on this and we must ensure that it works.

Secondly, we must ensure the adequacy of the required forces to execute the tasks assigned, and thirdly, we must train, we must exercise, to make sure that if you ever need the application of force we arrive with ready capable forces, able to accomplish the mission you assign. We still need to do low-level flights; we still need to do complex landings in an amphibious environment; we still need to do integrated air operations if we're going to be successful.

The new strategy includes maintenance of smaller more flexible and mobile forces. It sounds simple, but "the devil is in the detail". The long-term commitment of NATO to maintain crisis response forces for our stability is essential to our survival as free nations.

Let me make one more point on training exercises. We are going out to do an exercise in just two weeks up in Norway. Some people ask: "why are you doing it?" We are not training against Russian capabilities, we are training for the interoperability, the complexness of communicating with nations from all of our alliance and the complexity of integrating air support, sea support, and amphibious forces ashore. We are working with the reserve forces of Norway, Netherlands, U. S., Denmark, and all of the forces of our maritime forces. That is why in the Persian Gulf, no matter how the forces got there — they got there in response of the United Nations — but when they got there it was the training provided by this alliance that allowed them to be so successful. We must not forget that.

Finally, I want to share with you one last thought and that is that with increased emphasis on regional instability and crisis management, the bi-lateral defense agreements that evolve out of our wonderful NATO associations are equally important. The United States and Portugal are charter members of NATO and they are charter members of this close mutual friendship. The US and Portugal, over a long period of time, have shared bilateral usage agreements concerning the Portuguese air facilities at Lajes. The strategic importance of Lajes in supporting resupply and logistic support from the

United States and North America should be obvious in the concept and the context of the new strategy I talked about.

We value the longstanding joint usage agreements. Agreements that are based on the good will and the friendship between our people and the leaders of our two nations. Our two nations today are in the process of renegotiating the defense and cooperation agreements that enable us joint usage. I personally look forward to advancing this beneficial bilateral relationship.

In the process we must adapt to the realities of the changed environment that I have been talking about today. We are talking about an environment of decreasing defense budgets, decreasing forces, changing applications. We will have smaller defense forces, and we must be more effective in sharing our individual and collective defense contributions to the total benefit of this alliance and our individual needs, as I have been talking about. It is a complex and difficult issue. There is a strong feeling by many in the United States that it is time to spend less on defense and seek more mature relationships vis-a-vis mutual benefits, shared by overseas partners.

One thing is sure: the United States is reducing 30% of our forces and that includes our people, our equipment and our supporting overhead. Every base in the United States and overseas will share the impact of this reduction. There is going to be less presence — some people call that the peace dividend. I'm not so quick to call it a peace dividend, but it is a fact of reality.

And this means that there are going to be fewer jobs to support the presence that we have had for the last 42 years. This is one of the realities of the peace dividend. It's difficult, it's hard to do no matter where you are. There are eight shipyards that support my Navy. For the funding that we have got, if you take 30% — and I have to have a quality force at the end that it is smaller — we have to shut down two shipyards. Now, I want to tell you, when you shut down the Philadelphia navy shipyard it costs eight thousand jobs. And eight thousand jobs is a lot of jobs, and that's direct jobs, that is not talking about the supporting industries that feed and care and fill out the other needs. So this type of negotiation is going on throughout the United States, and it's going on throughout Europe. We are out of the Philippines and the progress is difficult.

What I've been talking about is a higher level of importance. That is the challenge of free societies. To redirect the amount of effort that you put into

defense, if you are lucky enough to put it where it belongs, and there is not one in this audience that wouldn't rather be improving other things. My country certainly has tremendous needs to improve the quality of life for our poor, our education, our health care, our environment. And we have to be able to make the transition and not hang on to a job, because when the need for a job goes away we have to be able to redirect.

My commitment, and my plea is that we understand these issues, and we do it in a manner that is not divisive to the fundamental strength of our alliance which is the commitment and similarity of our friendship and our freedom and our heritage. It is a very, very important issue and it is a very complex one and it affects the lives of local and even national politics. And it does get emotional. But I can tell you that it is best done in an open dialogue, with open planning and seeking better understanding with all concerned.

These issues that I'm talking about are separate from base rights negotiations but they tend to get entangled due to the emotions in the lives of those involved. Even if we had no base negotiations, a 30% reduction in forces in my country is going to go on and when you do that you have to reduce presence and it's going to affect jobs. To combine the two is a disservice. But the emotions will be there: I am a realist, not an idealist. I simply commit to you the difficulty of the challenge. We need to meet this challenge and maintain the good relationships that are the foundation of our friendship and our alliance.

From my perspective, it is primarily the changes in the central front of Europe and the land map of Europe that have been so dynamic in the last two years. The fundamental mission of alliance naval forces remains — and in fact, in my judgement, may increase. Because NATO remains an alliance of free and independent nations, nations that depend on trade and free access to foreign markets. And they do this by the sea lanes of the world. Our collective nations depend for the quality of life, on freedom of the sea. The southern flank of NATO — which you are on the gateway to — remains an essential part of this lifeline. And, therefore, IBERLANT will remain an essential part of this alliance. Because everything that passes through the southern flank passes through IBERLANT waters. And therefore, the geostrategic importance of the Atlantic in the approach to the Mediterranean has not diminished, and will not diminish. And we must remain focused on the training and credibility and readiness of forces assigned to IBERLANT. In the final analysis I would say to you that the naval forces will continue

to be among the most acceptable and versatile forms of military presence in an area of crisis management. Because they convey calculated ambiguity, calculated response. Their presence on the high seas does not violate anyone's law. They don't commit the nation to any specific act, or any course of action.

There are no boundaries when you sail across the seas. The choices for the use of naval forces are varied, and they are many. In fact they are unique, because there is no permission required to ply these waters. Naval forces can stay on station as long as you need if they have those oilers I was talking about. And they also can be withdrawn on a moments notice. They are vehicles of people-to-people diplomacy. Visiting ports, I often say to my army friends it's hard to have a friendly visit by a batallion of main battle tanks We do it all the time with our ships. And naval forces maximize NATO's options while contributing to stability and contributing to peace, contributing to friendship and understanding.

We, in the Western alliance have arrived at this significant era and world history because of the consistency of our commitment and the rightness of our cause. And our cause is freedom and our purpose and our intent is collective security of that freedom. We accept and welcome the fact that the world has changed and that the overwhelming military threat poised by the Soviet Union has disappeared. We welcome their hand of friendship, we welcome their reduction of nuclear weapons. I am pleased that by April there will be no more tactical nuclear weapons on any US ships. That's a pleasing fact for me and that's a part of the result of the commitment of this alliance.

To accomplish this, and maintain this, we need the multinational defense forces of this alliance to prove in truth that peace through strength should not be abandoned, and we should not confuse that issue.

I will close by saying that I personally agree with an observation that President Harry Truman once made. That is that "the only history that it is of no value is the history we forget".

I thank you for this opportunity to share a few views with you this morning and will be glad to take questions if you have any at this time.

### QUESTIONS

Q: On the command and control change that is occuring in NATO do you see any impact on our area of interest, Iberlant?

A: No, I don't see any changes in the Iberlant area at this time, although we have not formalized the major change which needs to take place, that

is we are moving from three major NATO commands, SACLANT, SACEUR AND CINCCAN to two major NATO commands, SACEUR and SACLANT. In this process we are now trying to reach agreement, we have agreement within the Alliance on the southern command area which will remain about the same as it is today. The central command area which will be focused generally around a totally unified Germany with Denmark in that central front and then a new AFNORTHWEST command that includes Norway and the U. K., and the Baltics in the North Sea as a connecting link. So that's the major focus that is going on, and how do you do that complex process of taking down the old CINCHAN struture and reforming it so that all of the nations feel that they are adequately represented.

What I continue to see is IBERLANT playing a major role in the transition between the Atlantic and the Southern flank, which is the Mediterranean and an increasingly important area. I am not able to predict where the future is going to go, but one thing that the future is going to entail is that Africa has got to come as a continent into a more stable environment. Hopefully it will do that in a peaceful manner but there is great potential for lots of conflict. Once again the IBERLANT waters are a focal point of transition. Wou can't get to any area of the alliance with the exception of the far north without entering the IBERLANT area. So I do not see and I have no plans for a reduction of the IBERLANT significance to the Atlantic Command or as a transitory point, through Gibraltar as an example. In fast I loock at IBERLANT as being very helphul in that process.

Q: I would like to pose the following question: In relation to the defense structures emerging in Europe, how can we articulate NATO with those defense structures, having in mind not only optimization but also rationalization regarding operational commands?

A: I think the important thing in the process is to maintain flexibility and not create redundancies of bureaucracy or command structures. That is what I interpret as the way to have transparency between, for exemple, the Western European Union and NATO.

In the last year we have used forces that are committed to this alliance in a variety of ways that have benefitted all of our countries, but that have not always responded under the NATO flag. As an example, in the Persian

Gulf, we had representatives of our NATO alliances serving in the Gulf but not under a NATO flag. They were NATO forces but they got there under, sometimes their own independent national response to a UN resolution, sometimes under a collective response to the WEU, but when they got there they interacted and were credible forces because of the NATO training that they had done. We also had NATO under NATO's flag, as I mentioned, performing surveillance against the potential threat for terrorism throughout the Mediterranean. And certainly we sent the ACE's mobile forces representing Belgium, Italy and Germany to protect Turkey's interest in the Iraq crisis. We have also used forces from France and Belgium — Belgium's forces were the same forces that are committed to NATO — when they had a crisis in Africa.

All of this is achievable if we remain flexible and understand that crisis response will have different applications from different perspectives. What is important, I think, is that we not try to duplicate the massive and yet effective infrastructures that we have committed from our nations and already exist in Brussels. We should be able to have transparency and thorough dialogue with the various leaderships to decide which is the best shopping menu to apply to a particular crisis. I also believe that it is important for our entire world security even when the magnitude of the large threat goes away that we maintain the strength of the Atlantic link between North America and Europe and NATO is the way to do that.

Q: Admiral, I am the Ambassador of Norway in Portugal and I think you gave us a brilliant outline of the challenges that are facing our Alliance, for which I want to thank you. There seems to be a, as you have said yourself very clearly, a very dramatic shift in the global security situation. (...) It seems that NATO, to an extent, will be assuming the role of policing the world in the future. And do you see, as an example, the integration of NATO in a — let's be very optimistic — in a United Nations peacekeeping force? Thank you, sir.

A: Thank you, Mr. Ambassador. First of all, I think I have a different perception of what NATO's role is than as that of police force. I do not accept that role for NATO. I don't think it is proper and I do not think that either NATO, nor my own country is a police force for world stability. And so I have seen no tendency within the NATO leadership that I have participated

in with great pleasure for the last two and a half years, to accept, and I think properly so, the role of world policeman or even area policeman. In fact, NATO has not accepted an out-of-area role, which I assume could then start a linkage to that concept. So I don't believe that NATO has a role as world policeman nor should they.

What I do believe is—and I think NATO's responsibility has to remain focused and limited to what our objectives are—that this group of sixteen nations must communicate that there is solidarity, there is commitment to collective defense for any coalition that chooses to challenge and threaten the security of this unique group of nations. And in so doing, we stand for the support of international law, we stand for human rights, we stand for governments that have the voice and ability to change those governments through the ballot box and not through the muzzle of a gun. And when those elements that do exist around the world threaten our direct security interest we will respond in unity.

Q: Admiral, I would like to pose a question regarding the Azores. In 1973, the Azores showed they were vitally important to the resupply of Israel and maintenance of the State of Israel. During the Gulf War, last year, the importance of the Azores was, perhaps, not as vital. The explanation I find lies in the time factor. While in 1973 there was a need for a very swift deployment of forces and resources—in a matter of days—now (during the Gulf War) there were months to deploy the military power to begin Desert Storm. I would like to ask you, Admiral, in your capacity as a military commander, as an American military commander, if you consider that the Azores, in case of a crisis in the Middle East or in the Mediterranean, continue as important, I would say as vital, as they were in 1973. Thank you.

A: As a military commander, I do consider that the Azores has extreme high value and strategic importance, not only to the mutual bilateral relationship between Portugal and the United States but to the interest of this alliance as we look to a multipolar, multidirectional world, because of their location and their ability to respond East and West, North and South. And now, what needs to be also factored into the situation is that nothing is ultimate, so you have to define what is essential and what is a benefit. And then, you have to define where we and the realities of the world; and so I tell my people and who we interact with, that the realities are that we are coming

down by 30 percent; the realities are that they are different from 1973. My country has spent the last 20 years seeking an association with moderate Arab states trying to modify and find avenues of solutions to a very difficult, complex situation in the Middle East. It is not easy but the chemistry and the dynamics are different in 1992 than they were in 1973. And also, the presence and deployment of forces and the capabilities of those forces are different.

What I do see is that we come down now without the massive threats presented by the bloc politics. We used to generate force levels and our actions based on the other side, the magnitude, and the state of intentions of that threat. Now the fact of life is that in my country we generate our responsiveness based on the budget, and so we have to take a look to where the budget is driving, because it used to be that the threat drove the budget; now the budget drives the responsiveness of our armed forces.

And so in those realities, if there is a conflict, I have to manage to the realities of my budget. As a maritime commander that has spent the majority of my time in the Pacific, three years ago I would have said to you there is no way that we could be out the Philippines, and on December 12 of this year all United States naval forces will be Philippines. Three years ago somebody would have said that was absolutely vital and essential to U. S. interests in the Pacific and that we could not do without it. That was not a true statement then; it is not a true statement now. And there is nothing that is vital in that environment that can be taken in isolation from the realities of the budget and the realities of the changing world around us.

I am particularly interested in getting, as military commander, an acceptable, mutually workable agreement. But there is nothing in the environment today that cannot be worked around, and certainly everything has to be worked within the realities of what we can afford. That is a problem in our country because we have such a tremendous deficit. We have got our Congress saying it is time we have our deficit spending under control, and the military commanders are being told to look at every avenue. This is nothing associated with the negotiations. We are looking at where we had ASW forces and if there isn't an ASW threat there, we cannot afford to have ASW forces, and we have to reallocate those. Those types of the decisions are going on and they are very complex.



So, a short answer is, yes, they have strategic value not only for today but, I believe for tomorrow. Are they absolutely so vital that we can't do without them? The answer is: I don't know of anything that we cannot do without except for a credible nuclear deterrence, because we live in a nuclear threatening world and you must be able to deter that in order for your own peace and the world's peace.

*Leon A. Edney*

Admiral

Supreme Allied Commander  
Atlantic

Commander in Chief  
US Atlantic Command



SUPREME ALLIED COMMANDER ATLANTIC  
COMMANDER IN CHIEF U. S. ATLANTIC COMMAND

ADMIRAL LEON A. EDNEY  
UNITED STATES NAVY

*Admiral Leon A. "Bud" Edney, a native of Dedham, Massachusetts, was commissioned an Ensign in 1957 following his graduation from the U. S. Naval Academy. He earned a master's degree in public administration from Harvard University in 1963.*

*Designated a Naval Aviator in 1958, Admiral Edney's first operational flying tours were with Air Antisubmarine Squadrons 27 and 24. Following his graduate studies at Harvard, he served a two-year tour in Washington, D. C., as a Special Assistant to the Deputy Chief of Naval Operations for Research and Development. In 1965, Admiral Edney transitioned to light attack jet aircraft and was assigned to Attack Squadron 164. In 1970, Admiral Edney was assigned to the Staff of the Chief of Naval Operations as the Western Hemisphere Plans Officer in the Political-Military Plans Division. He was selected as a White House Fellow in 1970 and served as a Special Assistant to the Secretary of Transportation. In 1971, Admiral Edney was named Executive Officer of Attack Squadron 27 and assumed command of the squadron the following year.*

*Admiral Edney assumed command of Carrier Air Wing TWO embarked in the aircraft carrier USS RANGER (CV 61) in 1974. He then became the commanding officer of the fleet oiler USS PONCHATOUA (AO 148) two years later. He then served as Chief of Staff for Commander, Cruiser Destroyer Group FIVE before assuming command of the aircraft carrier USS CONSTELLATION (CV 64) in January 1980. Under his command, CONSTELLATION participated in RIMPAC'80 exercise with navies from the Pacific basin before deploying to the Western Pacific in April 1980. During this deployment, CONSTELLATION remained on station in the Indian Ocean for 110 straight days in support of U. S. foreign policy.*

*In June 1981 Admiral Edney was designated a Commodore and became the sixty-ninth Commandant of Midshipmen at the U. S. Naval Academy. In March 1984, he became Commander, Carrier Group ONE and made another deployment to the Western Pacific embarked in CONSTELLATION the following year.*

*Following his assignment as Commander, Carrier Group ONE, Admiral Edney served as the Assistant Deputy Chief of Naval Operations for Air Warfare, Director, Aviation Plans and Requirements Division; and later Director, Office of Program Appraisal for the Secretary of the Navy. In 1987, he became the Chief of Naval Personnel, and the Deputy Chief of Naval Operations for Manpower, Personnel and Training. He assumed his present rank and the duties of Vice Chief of Naval Operations in August 1988, and as such was directly*

*responsible to the Chief of Naval Operations for the command of the Navy's operating forces and the administration of its shore establishment.*

*In May 1990, Admiral Edney assumed his present duties as NATO's Supreme Allied Commander, Atlantic, and Commander in Chief, U. S. Atlantic Command.*

*Admiral Edney's personal awards and decorations include the Defense Distinguished Service Medal, the Navy Distinguished Service Medal with gold star, the Legion of Merit with two gold stars, Distinguished Flying Cross with four gold stars, Bronze Star Medal, Meritorious Service Medal with gold star, Air Medal with gold numeral 8 and bronze numeral 30, Navy Commendation Medal with Combat V, and the Republic of Vietnam Gallantry Cross with gold star, as well as various campaign and unit awards. During his career he has accumulated more than 5600 flight hours, flown 340 combat sorties, and made more than 1000 carrier landings.*

*Admiral Edney is married to the former Margon Beck of Hastings, Nebraska. They have two daughters, Merrie and Jaimie.*

---

SEGURANÇA NO MUNDO, NA EUROPA  
E EM PORTUGAL

---

*Virgílio de Carvalho*



---

## SEGURANÇA NO MUNDO, NA EUROPA E EM PORTUGAL

---

### I — SÍNTESE INTRODUTÓRIA

A grande crise global, que foi a chamada Guerra Fria, constituiu o culminar dum longo processo histórico principalmente caracterizado pela confrontação entre os Mundos Marítimo e Continental na disputa de controlo da rica faixa marginal meridional do imenso continente euro-asiático. O Mundo Continental, procurando assenhorear-se do controlo deste continente para projectar depois o seu poder para a referida faixa, a que alguns geoestrategistas chamam «RIMLAND», e o Mundo Marítimo, utilizando as potencialidades de mobilidade e de concentração de força militar do poder marítimo, procurando conter tal pressão expansionista na direcção do Mediterrâneo, do Atlântico Norte e dos chamados mares quentes do Sul.

O processo histórico referido, expansão-contenção, começou com os descobrimentos oceânicos de Portugal que, culminando no domínio do oceano Índico na sequência da batalha naval decisiva de Rumes, ou Diu, de 3 de Fevereiro de 1509, obrigou o Império Otomano, que já avançava no sentido do Mediterrâneo e da Europa Ocidental, a fixar as suas atenções na região Ásia-Índico. Arnold Toynbee refere-se a este acontecimento, sustentando ter começado a «Era Pós-Gâmica com a chegada do navegador português Vasco da Gama à Índia em 1498 (1). Era essa a que Daniel J. Boorstin chamou, por seu turno, de «Nova Idade do Mar». Processo histórico este que prosseguiu ao longo de séculos, com protagonistas continentais e marítimos de crescente poder, e que culminou com o frente a frente dos poderes continental e marítimo máximos, representados pela superpotência continental URSS controlando a Europa de Leste, e pela superpotência EUA acoplada através do Atlântico Norte à Europa Ocidental pela Aliança Atlântica, ou NATO.

---

(1) «Civilization of Trial».

O enfrentamento máximo continente-mares teve início no seguimento do final da Segunda Guerra Mundial (1939-45) com a consecução do domínio da URSS sobre a Europa Oriental. O qual provocou um desequilíbrio geopolítico que, de acordo com teses como a do geógrafo inglês Mackinder, seria susceptível de poder conduzir a URSS à hegemonia mundial, primeiro pelo controlo do continente euro-asiático e, depois, pela extensão desse controlo à África. Foi perante tal perspectiva que o Mundo Marítimo pareceu ter resolvido dar-lhe a resposta que o mesmo Mackinder prescrevera, o acoplamento de potencial estratégico da América do Norte com a Europa, para conter a expansão da URSS para a Europa Ocidental.

Como é conhecido, a eficácia da contenção do citado processo expansionista da URSS ficou a dever-se à neutralização da ideologia comunista pelo desenvolvimento económico da Europa Ocidental conseguido por uma resposta eficaz dos povos desta ao auxílio económico que os EUA lhe prestaram pelo Plano Marshall, e pela dissuasão que a NATO e a arma nuclear desta superpotência, associada à credibilidade que a presença de forte contingente norte-americano na Europa deu ao eventual recurso ao seu emprego, constituiu. Eficácia de contenção que obrigou a antagonista a enveredar por uma confrontação indirecta de mais de 40 anos, tornada progressivamente mais perigosa pela escalada armamentiva ocorrida. Nomeadamente quanto a meios nucleares, associados a pressões psicológicas que fizeram da chamada Guerra Fria uma autêntica crise estratégica de grandes dimensões, com sucessivos reptos e respostas que, a não poderem terminar em compromisso, teria por risco o holocausto.

Importa chamar desde já a atenção para o facto de o desfecho da Guerra Fria — o inêxito da URSS quanto aos seus objectivos hegemónicos — não ter decorrido de derrota militar dela. O que resultou, antes do mais, da gestão racional da crise que os contendores, responsabilmente, praticaram. E, salientar principalmente, para além do respeito que tal conduta deve merecer, as lições positivas da crise para o futuro, tendo em mente que os homens precisam de fazer da «aldeia global», em que as facilidades de comunicações têm vindo a transformar o mundo, um planeta onde seja cada vez menos utópico equilibrar as suas aspirações à Segurança, ao Desenvolvimento e à Justiça.



Parece ter sido mesmo isso que inspirou estadistas como G. Bush e M. Gorbachev quanto ao que hoje se chama correntemente de Nova Ordem Internacional (NOI). A qual, segundo se afigura, teve como principal fonte de inspiração o equilíbrio e a estabilidade global que foram afinal conseguidos durante a Guerra Fria com o medo do holocausto, e com o funcionamento correcto da aliança que maior êxito registou na História, a inegavelmente defensiva e democrática NATO. O que tem agora sido reconhecido pelos próprios ex-membros do Pacto de Varsóvia, mormente os da Europa Oriental, ao desejarem que a Aliança Atlântica permaneça, e que a presença de forças militares da América do Norte na Europa Ocidental continue, como missão intrínseca dela. Equilíbrio e estabilidade, e ausência da guerra global, que tornaram possíveis, com a ajuda técnica prestada pelos EUA, potenciada pelas virtualidades da democracia política e económica, os êxitos de desenvolvimento registados nas regiões da Ásia-Pacífico e da Europa. Êxitos que foram consubstanciados na Europa Ocidental em associações regionais de cooperação económica como a EFTA e a CE, esta inclusivamente com projectos de avanço para entendimento político e militar. EFTA e CE que estão já preparando a sua associação mútua para a formação do chamado Espaço Económico Europeu (EEE).

Parece assim lícito tomarem-se como bases para o arranque seguro da NOI a democracia e o acoplamento estratégico euro-americano, por parecerem capazes de poder contribuir decisivamente para manter os homens em esperançosos caminhos de Segurança, Desenvolvimento e Justiça, e de equilíbrio ponderado entre estas aspirações universais. Isto, apesar de o abrandamento do receio da ex-URSS estar a dar azo a manifestações de enfraquecimento da coesão europeia e transatlântica.

Do acoplamento estratégico América do Norte-Europa já se referiram os êxitos. Quanto à democracia, convirá lembrar não haver guerras entre países democráticos desde 1910. E lembrar também que a mesma democracia, tendendo a tornar o Mundo mais autêntico, o torna também mais difícil de gerir, como está acontecendo com espontâneas afirmações nacionalistas, étnicas e religiosas.



## II — A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

A prioridade das prioridades da NOI será, então, organizar a paz. Isto é, em princípio, o equilíbrio e a estabilidade global, a procurar pela prossecução dos seguintes objectivos, aos quais se estima ter sido atribuído o seguinte ordenamento pelos seus promotores:

- a. Pôr a URSS em condições de pilar credível da NOI, a par dos EUA, com equilíbrio interno entre Segurança, Desenvolvimento e Justiça, a promover por democratização e modernização;
- b. Recuperar, credibilizar, aceitabilizar e dinamizar a ONU, para que possa, progressivamente, ir rendendo as superpotências em futura gestão global do Planeta, nomeadamente para conseguir substituir violência por diálogo e confrontação por cooperação na resolução de conflitos, e para intervir militarmente com forças próprias multinacionais, não apenas para manter a paz, mas também para a impor;
- c. Reforçar o acoplamento estratégico euro-americano, juntando à solidariedade de defesa o entendimento técnico;
- d. Reunir a Europa Oriental à Ocidental, para neutralização do germe de desequilíbrio global que a separação delas representa em termos geopolíticos;
- e. Pacificar os conflitos regionais no «RIMLAND» e noutras regiões do Globo, nomeadamente os provocados pela confrontação secular entre os Mundos Marítimo e Continental, e procurar a harmonização e a estabilização das regiões onde eles se têm desenrolado, pelas vias da democratização e da modernização dos países e nações que as coabitam;
- f. Promover gradual solidarização do Mundo Marítimo que rodeia o clássico Mundo Continental, pela melhoria do relacionamento político, económico, cultural e psicológico nas vertentes transatlântica, Norte-Sul e Sul-Sul, como contributo indispensável para o equilíbrio global.

De notar que a Comissão Trilateral (grupo de reflexão de ex-líderes políticos, militares e económicos das democracias industriais da América do Norte e da Europa, e do Japão) cuja proposta de «Sistema Atlântico Alargado» dos anos 70 parece um embrião do «Novo Atlantismo» da NOI, na sua reunião de Lisboa terminada em 27 de Abril de 1991, pronunciou-se especialmente

por reforço da acção daquelas democracias quanto às alíneas a., c. e f. supracitadas.

De notar, também, a preocupação de manter o diálogo euro-americano quanto ao entendimento técnico, verificada na inconclusiva Cimeira de Washington de fins de Abril de 1992.

## III — OS PROBLEMAS DA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

O progresso da NOI não vai ser fácil. Mas os sobressaltos e as interrupções por que se admite ter de passar não evitarão que os caminhos para a Nova Era, a tal «Pax Universallis» de que fala G. Bush, tenham de ser, mais ou menos, os que se referem. Os quais constituem uma óptica de longo prazo que é muito conveniente ter em termos de planeamento de defesa — para a qual se pretende contribuir algo com este trabalho — porque os meios, cada vez mais sofisticados e mais caros, não podem andar a toque de caixa de sobressaltos. Têm de ser adaptados ao presente e ao futuro, tanto quanto for possível. Até porque em democracia, e no novo clima internacional de procura de entendimentos e de repúdio de confrontações, as opiniões públicas tendem a ser crescentemente exigentes quanto às provas de exequibilidade e de aceitabilidade de estratégias que são particularmente sensíveis e dispendiosas, como acontece com as de Defesa.

Salienta-se que, entre os problemas por certo mais difíceis da NOI, se destacam os da ex-URSS, da Europa (Oriental e Ocidental), do Médio Oriente, do Norte de África, do Sueste Asiático, da África Austral e da ONU, a par da questão do controlo de armas estratégicas e da contenção do terrorismo internacional.

a. *Ex-URSS*

O problema da ex-URSS é sobejamente conhecido quanto à perigosidade intrínseca de conflitos que decorrem da fragmentaridade potencial de um «império» que se revelou particularmente vulnerável à transição para a democracia política e económica, em ambiente de caos económico e de choque psicológico provocado pelo seu inêxito na Guerra Fria. Cenário de que importa salientar, para os fins do presente estudo, não se poder contar por ora com o que resta da ex-URSS (quer seja a possível Comunidade de Estados Independentes — CEI — ou apenas a Rússia) para pilar da NOI, a par dos EUA. Problema este que já levou o Pentágono a propor que os EUA se assumam como única superpotência sobrevivente, com poder militar (convencional e nuclear) suficiente para contrariar pretextos de insegurança regional e global doutras grandes potências para se rearmarem. Filosofia esta que parece assentar também no pressuposto de que, desse modo, e também apoiando

financeira e tecnicamente a ex-URSS a democratizar-se, a segurança global, e a própria dos EUA, resultarão menos dispendiosas.

Estar-se-á, assim, ante um cenário de grande incerteza, em que os EUA, seja qual for o resultado das suas eleições, deverão continuar a ser a única superpotência em campo. Mas sujeita a limitações quanto a um papel de gendarme mundial, que não poderão exercer sem entendimento claro, limitativo, com aliados, com ex-adversários, e com a sua própria opinião pública. E sem o aval da ONU. Entendimento esse que se tornou mais trabalhoso e mais difícil de conseguir com os seus competidores técnicos da Europa e do Japão, desde que diminuiu neles o receio da ex-URSS.

De notar, ainda, as incertezas quanto ao futuro das Repúblicas Muçulmanas do Sul da ex-URSS, localizadas no cruzamento de interesses conflituais do Mundo Islâmico — nomeadamente por via do Irão e da Turquia — e, claro está, da própria CEI. E ainda a incerteza, à data, do futuro do controlo das armas estratégicas da ex-URSS, particularmente da sua enorme frota naval oceânica, que tem dado lugar a importante conflito com a Ucrânia, que detém em território seu importantes meios aeronavais da Esquadra do Mar Negro (e respectivas infra-estruturas), que é vocacionada para operar no Mediterrâneo, no Índico e no Atlântico. Frota oceânica essa que, pela sua natureza, pela sua condição e pela sua dimensão, tem muito mais a ver de facto com a defesa à distância do território todo duma CEI ou duma Rússia superpotências possíveis, do que duma potência apenas regional, como será o caso da Ucrânia. Conflito cuja solução poderá vir a implicar interrogações quanto à continuidade da presença de forças oceânicas da CEI, ou da Rússia, no mar Negro, e no Mediterrâneo, como já aconteceu com o mais novo dos seus porta-aviões, que foi transferido à pressa para o mar do Norte.

#### b. *Europa*

A Europa, como se pode depreender de teses como a supracitada de Mackinder, constitui uma peça chave de jogo secular de expansão-contenção entre os Mundos Continental e Marítimo. Motivo por que os EUA, como é clássico da sua escola de pensamento geopolítico, tenderão a seguir muito atentamente o que nela se passar. Nomeadamente para procurar, antes de

tudo (como o têm aliás declarado com certa frequência), que nela se constitua um poder de propensão continental hegemónica.

No mínimo, os EUA tenderão a ver com apreensão as políticas que visem realizar o projecto Euro-África da escola alemã de pensamento geopolítico, através do qual sectores eurocentristas possam procurar criar uma grande potência europeia a situar-se entre as duas superpotências, provocando um desequilíbrio global favorável ao Mundo Continental, por divisão do Mundo Marítimo. Daí os EUA seguirem também com desassossego alguns passos possivelmente conducentes a uma união política da Europa, que possa vir a pôr em causa o seu acoplamento com a América do Norte. Inclusivamente porque, em nome do equilíbrio mundial, poderá a seus olhos parecer-lhes melhor que em todo o Mundo se criem de preferência associações regionais de mercado livre, e não uma Europa político-militarmente unida, que os preocupa como «Fortress Europe» que já lhe têm chamado.

De facto, parece verosímil que, à semelhança de que parece viável na própria América do Norte com o projecto NAFTA (North America Free Trade Association) já em curso, com Canadá, EUA e México, os EUA possam desejar que por tal estádio se fiquem também as associações regionais de cooperação económica que já estão em curso no Sueste Asiático, no Magrebe, na África Ocidental e no cone meridional da América do Sul, e, a seu tempo, possivelmente também no Médio Oriente, na África Austral, na própria ex-URSS, etc. Daí também que os EUA, e seus aliados euro-atlantistas, tendam a pugnar por que a UEO (União da Europa Ocidental), na qual os seus aliados eurocentristas vêm um passo fundamental para a união política da Europa, seja apenas o pilar europeu da NATO, a par do pilar norte-americano dela.

Note-se que não são apenas os euro-atlantistas a verem a necessidade de preservação do acoplamento estratégico da Europa-América do Norte. E, com ele, a continuação da presença militar dos EUA na Europa. São também os países europeus orientais que foram membros do ex-Pacto de Varsóvia, a quererem abertamente fazer a sua aproximação à Europa Ocidental, não como a França de F. Mitterrand lhes propôs — sem a presença dos EUA — mas com ela, através do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, que foi criado, entre outras coisas, também para o efeito. Inclusivamente, porque eles vêm em tal aliança transatlântica uma hipótese de dissuasão e de defesa contra uma URSS hegemónica que possa eventualmente ainda renascer dum

golpe reaccionário que vários políticos da CEI, como M. Gorbachev, E. Schevardnadze e B. Ieltsin, admitiram ainda recentemente como possível.

Por outro lado, o próprio projecto da união europeia está ainda, lamentavelmente, mas iniludivelmente, minado por desconfianças que se tornaram mais visíveis após a unificação da Alemanha, apesar de ela ter sido um passo desejado e fundamental para se poder iniciar a reunião da Europa Oriental à Europa Ocidental. Desconfianças que estão dando lugar, não apenas a demonstrações de perda de entusiasmo pela unificação europeia de largas faixas do eleitorado das próprias França e Alemanha, que são precisamente os dois países cujo entendimento é considerado essencial à credibilidade e ao êxito do projecto. E, como que confirmando o referido, a um hipotético voltar de costas ao Oeste europeu por uma Alemanha que procuraria recriar a sua zona de influência centro-leste, parece acontecer movimento simétrico simultâneo na França, procurando congregiar à sua volta potencial estratégico atlântico através da proposta «Arco Atlântico» que engloba a Península Ibérica e o próprio Magrebe. Isto é, uma espécie de criação de um atlantismo europeu mais continentalista que marítimo, como é característico de França e da Espanha, precisamente as duas potências que não têm querido estar na estrutura militar da NATO, e que parecem ser mais por uma UEO eurocentrista.

### *c. Médio Oriente*

O problema da pacificação do Médio Oriente é considerado de difícilíssima solução, apesar do interesse comum que as superpotências, EUA e ex-URSS, têm manifestado na sua solução, por recearem que um conflito, em região que ambas consideram do seu interesse vital, as possa envolver directamente.

Daí estar ocorrendo uma crise prolongada que ambas têm procurado gerir, que começou pelo repto da nacionalização do canal de Suez de 1956 pelo Presidente Nasser do Egipto, em que Moscovo e Washington intervieram para terminar com a intromissão militar da França, da Inglaterra e de Israel. Crise essa prosseguida mais tarde, na Guerra do Yom Kippur de 1973, que acabou por também ter a intervenção de Moscovo e de Washington para evitar que tropas israelitas, entrando no Cairo, tornassem impossível chegar-se a um acordo como o de Camp David que, pelos vistos, poderia ter sido o verdadeiro objectivo dela. Intervenção soviético-americana essa que foi mais acentuada na crise do Golfo, e acompanhada pela ONU com o acordo de ambas,



para que a guerra limitadíssima que ali ocorreu, e que foi gerida com autêntica técnica de gestão clássica de crises, permitisse chegar-se ao que parece pretender ser a extensão do Acordo de Camp David a todo o Médio Oriente.

Como é sabido, a permanência de S. Hussein e do seu regime no Iraque, com meios militares suficientes para evitar que um eventual vazio de poder pudesse dar lugar a acontecimentos incontroláveis de guerra civil, e pretexto a intervenção militar de vizinhos para a conter, deixou em suspenso questões graves, suficientemente conhecidas. Que poderão levar a nova intervenção militar, muito mais difícil de sancionar pela ONU e por países árabes que, no caso da crise do Golfo, tiveram como justificação ter um país árabe, o Iraque, atacado militarmente outro país árabe, o Koweit.

#### *d. Norte de África*

O Norte de África é uma região cuja alta instabilidade, preocupante para a vizinha Europa, decorre de vários factores. Entre eles, subdesenvolvimento associado a alta taxa de crescimento demográfico — que levou a que mais de 70 por cento da população tenha menos de 30 anos de idade — ineficácia de governantes, saudade de um passado longínquo de grande esplendor e xenofobia de europeus. Factores esses que têm conduzido camadas jovens — incluindo estudantes, professores universitários e militares — a abraçarem o recurso a radicalismos, como o fundamentalismo e o integrismo islâmico.

Trata-se de problema de difícil atenuação, nomeadamente porque o tipo da cultura, os hábitos religiosos, e outros, das populações das regiões — aliados à instabilidade referida e à imprevisibilidade que é própria de regimes não democráticos — não parecem propícios à atracção de investimento estrangeiro. Situação que, a complicar-se mais, poderá mesmo inviabilizar o projecto de associação económica UMA (União do Magrebe Árabe), agravar o conflito em curso quanto ao Sara Ocidental, até eventualmente atear o conflito latente quanto a Ceuta e Melilla, com consequências difíceis de prever para a segurança da Europa e do Mundo Marítimo.

De notar ainda que, no Mundo Árabe, há já uma tendência, provocada pelas acções contra os regimes do Iraque e da Líbia, para ver na NOI um instrumento de repressão do modo islâmico de estar no Mundo.

### *Sueste Asiático*

A questão do Sueste Asiático, uma região onde desenvolvimento explosivo coabita com desconfianças intra-regionais preocupantes, poderá estar em melhoria com os progressos de pacificação em curso no Camboja. E também com a presença de forças militares dos EUA, que poderão transferir-se das Filipinas, Indonésia ou Singapura, a qual pode ter efeitos estabilizantes, a exemplo do que aconteceu na própria Europa.

A ser possível tal transferência de forças militares dos EUA para a região, e a progredir o entendimento desta superpotência com o Japão, a China e a U. Indiana (que faz parte do projecto de solidarização Sul-Sul da NOI), o Sueste Asiático poderá conhecer melhores dias quanto a Segurança, Desenvolvimento e Justiça. Nomeadamente também com progressos da AFTA (Asia Free Trade Association) que está sucedendo à ASEAN. Os quais, aventa-se, poderão inclusivamente obrigar a Indonésia a encarar com menor receio de implosão territorial as mais que justas reivindicações autonomistas do martirizado povo de Timor Leste.

### *África Austral*

O problema da prossecução das aspirações de Segurança, Desenvolvimento e Justiça, e do seu equilíbrio, na África Austral, no respeitante à República da África do Sul (RAS), porque ela tem reconhecidamente boas potencialidades materiais, e até alguma prática da democracia (nomeadamente de economia de mercado), poderá ser menos difícil de resolver que na ex-URSS e na Europa do Leste. Inclusivamente porque a situação económica do país não é de caos económico, como acontece nestas.

Nomeadamente, para além de múltiplos problemas que ainda poderão pôr em perigo tal evolução, é factor de esperança o reconhecimento por parte da população branca de que o ambiente da NOI levaria ao isolamento internacional se o país continuasse com o «Apartheid», e a convicção de boa parte da população negra de que, ao contrário do que antes proclamava, não lhe interessa afinal empurrar a população branca para o mar, por saber da imprescindibilidade da sua alta qualidade para o bem-estar material do país todo. Inclusive, para a atracção de investimento externo.

Problemas bem mais sérios poderão ser os de Angola e de Moçambique. Principalmente o deste, em que, à existência de menores e menos rendosos recursos económicos naturais, se junta a fragmentaridade potencial do país, resultante de ele ser uma comprida faixa litoral Norte-Sul, cujos portos são vitais para a viabilidade económica de países interiores limítrofes de língua inglesa.

De notar, ainda, que a evolução ocorrida no Zaire e no Zimbabwe quanto à pilhagem e a à expropriação de interesses económicos de brancos, poderá tornar muito mais prudente o investimento de democracias industriais na região.

De salientar, por fim, que uma associação regional de cooperação económica na África Austral, onde predomina a língua inglesa, é risco de tomo para a preservação do idioma português em Angola e Moçambique. E que o problema de Cabinda, rica em petróleo, pelo que pode desencadear de interesses externos, regionais e outros, pode vir a criar um novo e sério foco de tensão.

## ONU

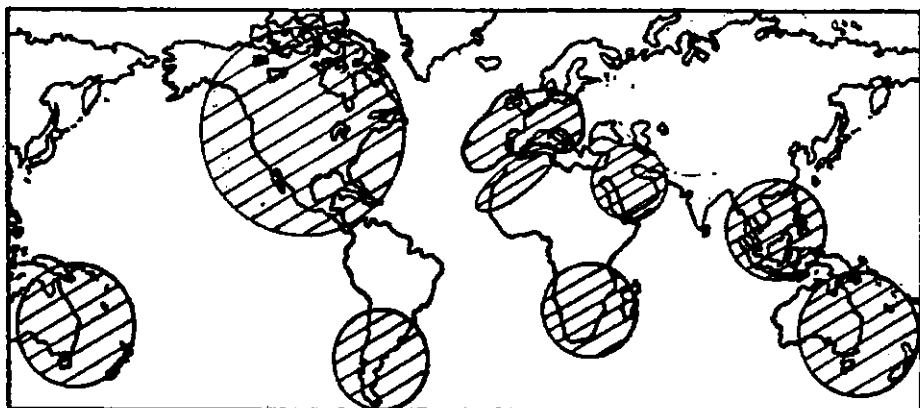
No concernente à ONU, afigura-se que a dinamização, a responsabilização e a credibilização do seu Conselho de Segurança poderá estar em progresso desde a crise do Golfo. Para o que também tem contribuído o papel sereno e responsável dum China cujo desenvolvimento económico, a partir do litoral onde se têm confirmado as potencialidades que caracterizam tais zonas, e da democracia económica, permite agora iniciar a modernização e a democratização do país todo, sem tantos riscos de implosão como na ex-URSS e ex-Jugoslávia.

São de notar, além da acção limitadora da ONU quanto a excessos militaristas na crise do Golfo, a sua intervenção inovadora na questão interna do Iraque — em nome da minoração do sofrimento do povo Curdo — e a sua acção persistente na crise da Jugoslávia. Intervenção inovadora que tudo justificaria que fosse repetida quanto a Timor Leste.

Saliente-se, no entanto, que poderá constituir perturbação desnecessária uma eventual nomeação de mais países para o Conselho de Segurança da ONU, quando parecerá bem mais realista esperar a consolidação de associa-

ções regionais de cooperação económica, com a CE, a NAFTA, a AFTA, a UMA, etc., para tais cargos, para os quais terão decerto maior legitimidade, maior aceitação e maior eficácia do que simples países, na perspectiva da NOI.

Figura 1



Hipótese mundo multipolar  
(Do livro «A Nova Era», do autor)

De assinalar, entretanto, esforços do actual Secretário-Geral da ONU para dotar esta organização com um exército permanente multinacional, para efectuar missões de «peacekeeping» e de «peacemaking».

## IV — SEGURANÇA NO MUNDO E NA EUROPA

*Arquitecturas de Segurança Mundial e Europeia*

A experiência da longa Guerra Fria, de quase meio século de equilíbrio sem guerra generalizada após as sangrentas experiências das Primeira e Segunda Guerras Mundiais, aponta para que possam ter razão os que entendem dever assentar a arquitectura de segurança mundial num esquema com base no acoplamento estratégico transatlântico da América do Norte com a Europa, e na preservação de meios militares suficientes, e vontade de intervenção externa da superpotência por ora restante, os EUA. Nomeadamente, como atrás se disse, para retirar argumentos de insegurança global e regional a potências ou associações de potências visando o seu eventual rearmamento, conducente a nova e inconveniente escalada rearmamentista.

O recente oferecimento de bases por países do estrategicamente muito importante Sueste Asiático, como Singapura e Indonésia, para colher forças militares dos EUA que não serão mais desejadas nas vizinhas Filipinas, constitui exemplo esclarecedor do referido. E isto porque, para além do atrás referido, reflecte propósito declarado de evitar preenchimento de vazio militar eventualmente deixado pelos EUA na região por países que se têm manifestado historicamente interessados em aumentar a sua influência no estreito de Malaca, como sejam o Japão, a China, a U. Indiana e a ex-URSS. E ainda porque reflecte interesses em evitar corridas ao armamento dos próprios países da região, cujas desconfianças mútuas parecem ainda longe de se esbater, como atrás também se referiu. De notar ainda o desejo já manifestado pela Coreia do Sul para a manutenção de tropas dos EUA no país, por certo para facilitar a arriscada aproximação entre as duas Coreias.

O reconhecimento pelos povos da América do Norte e da Europa, depois da experiência de três guerras mundiais sucessivas — a Primeira, a Segunda e a Fria — de que a segurança de ambas as regiões é inseparável, tende a constituir o primeiro elemento a considerar na formulação da arquitectura de segurança europeia.

Quer isto dizer que, para quem reconheça ser o equilíbrio, a estabilidade e a confiança o primeiro requisito da segurança para qualquer região ou país do Planeta, a missão para que a NATO foi criada não terminou com o

fim do Pacto de Varsóvia, nem com o esbatimento da chamada ameaça soviética. Antes de mais, porque não está ainda completado o regresso da Europa Oriental ao convívio da Europa Ocidental. Isto é, não está ainda suturada a rotura aberta pela ex-URSS no final da Segunda Guerra Mundial, que poderia conduzir, como atrás se realçou, à sua hegemonia no Mundo. E, por outro lado, porque os próprios países do Leste Europeu têm manifestado abertamente ser seu desejo efectuar tal regresso a coberto da NATO, cujas democracidade, postura defensiva e eficácia, nunca desmentidas, lhe parecem merecer a maior confiança. Razão por que aderiram voluntariamente ao Conselho de Coordenação do Atlântico Norte, que foi vocacionado, entre outras coisas, exactamente para facilitar aquele regresso.

Mas, por outro lado, como atrás também se salientou, há países europeus membros da NATO entendendo que esta aliança conserva ainda, como missão deveras importante, precisamente a de manter uma presença militar da América do Norte na Europa, por receios que lhes infundem movimentações de potências eurocentristas que lhes lembram um passado ainda não distante que levou a intervenções militares dos EUA, no Velho Continente, na Primeira e Segunda Guerras Mundiais, para lhes pôr cobro.

Seja como for, o mais importante será no entanto o referido pelo actual Secretário-Geral da NATO, em intervenção de 24 de Fevereiro de 1992, lembrando que a Aliança Atlântica reúne as duas maiores zonas comerciais do mundo, que são hoje, simultaneamente, os dois principais centros mundiais de liberalismo e democracia. E lembrando também que enfraquecer a NATO ou retirá-la da arquitectura de defesa europeia, corresponderia a inviabilizar uma Ordem de Segurança Europeia e uma Nova Ordem Internacional. E, a ser assim, compreender-se-á por que razões não convirá que, nem a UEO (União da Europa Ocidental), nem a CSCE (Conferência de Segurança e Cooperação Europeia), tenham papel susceptível de enfraquecer o acoplamento estratégico América do Norte-Europa.

Assim, em traços muito gerais, a UEO — como aliás ficou assente no Tratado de Maastricht de 11 de Dezembro de 1991 — deverá funcionar como pilar europeu da NATO, a par do pilar norte-americano, para tornar a Aliança Atlântica mais equilibrada, mais democrática, mais aceitável, mais credível e mais eficaz. E também como «forum» europeu visando criar laços e hábitos que contribuam para o objectivo duma união europeia. Além do mais, a UEO pode proporcionar intervenções militares de países que são simultaneamente

membros dela e da NATO fora da área desta, com doutrina comum e treino conjunto adquiridos no âmbito dela. E, ainda por cima, com a participação de países que, como França e Espanha — que não pretendem pertencer à estrutura militar da NATO — como aconteceu na crise do Golfo. O que, a par de outras iniciativas, contribui para uma desejável harmonização de tarefas das duas organizações, que poderá intensificar-se quando a sede da UEO puder mudar para Bruxelas, onde está a da NATO.

Quanto à CSCE (que é preciso não esquecer que tem também como membros países do ex-Pacto de Varsóvia) ela tem para já, no presente e no futuro próximo, tarefas preventivas muito importantes quanto à estabilidade e à paz, na Europa, e até talvez na ex-URSS, e na ex-Jugoslávia, no domínio da promoção do respeito pelos direitos humanos. E, nomeadamente, através do seu já programado Centro de Prevenção de Conflitos.

Entretanto, porque se mantém, apesar de tudo, a hipótese do golpe reaccionário na ex-URSS, e potencial suficiente para repor capacidade militar de superpotência, a NATO já se decidiu por manter uma estrutura militar, mais aligeirada e mais flexível, sobretudo mais condizente com a confiança crescente que deve acompanhar o difícil passo do regresso da Europa Oriental à Europa toda, e o progresso da ex-URSS no sentido da modernização e da democratização.

Assim, a nova estratégia da NATO pôs ênfase em mais unidades ligeiras multinacionais visando promover maior integração europeia nelas. Inclusivamente para, por exemplo, constituir Forças de Reacção Rápida a servir tanto no âmbito da NATO como no da UEO para, nomeadamente, acorrerem em nome da ONU a conflitos regionais e locais com o objectivo de repor a paz.

E, por outro lado, para além de manter uma força militar conjunta, mais reduzida, inclusive quanto a forças norte-americanas no centro da Europa, foi decidido que a NATO mantivesse um esquema de reforço imediato com forças multinacionais actuando a partir da Inglaterra, e com forças de reforço rápido, naturalmente mais substanciais que aquelas, a partir da América do Norte. O que parece consentâneo com o novo ambiente de confiança indispensável à evolução para um Mundo menos perigoso.





## V — SEGURANÇA EM PORTUGAL

Em termos militares, ou de estratégia directa, a importância do disperso território euro-atlântico nacional para as arquitecturas de segurança global e europeia, pelo papel central que pode desempenhar no vital acoplamento estratégico América do Norte-Europa, tende a assegurar-lhe o interesse dos aliados transatlânticos quanto à sua defesa relativamente a eventuais antagonistas exteriores à OTAN e à UEO.

No entanto, além do mais, a Segurança não se esgota em defesa militar. E acontece que na Nova Ordem Internacional — que visa promover confiança e cooperação — torna-se muito mais difícil, e sobretudo muito menos conveniente, falar de ameaças. Mas disso decorre também tendência para desarmar vigilâncias, e para considerar alarmista, corporativista e fora de moda, quem nelas ousar falar. Parece haver assim ambiente propício a eventual emprego de estratégias indirectas subtis — que até podem ser aliciantes — para realizar objectivos de sempre. Por outro lado, o crescente interesse da opinião pública em controlar políticas sensíveis e dispendiosas, como é o caso da Política de Defesa, obriga a um grande rigor quanto à aplicação das provas clássicas das estratégias. As quais são, como é sabido, adequabilidade (possibilidade efectiva de realizar objectivos definidos pela política), exequibilidade (capacidade humana e material para iniciar e manter esforços e sacrifícios das estratégias) e aceitabilidade (justificação de esforços e sacrifícios materiais e morais das estratégias pela real importância dos objectivos a realizar).

A aceitabilidade é, por certo, a prova a ter em maior atenção quanto à Defesa no actual ambiente democrático e de desenvolvimento nacional, regional e mundial. O que implica, antes do mais, interesse e legitimidade evidentes quanto a empenhamento de meios materiais e humanos em tarefas de Defesa, e cuidados extremos quanto a gastos financeiros, tendo em vista a imprescindibilidade de se preservar, como se tem vindo a salientar, o devido equilíbrio entre as aspirações de Segurança, Desenvolvimento e Justiça. Imprescindibilidade essa claramente ilustrada pelo facto exemplar, atrás realçado, de o inêxito da ex-URSS na Guerra Fria se ter ficado a dever, não a derrota militar, mas a exploração do desequilíbrio evidente do que existia entre aquelas aspirações, com largo benefício para a Segurança.

Para o caso específico de Portugal têm particular interesse dois conceitos, de origem francesa, desenvolvidos por certo com base em atento

estudo da História. Um, o de que um país estrategicamente situado no caminho de interesses de países maiores, tenderá a ter importantes problemas de soberania, e até de coesão interna. Outro — que no caso de Portugal tende a complementar o supracitado —, o que de um país é tanto mais ameaçável quanto mais vulnerável for, isto é, quanto mais pontos fracos apresentar a eventual exploração por países maiores interessados em ter o controlo das suas potencialidades estratégicas.

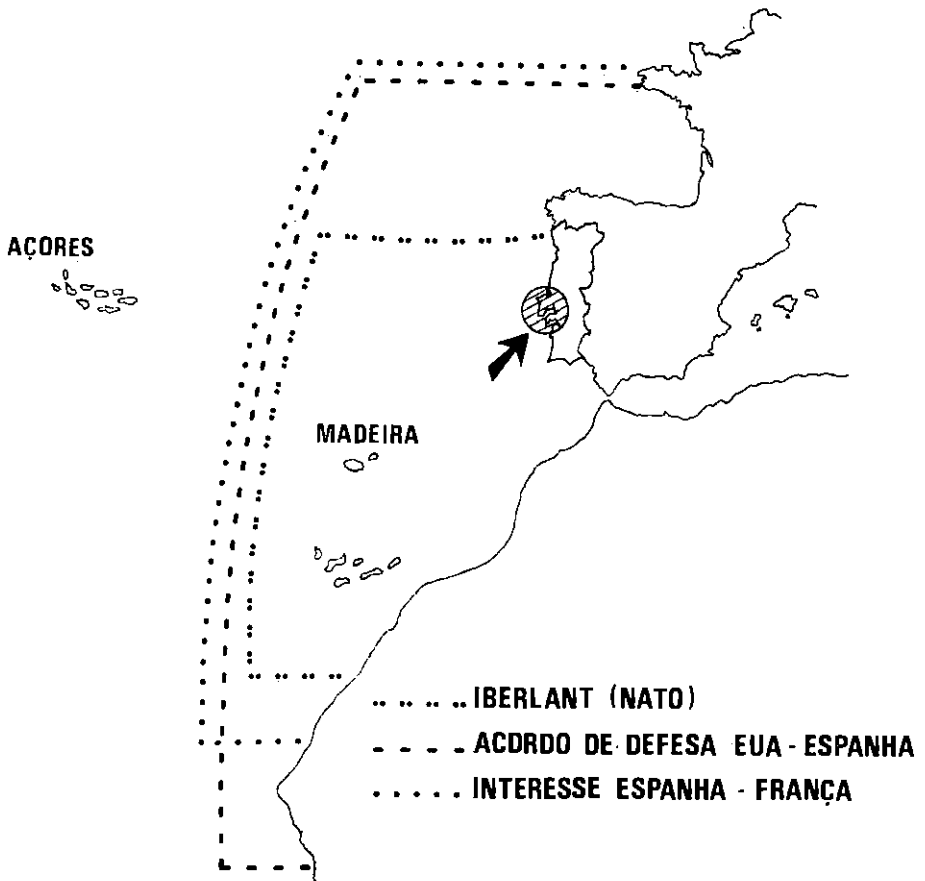
O caso é que o conjunto territorial euro-atlântico de Portugal está indiscutivelmente no caminho de importantes interesses estratégicos de países maiores. Como se pode depreender da Figura 2, e do que mais adiante se refere. E é afectado pelas segunda e terceira condições mais graves de fragmentaridade potencial que constituem importante vulnerabilidade:

- descontinuidade marítima própria da sua composição quase-arquipelágica, com um elemento continental e dois importantes arquipélagos atlânticos;
- faixa alongada Norte-Sul da componente continental do território, do que decorrem diversidades de clima, de cultura e de potencialidades económicas, tradutíveis em comportamentos nem sempre fáceis de harmonizar.

Acontece ainda que, estando Portugal participando no projecto europeu, que tem por um dos seus objectivos — embora controverso, e não generalizadamente aceite — a «Europa das Regiões», as vulnerabilidades geográficas apontadas requerem, por certo, o maior cuidado quanto à sua gestão.

Em síntese, parece que a Defesa em Portugal, porventura bem mais ainda que para a grande maioria dos países, precisa de ser total — não apenas militar — e dirigida prioritariamente à minoração de vulnerabilidades exploráveis e à potenciação de virtualidades, mormente económicas, culturais e morais, para o tornar mais resistente ao «pantansoso» ambiente regional e mundial de incertezas, que torna mais necessário, que nunca, não esquecer que em política não há amizades, mas interesses. No fundo, convirá proceder como quanto a um ser humano, para o tornar mais resistente a ambientes de risco. O que, saliente-se, é perfeitamente legítimo e indiscutivelmente conveniente para uma equitativa regionalização e mundialização do Planeta.

Figura 2



Uma autêntica «fronteira» entre áreas de interesse estratégico da América do Norte e da Europa, tende a passar entre os Açores e a Península Ibérica (do livro «A Renovação do Mundo», do autor).

Com a crescente regionalização e mundialização das questões, as políticas de Defesa, e as das Relações Externas e de Desenvolvimento económico dos países, tendem a andar cada vez mais ligadas. O que, aliás, não é coisa nova para o universalista Portugal que, durante muito tempo, teve um único Ministério para a Marinha e o Ultramar.

Por outro lado, já Napoleão dizia que as Políticas de Defesa e Externa dos países são-lhes principalmente inspiradas pela sua geografia.

Parece assim imprescindível lembrar, embora sinteticamente, a caracterização geográfica de Portugal, e as preocupações, os desafios, os problemas e as oportunidades que dela decorrem, para se poder falar de Objectivos Nacionais Permanentes (ONP). Isto é, dos objectivos que tendem a ser mais estáveis com o tempo, por decorrerem dos dois factores também mais estáveis do Poder Nacional, que são o geográfico e o carácter nacional. Carácter nacional esse que, saliente-se, também é influenciado pela condição geográfica.

Portugal, como atrás se referiu, é um sistema descontínuo composto por um elemento continental situado na Península Ibérica — encravado entre Espanha e o Atlântico — e por dois muito importantes arquipélagos atlânticos. Sistema que tem por centro de gravidade a protuberância continental dos grandes estuários do Tejo e do Sado (assinalada na Fig. 2) curiosamente situada a meio do litoral continental, à maior distância da fronteira do país vizinho, e à menor distância daqueles arquipélagos. E de onde partiu, segundo A. Toynebee, a era pós-gâmica como se referiu na página 3.

Da especial combinação e localização do sistema quase-arquipelágico euro-atlântico de Portugal, cuja força centrífuga lhe permitiu ser a única Nação da Península Ibérica a conseguir até hoje individualidade política, resulta como principal preocupação permanente (ou ONP) de Portugal preservar:

- a condição marítima do Continente;
- a coesão interterritorial do descontínuo sistema euro-atlântico que ele é;
- a sua viabilidade económica e cultural, por meio de desenvolvimento que não conduza à sua absorção pelo corpo peninsular;
- um sistema de alianças com países extra-ibéricos e extra-europeus, de condição marítima, interessados de facto na preservação da individualidade de Portugal, mormente os que falam português.

De notar, a propósito, a importância vital do desenvolvimento económico do centro de gravidade do sistema — a protuberância dos estuários do Tejo e do Sado — a que Oliveira Martins <sup>(2)</sup> chamou de «cabeça de gigante em corpo de pigmeu, e o maior obstáculo à absorção do País pelo corpo peninsular». Por seu turno, a circunstância de Arnold Toynbee <sup>(3)</sup> sustentar que, de grandes estuários, podem nascer civilizações, e que do Tejo saiu a pós-gâmica, mostra o valor e o interesse de amarras a manter com os Mundos Marítimo e Lusófono que foram iniciados por Portugal, e o de cuidados a ter com a preservação e a manifestação da sua individualidade e da sua capacidade negocial nos «fora» onde tem de estar, nomeadamente nos espaços europeu e transatlântico.

Há ainda a registar a tese do historiador Lewis Tambs <sup>(4)</sup> de que as sociedades insulares (Portugal é desse tipo) são geralmente identificadas com estuários, recôncavos e mares protegidos, como acontece com o Japão que começou na Planície de Yamoto do Mar Interior, a Holanda do Zuiderzê, a Inglaterra do rio Tamisa, e Portugal do Tejo. Lewis Tambs que acrescenta ter a ameaça para países como a Holanda e Portugal vindo sempre do interior, e ser sempre uma constante — Alemanha e França no caso daquela, Castela no deste; e que o mar foi a salvação de ambos os países. E, no tempo presente, parece curioso que a Dinamarca pretenda conseguir manter uma cláusula que impôs para ingressar na CE, proibindo Alemães de comprarem casas de férias no seu litoral.

Serve o referido para lembrar também que a coesão e a viabilidade económica e cultural de Portugal, que é a primeira linha de defesa do País, precisa de começar por assentar no desenvolvimento, não só da região dos estuários do Tejo e Sado, mas de todo o litoral do Continente, através de pólos portuários industriais, comerciais e culturais, como Douro-Leixões, Aveiro-Figueira da Foz, Sines, Faro-Olhão, Funchal, Ponta Delgada e Praia da Vitória, só para falar nos mais importantes. E no uso do mar e do ar como vias de transporte externo alternativas às menos livres vias terrestres. E, ainda antes disso, na educação dos cidadãos para entenderem bem tudo isto, e no interesse real que há efectivamente em pôr em prática tal estratégia.

(2) «Portugal Contemporâneo».

(3) Ob. cit.

(4) «The Earth and the State».

Do referido resulta ainda que, para Portugal, seja muito conveniente que o departamento da Defesa Nacional tenha capacidade institucional para poder influenciar opções doutros departamentos, por forma a que eles não se esqueçam de considerar nelas a regra de ouro da inseparabilidade Desenvolvimento-Segurança do país específico que Portugal é. Resulta ainda daí que Portugal, para fins de protecção da sua soberania, precise de delegações em «fora» como a CE, a NATO, a UEO, a CSCE, etc., e em países de acolhimento de comunidades portuguesas e do Mundo Lusófono, compostas de pessoal da maior competência e da maior competitividade, e com discurso de defesa do País do género do referido abaixo (Europa atlantista), na pág. 104 (UEO), 106 (IBERLANT), etc. E isto porque a tendência para a regionalização e para a mundialização das políticas e das estratégias aconselha a dispor, cada vez mais, de «agressiva» defesa avançada do Interesse Nacional.

Salienta-se, entretanto, que a preservação da individualidade dos países que, como Portugal, estão empenhados no projecto europeu, nada tem contra este. E até mesmo, longe de poder prejudicar tal projecto, só poderá beneficiá-lo. Pois uma Europa só poderá ser mais ela, na medida em que todos os países puderem rever-se nela. E até mais rica e mais influente, na medida em que consiga congregar todas as suas importantes e valiosas diversidades.

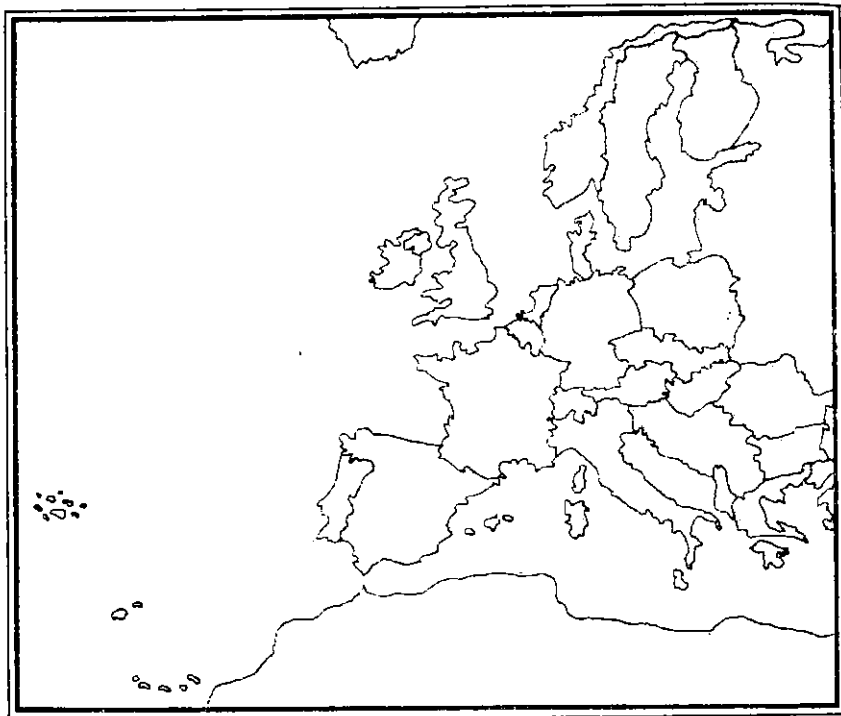
E, para não restarem mais dúvidas sobre isso, convirá desde já denunciar a ideia feita por eurocentristas, de conhecido pendor continentalista, de que só eles são europeístas, isto é, de que os euro-atlantistas o não são. Ideia feita que é altamente inexacta e inconveniente, inclusivamente porque a Europa, sendo uma comprida península Leste-Oeste, com uma fronteira marítima muitíssimo mais extensa do que a terrestre, e que é acentuada por numerosas penínsulas e ilhas adjacentes, que lhe conferem uma taxa de maritimidade muito maior que a de Portugal (Fig. 3), é ainda muito dependente das vias oceânicas para o seu aprovisionamento de matérias-primas essenciais e para a sua segurança. Pelo que precisa de ser atlantista, para não vir um dia a ficar de novo sob ameaça de controlo pelo poder que a Leste pode voltar a desenvolver-se.

Além do mais, uma Europa atlantista é do maior interesse para Portugal, por duas razões fundamentais:

- porque a Portugal importa conciliar a opção histórica vital atlântica nacional com a conjuntural europeia que comporta iniludíveis riscos de absorção continentalizante, os quais sempre evitou correr enquanto lhe foi possível;

— porque tal Europa faz dele um país central num relacionamento estratégico íntimo da Europa com a América do Norte, e não apenas periférico numa Europa isolacionista.

Figura 3



A fragmentária e marítima Europa  
(Do livro «O Golfo e o Futuro», do autor)

Por outro lado, será de não esquecer também que o projecto europeu poderá não ser de fácil concretização e, muito menos, rápida. Podendo mesmo acontecer ainda que seja inviabilizado ou, no mínimo, obrigado a quedar-se em associação de comércio livre — porventura no chamado Espaço Económico Europeu, com associação CE e EFTA — a exemplo doutras associações regionais que estão em projecto e em andamento em algumas partes do Mundo, por uma questão de uniformidade e de equilíbrio global. Associações essas que, como atrás se referiu, poderão vir a ser os futuros membros permanentes

do Conselho de Segurança duma ONU a adquirir crescente capacidade de intervenção na «governança» universal. Razões por que, além do que foi referido quanto às vantagens para a própria Europa, de cada país membro ir cuidando do desenvolvimento da sua individualidade, tal política parece também mais segura, principalmente para um país com as especiais vulnerabilidades geográficas de Portugal. As quais, por tenderem a fazer dele, provavelmente, o que maiores riscos corre num processo de alienação precipitada de soberania, aconselham a ser por uma Europa dos Países, e não por uma Europa das Regiões.

Que o projecto europeu não está correndo ainda totalmente de feição, isso parece claro, como atrás se referiu, da suspeita de a Alemanha poder propender para a criação duma zona de influência própria centro-leste, e do que parece uma iniciativa de franceses para lhe responder com a proposta de «Arco Atlântico» englobando a Península Ibérica, e até o Magrebe. E ainda de a Inglaterra tender preservar a sua influência própria no processo, servindo-se do poder negocial que a sua ligação íntima à América do Norte e à «Commonwealth» lhe confere.

Por tudo o referido, e também pelo que ficou dito no início deste estudo, a Portugal interessa muito que a NATO seja mantida, que a UEO se desenvolva como pilar europeu dela, e como «forum» de debate e progresso duma identidade europeia. E interessa-lhe também participar na CSCE, e em tudo o que diga respeito à segurança do Mediterrâneo e da fronteira Sul da Europa — e com delegações competentes e aguerridas —, porque a posição de Portugal, não podendo ser ignorada em qualquer dos casos, obriga-o a participar para preservar a sua soberania e para usufruir do legítimo poder negocial. Mas, será preciso que se diga, tudo isto sem esquecer que Portugal é um país do Atlântico e não do Mediterrâneo (a ponto de a sua opção atlântica viabilizante ter contribuído no passado para neutralizar o poder do Mediterrâneo), como lembrou o General Galvin, ex-Comandante Supremo da NATO na Europa, em entrevista ao «Diário de Notícias».

A defesa precisa de ser aceitável para poder ser mobilizadora. Para o que convém, entre outras coisas, ser e parecer um instrumento necessário e conveniente, e até mesmo rendoso, pelo menos prometendo aumentar a capacidade negocial, o prestígio, a influência, o desenvolvimento e as oportunidades de cooperação. Por isso, não é indiferente que, para Portugal, Defesa tenha por objectivo principal declarado Soberania, ou Dissuasão.



Para Portugal, o objectivo Soberania tem por vantagem não deixar no seu conjunto territorial, e na área que ele define (porque são deveras importantes para a segurança e até para a capacidade negocial de vizinhos e de aliados seus) um vazio militar que estes tendam a denunciar para se proporem preenchê-lo com meios seus, com prejuízo da capacidade negocial de Portugal e para da sua coesão interterritorial.

Para o que convém não perder de vista que estrategistas de tais países aliados e vizinhos tendem a «dividir» o geofactor português em áreas de influência estratégica próprias (Fig. 2). E note-se que, a não ser preservada tal soberania, Portugal tenderá a perder prestígio e influência também no Mundo Lusófono, com prejuízo para os objectivos da sua própria política de Cooperação de interesse mútuo com eles. E note-se que as áreas operacionais da NATO, se têm individualidade própria em tempo de paz, e também em certas situações de crise, não terão imunidade garantida em caso de crises muito graves ou de guerra aberta. Nomeadamente porque, no caos que poderá resultar delas, o poder militar dos EUA poderá julgar ter de ditar outras leis, em benefício de todos. Pelo que tais áreas operacionais são muito mais oportunidade de afirmação nacional, que outra coisa. Daí, dever ter-se o maior cuidado com o citado projecto «Arco Atlântico», que tenderia a desempenhar o papel que Portugal pode desempenhar sozinho como componente da defesa atlântica, tanto da América do Norte como da Europa Atlantista, com transferência do poder negocial de Lisboa para Paris, e com riscos de coesão interterritorial nacional, uma vez que Washington dificilmente deixará de considerar os Açores em área de interesse estratégico da América do Norte. Inclusive porque o atlantismo da proposta «Arco Atlântico» poderá manifestar pendor eurocentrista, isto é, para luta de tracção intra-europeia pela condução do projecto europeu.

Quanto a considerar a Dissuasão como propósito primeiro da Defesa Nacional, isso implicaria o inconveniente de denunciar — clara ou veladamente — ameaças que sempre vieram de países vizinhos, dos quais se é hoje parceiro ou aliado em organizações multinacionais que se esforçam por promover cooperações conducentes a maior segurança. E, de qualquer modo, os meios de defesa militar que forem julgados necessários para o exercício eficaz da Soberania, porque terão de ser suficientemente credíveis quanto a sofisticação e a poder, serão por certo também os mais adequados ao exercício da Dissuasão, que não deixarão de fazer discretamente, como convém, pela sua mera existência.

Nesta ordem de ideias, parece que a Portugal poderá convir dispor de Defesa Militar capaz de, em linhas muito gerais:

- em tempo de paz, exercer presença e vigilância no seu conjunto territorial e em áreas marítimas e aéreas imediatamente envolventes, por forma a não se tornar necessário empenhar meios alheios para o efeito;
- em tempo de crise grave, ou de guerra aberta, poder resistir durante o tempo que poderão levar a acorrer reforços aliados, e poder enquadrá-los (por meio de compatibilidade planeada) para preservação da possível soberania.

De notar que, por tudo o referido, a Portugal convirá que a área NATO que lhe está atribuída para fins operacionais — o IBERLANT — corresponda por inteiro à do seu geofactor, incluindo as área marítima e aérea imediatamente envolventes. E não apenas por inteiro, mas também exclusivamente. Isto, por se achar inconveniente manter-se a inclusão de espaços territoriais da vizinha Espanha numa área de controlo operacional português, por tal poder vir a servir de pretexto para futuras cooperações no geofactor nacional no caso de, um dia, aquele aliado se decidir a ingressar na estrutura militar da NATO, com conseqüente presença sua, simultânea e incomodamente envolvente, nas fronteiras terrestre e marítima do País.

De notar que, em termos da NOI, no âmbito do cenário europeu e extra-europeu, parece estar a tornar-se cada vez mais interessante o recurso a forças multinacionais (de terra, mar e ar) móveis, flexíveis e bem instruídas política e militarmente, para formar forças de manutenção de paz («peacekeeping forces»), ou mesmo promotoras de paz («peacemaking forces»), e para gestão de crises. Nomeadamente no âmbito da ONU, da CSCE e da UEO. Tendência essa a que parece conveniente que um País como Portugal, como iniciador que foi da era que agora está culminando na Nova Ordem Internacional, tenha o dever ético e de solidariedade, e a conveniência, de aderir.

Razão por que também se lhe impõe dispor de Forças Armadas com oficiais de adequada cultura político-estratégica a reforçar com a frequência de mestrados, licenciaturas, ou de cursos de extensão universitária, em áreas como da Estratégia, das Relações Internacionais, da História, da Comunicação Social, da Sociologia, etc.

## VI — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta claramente do atrás referido que o Mundo de hoje, particularmente quanto à Segurança colectiva e individual, não consente amadorismos, nem improvisações. Mormente para os países que são simultaneamente muito importantes para outros, e muito vulneráveis, é o caso de Portugal. Razão por que, antes do mais, a organização de Informações deles — ou melhor dizendo, de Investigação Estratégica — deva ser altamente competente e atenta, e por que as suas forças militares precisem de contar com importante sector profissional, em que impere a qualidade. Razão ainda por que a defesa preventiva (desenvolvimento, educação, dissuasão e capacidade adequada para gerir e participar em crises internacionais) deva ser alvo dos maiores cuidados e atenções. Nomeadamente, a técnica de gestão de crises deverá merecer os maiores cuidados, quanto à constituição, e treino frequente, de Gabinetes de Crise (em jogos de estratégia), quanto à cultura político-militar dos seus membros, e quanto à formulação de planos de contingência a actualizar e a testar com os próprios treinos frequentes dos Gabinetes de Crise, e com outros.

Por outro lado, a Defesa Nacional, pelas razões que atrás se apontaram, — aliás como as Relações Externas a que aquela precisa de estar intimamente ligada — necessita de decorrer duma Grande Estratégia Nacional, tida pelo conjunto dos objectivos Nacionais Permanentes (históricos e conjunturais) largamente consensuais, que precisam de ser identificados com a maior urgência. Por isso, se entendeu como adequado não ir mais além neste trabalho.

Referir-se-á por fim que o Poder Nacional, isto é, a capacidade do País para influenciar acontecimentos num sentido favorável ao seu Interesse, pode ser superior ao que tem sido ultimamente, por maior aproximação do seu Poder Efectivo ao que está teoricamente ao alcance do seu Potencial Estratégico. E isso passa não só por desenvolvimento económico, moral e cultural reforçador da preciosa individualidade nacional, como por uma Defesa Nacional de qualidade e credibilidade adequadas.

Referir-se-á por fim que liberdade, que é natural decorrência da Segurança, é bem precioso que, como a Saúde, só se lhe dá o devido valor quando perdida. Razão por que muitas nações que estavam submetidas na Velha

Ordem, e que estão vendo possibilidades de recuperar a sua liberdade na Nova, as estão aproveitando com entusiasmo, e até mesmo com sacrifício de vidas.

26 de Maio de 1992.

*Virgílio de Carvalho*

---

THE ROLE OF WESTERN EUROPEAN UNION  
AND THE ARCHITECTURE OF EUROPEAN SECURITY

---

*Horst Holthoff*



---

## THE ROLE OF WESTERN EUROPEAN UNION AND THE ARCHITECTURE OF EUROPEAN SECURITY (\*)

---

It is indeed a privilege to address this Fourth European Session of Advanced Defence Studies.

Since the first Session in November 1988, the aim has been to bring European security and defence questions to the attention of the personalities in all walks of life in our countries who hold positions of responsibility and are able to influence public opinion. By transcending frontiers and professional barriers, a highly productive formula has been found, conducive to intense debate. You will certainly agree that, in a new security environment characterized by the growing complexity of international affairs, the existence of the European Session of Advanced Defence Studies is still fully vindicated.

Under these circumstances it is not just a useful but also a necessary exercise to suspend everyday routine from time to time and reflect with colleagues on the rapidly evolving security landscape. We are grateful to our German hosts for the choice of the idyllic setting of Ebenhausen. The «Stiftung Wissenschaft und Politik» has amply proved that the closeness of the Bavarian Alps is conducive to fruitful debate on European security and defence issues.

Our Fourth European Session has special significance for two reasons: firstly, after the European revolutions and the Gulf conflict, the international environment is clearly still in flux. Topical issues like the situation in Central and Eastern Europe, arms control and disarmament, the architecture of European security and military and non-military risks for Europe are still high on the agenda and are duly reflected in the programme for our Working Group Sessions. Secondly, our Fourth European Session of Advanced Defence Studies is taking place only a few months after the Maastricht Summit. This Summit is, obviously, of special importance for WEU, whose development

---

(\*) Conferência proferida em 24 de Março de 1992 pelo Embaixador Horst Holthoff, Subsecretário-Geral da UEO, na Fourth European Session of Advanced Defence Studies, que teve lugar na Alemanha, em Ebenhausen/Dresden, no período de 23 a 26 de Março de 1992, e na qual o IDN se fez representar.

is closely linked with the inception and organization of the European Sessions of Advanced Defence Studies.

The dramatic political upheavals which have taken place inside and outside Europe since 1989 have indeed initiated a dynamic adaptation of existing European security structures to the new environment. The far-reaching Treaty on European Union will reshape Europe. Western European Union's role and place in the process of European integration and in the new European security order have now been defined. For WEU, the Maastricht summit marks the end of the reactivation stage, and the Organization is now entering a fully operational phase.

WEU's agenda has been set by the results of the Maastricht summit. Of obvious importance are issues related to new members, associate members and observers, as well as the Organization's relations with European Union and NATO. Maastricht gave a massive boost to earlier efforts aiming at a more operational role for WEU. In the new security environment, WEU's relations with the Central and Eastern European States clearly acquire crucial importance, as the Organization is making its own contribution to stability, security and peace on the European continent.

The Article of the Treaty on European Union relating to common foreign and security policy, as well as the two Declarations by the Western European Union member States on the occasion of the European Council meeting in Maastricht, define WEU's role as the defence component in the process of European integration and as the instrument for strengthening the European pillar of the Atlantic Alliance. The Treaty Article on common foreign and security policy sets the course for WEU's development by outlining a three-stage process. The first stage is already fully specified, as it unequivocally refers to Western European Union as «an integral part of the development» of the European Union and as the link between the European security and defence identity and the evolving Atlantic Alliance. In the second stage the aim is «the eventual framing» of a common European defence policy which — in a third stage — «might in time lead to a common defence». The conceptual and preparatory work for implementing the measures listed in the Declarations by the WEU member States on the strengthening of WEU's operational role and on the shaping of its relations with the European Union and the Atlantic Alliance started immediately after the Maastricht Summit.



It is in the nature of the relationship between the European Union and WEU that WEU membership must be open to the member States of the European Union. These States are therefore being invited to accede to WEU on conditions to be agreed in accordance with Article XI of the modified Brussels Treaty, or to become observers if they prefer. Simultaneously, invitations are being extended to other European member States of NATO to become associate members of WEU, so that they can participate fully in WEU's activities.

Independently of the ratification of the Treaty on European Union, WEU member States aim to conclude corresponding agreements by the end of this year with those States seeking full or associated WEU membership. Since the modified Brussels Treaty as it stands contains no provisions on associate membership, WEU member States need to define their own position first. I think the preparatory work done in this respect will be approved by Ministers at their next meeting, thus allowing discussions to start.

As regards the procedure, a broad consensus among WEU member States exists. In all likelihood, the Nine will adopt a Political Declaration on relations between WEU and the other European member States of the European Union or the Atlantic Alliance. Member States of the European Union accepting the invitation to accede to WEU would have to subscribe to the modified Brussels Treaty, its Protocols and associated texts, and the agreements concluded among the member States pursuant to the Treaty. They would have to undertake to develop WEU as the defence component of the European Union and as the means of strengthening the European pillar of the Atlantic Alliance, in keeping with the «Declaration on the role of WEU and its relations with the European Union and with the Atlantic Alliance».

Member States of the European Union which accept the invitation to become observers, although not being a party to the modified Brussels Treaty, could attend meetings of the WEU Council and be invited to meetings of working groups. However, under certain conditions attendance at Council meetings could be restricted to full members. Other European member States of the Atlantic Alliance which accept the invitation to become associate members of WEU, although not being a party to the modified Brussels Treaty, would generally be able to participate in Council meetings, meetings of subordinate bodies and other activities. Here again, under certain conditions, participation in these meetings and activities could be restricted to full mem-

bers. Associate members would have the right to speak but not to block a decision that has obtained the consensus of full members.

The approach adopted by Western European Union in its relations with Political Union and the Atlantic Alliance clearly conforms to the principle of «interlocking institutions». Needless to say, the respective networks of solidarity created by Articles V of the Brussels and the Washington Treaties are complementary and not in conflict, and thus cannot be invoked by any member State of both organizations independently of each other. The relationship between member States and associate member States will be governed by the principle of peaceful resolution of international disputes, in accordance with the obligations resulting from the modified Brussels Treaty, the North Atlantic Treaty and the United Nations Charter, as well as the commitments entered into under the terms of the Helsinki Final Act and the Paris Charter, and the other generally recognized principles and rules of international law.

Of crucial importance is the planned closer concertation of WEU member States within the Atlantic Alliance. As a result, Europeans will be able to make their voice heard in the Alliance more clearly than before. Efforts by WEU member States to create a European defence identity will also help to consolidate the European pillar of the Atlantic Alliance.

Cooperation between WEU and the Atlantic Alliance is in a spirit of mutual trust, respecting the principles of reciprocal transparency and complementarity. WEU can thus make a major contribution to the transatlantic partnership, as explicitly recognized by the North Atlantic Council meeting in Copenhagen, the NATO summit in Rome and the North Atlantic Council meeting in Brussels.

The key element of the Maastricht agreements in the field of security policy is the conclusion that WEU will form an integral part of the process of development of the European Union. At the European Union's request, WEU will formulate and implement the common defence policy in a too distant future.

Indeed, Maastricht opens up the prospect of a common European defence policy, which might in the longer run lead to a common European defence. The path to a European defence will be an evolutionary process, with Maastricht being only one of several stages, albeit a crucial one.

In WEU's relations with European Union, what matters now is to synchronize the dates and venues of meetings and to harmonize working methods. The establishment of close cooperation between the Council and

Secretariat-General of WEU, on the one hand, and the Council of the Union and General Secretariat of the Council on the other is envisaged.

Consideration is now being given to the possibility of harmonizing the sequence and duration of the respective Presidencies.

Given the prospect of being in Brussels and in accordance with the Declaration of the Nine in Maastricht, representation on the WEU Council should be such that the Council is able to exercise its functions continuously in pursuance of Article VIII of the modified Brussels Treaty. For this reason, and notwithstanding the sovereign freedom of decision of the member States, homogeneous representation on the Council is the goal.

To facilitate the strengthening of WEU's role, the Nine decided in Maastricht to transfer the seat of the WEU Council and Secretariat to Brussels. This is an expedient measure, as the move to Brussels will greatly ease close cooperation with the Council of the Union and General Secretariat of the Council as well as with the Secretariat-General of NATO. The practical arrangements for implementing this measure are currently under consideration. Preparations for the transfer are under way. The Belgian Government has offered a suitable building in the Belgian capital.

Given the prospects for European integration opened up by the Maastricht summit, WEU member States have decided to make the Organization more operational.

Even during its reactivation process, Western European Union has already assumed a growing operational role. In two Gulf crises, it has proved its ability to act. In contrast to NATO, WEU's field of action is not limited geographically. Under Article VIII of the modified Brussels Treaty, the WEU Council is explicitly called upon to consult with regard to any situation which may constitute a threat to security or to economic stability, "in whatever area this threat should arise". Thus WEU's competence is of real benefit to the Alliance as well, because it provides a framework for concerted action by Europeans and ad hoc cooperation between Europeans and their North American allies outside the North Atlantic Treaty area.

It is hardly surprising that initiatives by WEU member States in the run-up to the Maastricht summit — such as the Anglo-Italian Declaration of 4 October 1991 and the letter of the Federal Chancellor and the French President of 14 October 1991 — also stressed the question of enhancing WEU's operational role. Without such a role, WEU would hardly be in a position

to play a credible part as the defence component of the European Union and as the means of strengthening the European pillar of the Atlantic Alliance.

After Maastricht, cooperation among WEU member States will become more operational in the politico-military field and in the military field proper. The respective efforts can build on the progress already made in the run-up to Maastricht.

Prominently featured is cooperation among member States on space, where they can achieve significant results by pooling their resources. The crucial importance of intelligence in the Gulf conflict has demonstrated the value to European countries of acquiring an independent satellite observation system. Apart from crisis monitoring, such a system is equally useful for the verification of arms control agreements and for environmental monitoring.

The ad hoc Sub-Group on Space mandated by the WEU Council of Ministers has produced studies on the potential for medium — and long — term cooperation on a European Satellite observation system. A Study Management Team currently operating in Paris under the Italian chairmanship is about to commission a main system feasibility study by industry. This will serve as a basis for further decisions by Ministers.

The second track of our space cooperation has been to establish, with effect from 1 January 1992, a WEU Satellite Centre in Torrejon (Spain). It will at first concentrate on training European experts in the interpretation of satellite data. Later on it will become more operational, especially when it has access to Helios imagery.

A clear link exists between the cooperation of WEU member States on space and their cooperation on arms control. With the growing importance of arms control and verification in the new security environment, it is only logical for WEU to be increasingly used by member States as a forum for concertation and cooperation on verification. This has resulted in practical arrangements for cooperation within WEU on implementing the CFE Treaty verification regime.

Moreover, a set of rules for cooperation among multinational inspection teams under the verification regime laid down in the CFE Treaty has been approved and have been introduced as a contribution to NATO discussions. The search for cost-effective ways of implementing an "Open Skies" agreement remains high on the agenda. The possibility of cooperating with all CSCE member States is envisaged.

This concludes the "pre-Maastricht" phase. After Maastricht, the immediate priority is to strengthen WEU's operational role by examining and defining appropriate missions, structures and means, including those in the military field proper, covering in particular the following four fields:

- Firstly, a WEU planning cell. The WEU Defence Representatives Group, backed up by experts, is currently discussing draft terms of reference as well as the establishment table and manning.
- Secondly, closer military cooperation among WEU member States, notably in the fields of logistics, transport, training and strategic surveillance. The WEU Defence Representatives Group is currently discussing ways of enhancing military cooperation.
- Thirdly, meetings of WEU Chiefs of Defence Staff. In the wake of the adoption of the WEU Declaration, the Chiefs of Defense Staff of the WEU member countries met in Bonn on 27 January 1992 to consider the prospects for regular CHOD meetings, military units answerable to WEU and the creation of a WEU military planning cell. The next CHODs meeting is scheduled in May.
- Fourthly, military units answerable to WEU. The identification of such units, of which the Corps proposed by France and Germany will be one, is high and the agenda of the Council and its working groups.

Among the proposals to be "examined further" are enhanced cooperation on armaments with the aim of creating a European armaments agency and the development of the WEU Institute for Security Studies into a European Security and Defence Academy. WEU member States agree that arrangements for giving WEU a stronger operational role will be fully compatible with the military dispositions necessary to ensure the collective defence of all Allies.

In view of the radically altered environment in which European security policy has to be formulated and implemented, a great effort is being made to include the Central and Eastern European States in a pan-European peace order. The Charter of Paris marked the opening of a new era in Europe, an era of confidence and cooperation. It was in this spirit that the WEU Council of Ministers proposed to the new democracies that a dialogue be initiated. Together with a representative of the Presidency, the WEU Secretary-General

has undertaken fact-finding missions to Hungary, Czechoslovakia, Poland, Bulgaria and Romania, as well as to the three Baltic states.

Furthermore, since July 1991, special information links have been established among the Embassies of the five Central and Eastern European States and the WEU Secretariat-General, as well as between the Governments of those States and the respective Embassies of the WEU Presidency. These official links have been underpinned by related activities of the WEU Institute for Security Studies in Paris which has organized a seminar attended by high-level civil servants competent for politico-military questions from the Foreign and Defence Ministries of the WEU member States and from the five Central and Eastern European States. A further seminar will shortly take place in Budapest.

At its meeting in Bonn on 18 November 1991, the WEU Ministerial Council resolved to invite the Foreign and Defence Ministers of Bulgaria, Czechoslovakia, Hungary, Poland and Romania and the three Baltic States to a special meeting with the members of the Council at the beginning of May. This will provide an opportunity to discuss appropriate measures for further cooperation.

WEU is thus taking up the pan-European challenge to create a lasting order of peace and, through its active role in strengthening and consolidating cooperation with the Central and Eastern European States, is making its own contribution to stability, security and peace on the European continent. WEU's activities in this respect, as well as those being directed towards the same end by the Atlantic Alliance and the European Community, are both complementary and mutually supportive. Thus, these activities are entirely consistent with the essential requirement of "interlocking institutions".

Now that WEU's role and place have been defined, a new political dynamism has emerged, one that will lead to a speedy implementation of the WEU Maastricht Declarations. We must succeed in harnessing this dynamism to the full, so that WEU, together with European Union, NATO and the CSCE, can effectively contribute to the emergence and consolidation of a durable European security architecture.

*Horst Holthoff*

Ambassador  
Deputy Secretary-General  
Western European Union

---

EVOLUTION OF THE POLITICAL AND STRATEGIC  
SITUATION IN THE NORTH PACIFIC

---

*Michael C. Williams*





---

## EVOLUTION OF THE POLITICAL AND STRATEGIC SITUATION IN THE NORTH PACIFIC

---

Despite the end of the Cold War, the North Pacific Basin remains one of the world's potential flashpoints. A Korean proverb describes their country as a shrimp surrounded by four whales. Those whales are the United States, China, Japan and the Soviet Union/CIS whose interests overlap in the North Pacific. Add to the competing interests of these four powers the still unresolved conflict between the two Korean states and the possibility that North Korea might be developing nuclear weapons and the fragility of this region can be seen.

In Europe the end of the Second World War gave rise to a bipolar world the US/USSR, Capitalism/communism, EC/Comecon, Nato/Warsaw Pact. This division survived until the collapse of the Berlin Wall in 1989. In East Asia and the Pacific a different picture emerged from the end of World War II. In Asia the US was the victor of the war — an American victory gave rise to the Pacific becoming an American lake. Unlike Germany which was divided between the four western powers, Japan was occupied solely by the US. Japan itself lay in ruins, the victim of the first nuclear attack in history. China, nominally one of the victors of the war, was engulfed in civil war. Stalin's Russia had little real interest in the Far East. US dominance of the region was to last well into the 1960's and even 70's. Even today the US is the only superpower in the region, commanding an unrivalled combination of military, political, diplomatic and naval power.

Today the Pacific Basin is the third pillar of the world economy alongside Western Europe and northern America. Indeed many observers speculate that the next century will be the Pacific century after the European and American centuries. The economic growth of East Asia has not been confined to Japan and South Korea, but spread to the Asian NIC'S, ASEAN and China. Thailand and Malaysia are but just the latest examples. This phenomenal economic growth however has not been matched by the growth of regional associations such as the EC. In large part this is because of the continuing fear

of Japan. The contrast with post-war Germany is very marked here. ASEAN is the once exception to the absence of regional associations. After 1930 Japan sought a regional dominance through the Greater East Asia Coprosperity Sphere. The experience of that period has not been forgotten. That historical experience has been reinforced by fear of Japan's economic predominance in East Asia where it has long been the largest foreign investor and aid donor.

Japan's return to economic prominence coincided with the Korean War, a war which also witnessed the first real challenge to American hegemony in the region, which came not from the USSR, but from China.

Political stability and regional security have been the necessary underpinnings for the economic progress of East Asia for almost two decades. The end of the Vietnam War in 1975 and China's 'Open Door' policy since the later 1970's have made it possible for virtually all the countries of the region to prosper in an atmosphere of undisturbed peace. The success of ASEAN (the Association of Southeast Asian Nations), one of the few lasting regional associations in the Third World, has also made an important contribution to regional security. But by the late 1980's it was becoming increasingly clear that several unsettling factors posed a threat to the regional order and balance of power that had been taken for granted in previous years. The coincidence of these challenges to the regional order could prove profoundly unsettling in the 1990's.

The coming 100 years have frequently been dubbed 'the century of Asia' and 'the Pacific Century' by an America that now does more trade in the region than with western Europe. But if the Pacific Century is really to blossom, it is going to have to enjoy continued political stability and regional security. In the 1990's however the region will have to contend with several looming threats to its well-being. Amongst the new challenges to regional peace that can presently be identified are the decline of United States power in the region, the perceived threat seen by many nations in China's military modernisation and new internal hardline, the dangers of a militarily resurgent Japan, political instability and insurgency in the Philippines, and the strategic vulnerability of the ministates of the South Pacific. If this list were not long enough the region's three chronically intractable flashpoints — Korea, Taiwan and Cambodia not only remain, but in the case of Cambodia and Taiwan give all the appearance of becoming more serious problems in the nineties.

The Asia-Pacific region despite its much vaunted economic progress still contains many grave economic inequalities and problems that help to fuel

political instability and insecurity. Disparities of wealth and living standards between countries as diverse as Japan and Vietnam, Indonesia and Australia are far greater than those that prevail within Europe. There are economic problems, such as fear of domination by Japan, the major economic power in the region. This is keenly felt in Southeast Asia, but is also never far below the surface in Korea and China. When the Europeans began to fear the 'American Challenge' in the 1950's, they banded together in the European Community. East Asians have so far shown no inkling to do so to meet the 'Japanese Challenge'.

But the political and security differences between Europe and East Asia are even more marked and contribute to the greater likelihood of insecurity and instability. Whereas in Europe peace and order has prevailed since the end of the Second World War as result of the division of the continent into two security alliances, NATO and the Warsaw Pact, each overseen by one of the superpowers, in East Asia and the Pacific international relations are far more complex and unsettling. There are no multilateral security alliances and the interests of four major actors — the United States, Russia, Japan and China — converge and conflict with each other and those of a myriad of smaller states, most of them nonaligned. Unlike Europe, the whole history of the region in modern times has been punctuated by upheavals prompting major regional realignments — the Sino-Soviet split of 1960, Indonesia's major domestic and international volte-face in 1965-66, the Sino-American rapprochement of 1972 and the Sino-Soviet detente of 1989 being the most spectacular shifts. Similar dramatic political realignments are not only likely, but probable in the 90's.

For the first quarter of a century after the Second World War, the predominance of the United States in the Pacific/East Asia region was unquestioned. But by the 1970's three other major actors were making their presence felt in the regional stage. The Soviet Union, long preoccupied with the strategic threat it perceived in Europe, began to build up its forces in the Pacific. By the end of the decade its Far Eastern fleet based at Vladivostok was already the largest of its four naval fleets posing a challenge to the naval supremacy hitherto enjoyed by the United States. Despite its still limited military and diplomatic role, Japan was also fast becoming a regional power, if only because of its growing economic might. Just as dramatic was China's emergence from the isolation of the Cultural Revolution and its headlong rush into the 'four modernisations'.

The emergence by the 1980's of three other major regional actors besides the United States has inevitably complicated the international relations of the region. By the end of the 1980's a further complication was signalled by the growing financial pressures on the US itself to scale down its global commitment to international security. US pressure on Japan to increase its regional security role increased markedly. When, in April 1988 the US launched a major aid initiative to bail out the Philippines economy, it turned to Japan to act as the major donor. Mr. Gorbachev's visit to Peking in May last year, and the subsequent Sino-Soviet rapprochement has also introduced further uncertainties into the region's politics.

China's rapid military modernisation in the eighties also introduced a new potentially destabilising factor into the region's international relations. Not only has the reach of China's strategic rocket forces matched that of the super-powers, but its conventional forces are also extending their reach. The most remarkable development in this field has been the growth of China's navy. Little more than a coastal defense force until the 1970's, in less than ten years China had developed a blue-water force that was able to project military power at considerable distance from the Chinese mainland. This force was seen in action for the first time in March 1988 when Chinese naval units engaged Vietnamese forces in the disputed Spratly Islands in the South China Sea. Such gunboat diplomacy suggests that China is also developing the kind of forces that would be necessary for the more ambitious task on Taiwan if circumstances changed. With Hong Kong and Macao already set to return to China in the 1990's, Peking might well be tempted to undertake the final reunion of the Chinese motherland. Such a possibility would be enhanced if Taiwan indicated that it was going to ditch the ageing Kuomintang leadership and opt for full independence for the island. The consequences of such an action for regional security would be immense and would threaten to undermine the Sino-American rapprochement of the 1970's.

Another critical development in the late eighties, signalling further dramatic shifts in regional politics, was the Sino-Soviet summit of May 1989. The move is likely to have widespread implications for the region. In the shadow of the summit, two important political realignments took place with Indonesia announcing in February that it was normalising relations with China, severed since 1967, and Vietnam stating in March that it was withdrawing all its forces from Cambodia.

In the aftermath of the summit China's influence in the region is likely to grow. For decades the two superpowers have played 'the China card' against each other. After the summit, China's importance in the triangle will decline. Moreover, there has been a considerable reduction in tension along the Sino-Soviet border. For the first time in its forty years existence, China has achieved good relations with both the United States and the Soviet Union. Freed for the first time in its modern history of the constraints imposed by concern that one or other superpower might attack it, China is likely to emerge as an even more important power in Southeast Asia. This awakens considerable concern in the region, especially for Vietnam but also for several ASEAN countries including Indonesia and Malaysia. These countries have always feared that China would one day seek to exercise the same influence vis-a-vis Southeast Asia that the Soviet Union has traditionally enjoyed in Eastern Europe or the United States in central America.

Just as the European order in place since the end of the Second World War is in the process of breaking up, so less noticeably is East Asia's balance of power undergoing significant and far-reaching change. The collapse of Communism in Eastern Europe has yet to find any real reflection in the Stalinist regimes of China, Vietnam and North Korea although Mongolia, the world's second oldest communist state, looks set to move towards some form of pluralism in the near future.

But, as in Europe, the steady reduction in tensions between the United States and the Soviet Union, and the subsequent end of the Cold War, is resulting in a marked shift in the regional balance of power giving rise to fears amongst the smaller countries of East Asia that the superpowers are in the process of a disengagement from the region as radical as the departure of the European colonial powers after 1945. With no regional security alliances equivalent to NATO or the Warsaw Pact, the fear is real in Southeast Asia and Korea that disengagement by the Soviet Union and the United States could give rise the local big powers, China and Japan, seeking to establish their own regional hegemony.

*Michael C. Williams*  
Senior Commentator,  
BBC Far Eastern Service



---

## OS VALORES DA CIDADANIA

---

*Isabel Renaud*





---

## OS VALORES DA CIDADANIA

---

Há poucos meses tivemos a oportunidade de, com a Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, visitar Marrocos e descobrir uma parte do seu passado histórico. Como se sabe, Marrocos, país geograficamente vizinho, mas culturalmente muito distante de nós, não esconde o seu orgulho, quer do seu passado quer do seu presente. Se perguntarmos a um Marroquino o que é que ele pensa do seu país, podemos ter a certeza que nos vai cantar a beleza da vida em Marrocos. A compra de um jornal francês confirmou-nos imediatamente esta situação: ao glorioso passado dos não menos gloriosos sultões corresponde a ambição de um presente que não recua perante as despesas de prestígio, tais como o mausoléu de Muhmamed V ou a gigantesca mesquita de Hassan II, ainda em via de construção. E uma pergunta surge no nosso espírito: será preciso pertencer a um país relativamente pobre ou ainda, segundo os nossos critérios ocidentais, bastante atrasado, apesar do seu passado ancestral, para ter a consciência de ser cidadão de um grupo nacional de que se tem muito orgulho? Este breve exemplo sugere-nos investigar os motivos que podem estar por trás de uma crise do sentido da cidadania.

Hoje, sentimo-nos abertos ao mundo e no mundo. Ser cidadão do mundo, em vez de ser cidadão de tal ou tal país, não será uma tarefa mais dignificante? Qual o jovem, pelo menos em Portugal, que não gosta de passar por cima das fronteiras e de cantar as músicas americanas, de ouvir nos bares as músicas que poderíamos designar por assim dizer transnacionais? A difusão da cultura tornou-se internacional. Será que os padrões antigos que marcaram o sentimento de cidadania se perderam na standardização dos nossos comportamentos de consumidores e de produtores de bem-estar material? A abertura ao mundo parece assim implicar a standardização da cultura e a perda das raízes nacionais.

Um segundo factor parece militar contra o sentido de cidadania: em tempo de paz, não há risco de ver destruir-se o nosso país; por conseguinte, não parece necessário o dever de cuidar o que se mantém por si próprio. Pelo

contrário, uma atenção exageradamente dedicada à identidade parece dever provocar uma espécie de fecho sobre si dos membros da comunidade nacional. Assim como as forças armadas parecem inúteis em tempo de paz, do mesmo modo os valores que não são ameaçados não devem ser objecto de uma especial preocupação por parte dos seus detentores. Não é bem o medo explícito de um narcisismo isolador que encontramos aqui, mas a consciência implícita que, para abrir-se ao mundo, devemos integrar o que «os outros» têm.

Acrescentemos que os cidadãos de um pequeno país não devem ter pretensões de governar o mundo; espontaneamente, o «nacionalismo» é vivido, num país ocidentalizado de dimensões modestas, como combate anacrónico de retaguarda. Mesmo se é no estrangeiro que o Português tem mais orgulho de ser português, é também verdade que há muito tempo que os Portugueses normais abandonaram o sonho do império seiscentista. Será que temos de concluir que os valores da cidadania são por natureza evanescentes num pequeno país?

A ideia de base desta comunicação será que a crise do sentido de cidadania não é directamente compreensível, mas obriga a passar pela compreensão da *instituição* em geral e da crise que a instituição conhece hoje. Só deste modo se poderá medir a amplitude do sentido contemporâneo de cidadania a fim de esboçar uma tentativa de saída desta crise. Por outro lado, é impossível compreender o lugar e a importância da instituição sem se referir aos valores que lhe dão sentido e conteúdo. Já de modo puramente formal, a *instituição* apresenta-se-nos como a mediação entre o *valor* e a *cidadania* de tal modo que os nossos desenvolvimentos se farão em dois tempos ou momentos, o valor e, em seguida, a instituição com vista à ligação com a cidadania.

### 1. O valor e o agir

Muitos falam hoje de valor; talvez seja preciso acrescentar que se fala dele para evocar a crise que conhecem e para criticar o mundo da juventude, com o pretexto de que os jovens já não vivem os mesmos valores que antigamente. O tema da crise dos valores não nasceu nem hoje, nem ontem, pois sabe-se que a *Umwertung aller Werte*, a «inversão de todos os valores», já foi um dos temas privilegiados da reflexão de Nietzsche. O que quer que seja

da história deste conceito, verificamos que é muito difícil definir o *valor*. Agrupar-se-ão, por causa da facilidade do processo, as várias definições do valor em dois tipos, as que insistem no carácter *objectivo* do valor e as que sublinham a sua dimensão *subjectiva*.

Do ponto de vista *objectivo*, o valor é uma característica do bem, ou de um bem: é o bem que aparece como afectado com um outro peso que o torna desejável. Na medida em que o bem preexiste a toda a apreensão *subjectiva*, é então revestido de um selo de objectividade que confere ao valor a sua força, o seu impacte no sujeito. Mas mesmo nesta perspectiva é impossível cortar o *objectivo* do *subjectivo*: afirmando, com efeito, que o valor é um bem desejável, a dimensão de «desejabilidade» introduz na objectividade do bem uma ligação ao desejo do sujeito que se relaciona com ele, e, por conseguinte, à dimensão *subjectiva* do valor.

O segundo grupo de definições instala-se então na dimensão *subjectiva* dos valores, sublinhando que é o sujeito, com o seu desejo, a sua inteligência, a sua vontade, que faz com que o valor seja valor. Vale o que vale para mim. O valor está próximo da avaliação ou da valorização pela qual o sujeito confere valor a alguns objectos do mundo material ou a algumas atitudes, dimensões ou comportamentos da existência. Aqui também se vê sem dificuldade que não é possível aceitar somente uma dimensão puramente *subjectiva* deste valor. Isso significaria que o sujeito seria o único senhor do valor, na medida em que é somente por ele e para ele que as coisas, as atitudes, as acções ou os seres têm valor. Estamos aqui perante um excesso que o bom senso ou o senso comum recusa: se não é exacto dizer que as coisas ou os seres têm valor independentemente de nós, não é, com certeza, mais correcto afirmar que é somente por nós e para nós que estas coisas ou estes seres possuem um valor intrínseco.

Esta breve discursão é bastante importante, pois faz-nos compreender que o valor deve ser definido no cruzamento do *objectivo* e do *subjectivo*, isto é, no ponto de encontro entre o *bem* e o *sujeito* por quem e para quem o *bem* existe. A história do pensamento chegou também a opor facto e valor, como se o facto se nos impusesse do exterior, ao passo que o valor viria da nossa interioridade. Esta oposição retoma ou corta de perto a dissociação da objectividade e da *subjectividade* do valor. Mas mais importante que este duplo par de oposições existe o problema bem conhecido da Ética, que pergunta se os valores preexistem ao reconhecimento que os seres humanos fazem dele

ou se são criados pelo agir humano. Não iremos discutir esta questão de modo teórico, mas o simples enunciado do problema mostra-nos, na esteira das considerações precedentes, que se verifica uma ligação estreita entre o valor e o agir humano. Noutros termos, é em relação com o agir que o valor se descobre enquanto tal. É por isso que propomos esta muito simples definição do valor: *o valor é um conteúdo de motivação*. Para compreender esta afirmação, é preciso lembrar-se que todo o agir é especificamente humano, sensato na medida em que se apoia numa motivação. Pela motivação, o que vamos fazer ou projectamos fazer aparece-nos como desejável e, porque desejável, merece ser assumido como conteúdo concreto motivando a nossa acção.

O corolário desta abordagem é para nós importante: não há valor em si, independentemente do agir que o encerra. Entendamos correctamente que este agir não é necessariamente o meu, que é o de outras pessoas que não eu próprio. Mas se ninguém toma tal valor como conteúdo de motivação de um acto concreto, este valor, na verdade, deixa de existir. Se ninguém respeita o vizinho numa dada sociedade — situação felizmente pouco provável — o respeito do outro desaparece como valor, até que um ou mais homens o recrie ou descubra de novo. A ambiguidade introduz-se porém na nossa terminologia: recriar os valores é igualmente voltar a descobri-los. A «*re-descoberta*» parece significar que os valores preexistem à sua descoberta, ao passo que a «*recriação*» dos valores sublinha a iniciativa do sujeito. Todas as dificuldades do valor residem neste nó de sentido: é pelo acto criando o valor como valor que o sujeito se compreende como descobrindo o que ele não inventa, mas o que esperava ser assumido como conteúdo de motivação. Tal é a riqueza do conceito de valor: *o acto somente cria pelo facto de compreender-se como superado por aquilo mesmo que ele promove*: o valor. É por isso que podemos dizer conjuntamente que os homens são responsáveis pelo valor e pelos valores, os quais dominam no seu agir, e que, por outro lado, estes valores se impõem como o desejável que dá sentido ao nosso agir.

Destas considerações concluímos que, mesmo se os valores não perdem o seu sentido, eles podem ser perdidos na medida em que nenhuma acção, nenhum agir os assume como conteúdo efectivo de motivação. A *crise* dos valores significa que o que *motivava* o agir concreto de um grupo humano já não consegue motivar como anteriormente o agir, porque outros conteúdos de motivação se substituíram aos primeiros. Estes podem ser menos «*válidos*», terem menos valor, no sentido objectivo de um bem objectivo, mas tornam-se

mais «válidos» para o grupo humano que os recebe. Por exemplo, podia-se imaginar um modelo de sociedade que favoreça de modo tal os animais domésticos (pela criação de sociedades protectoras de animais, por campanhas publicitárias para não abandonar o cão durante as férias, etc.) que o valor da protecção dos animais seria predominante em relação ao valor da solidariedade entre humanos. Não se podia dizer então que a protecção dos animais não seria um valor, mas que, em relação com os valores da solidariedade, ele teria feito recuar estes últimos anos ou que se teria substituído aos valores da solidariedade intersubjectiva.

Mais que um aparecimento súbito ou desaparecimento inesperado, os valores conhecem momentos de fluxo ou de refluxo, momentos que não coincidem necessariamente, e muitas vezes de modo nenhum, em todas as sociedades na mesma altura. É por isso que aquilo a que se chama a *crise dos valores*, e que pode ser efectivamente tal, é muitas vezes a emergência de novos valores — às vezes menos ricos — 1) cujo estatuto ainda não foi reconhecido enquanto tal e 2) que abonam os valores que, até essa época, conheciam um equilíbrio estável. Quando falarmos dos valores da cidadania, a problemática não escapará a esta possibilidade de mutação, sem que, *a priori*, se possa dizer que a mudança significa um recuo nos valores ou a emergência de novas formas ou de novos conteúdos para os valores da cidadania.

## 2. A instituição e a cidadania

A ideia de instituição é aquela que se nos apresenta com mais nitidez para compreender a cidadania. A nossa tarefa será tripla, por um lado compreender brevemente o que é a instituição; em segundo lugar, mostrar a sua ligação com os valores e, finalmente, ver o modo como esta esclarece a problemática da cidadania.

A tese que propomos é a seguinte: a crise que a cidadania conhece hoje não é directamente uma recusa da pólis, uma vontade por assim dizer negativa de não pertencer ao Estado, mas sim a expressão de um mal-estar, pela impossibilidade e, muitas vezes, pelo fracasso no qual os nossos contemporâneos se encontram para fazerem coexistir as *relações interpessoais* com as *relações institucionais*. A mesma tese, enunciada em termos positivos, significará que a renovação dos valores da cidadania exige uma melhor compreensão e uma maior estimulação das relações entre relações interpessoais

e relações institucionais. É ao esclarecimento desta tese que fundamentalmente será dedicada a segunda parte da nossa comunicação.

Se os valores estão em crise hoje, também as instituições o estão. Por um lado podia-se dizer que, em todas as épocas, os homens tiveram a consciência mais ou menos nítida de uma crise dos valores e de uma crise das instituições; o conflito das gerações não é alheio a este sentimento. Mas talvez seja o *sucesso* das instituições responsável pela sua própria crise. Expliquemo-nos ouvindo Ricoeur definir a instituição (em *Soi-même comme un autre*, 1990).

«Por instituição entender-se-á a estrutura do viver-em-conjunto de uma comunidade histórica — povo, nação, região, etc. —, estrutura irredutível às relações interpessoais e contudo ligada a ela num sentido notável que a noção de distribuição (...) permitirá esclarecer». Para comentar esta definição procederemos em 6 etapas.

1) O problema inicial é conjuntamente muito simples e muitas vezes omitido: como passar de *muitos* para *todos*. As relações humanas determinaram o espaço de diálogo; *o dia do diálogo* implica que o movimento da palavra vai de um para o outro e que há sempre uma resposta possível a uma interpelação. Todas as modalidades efectivas vêm encerrar e colorir o diálogo intersubjectivo, desde a indiferença da coexistência até à amizade sólida e ao amor. Mas qualquer que seja a forma com a qual abrimos o diálogo aos outros, é-nos impossível manter um verdadeiro diálogo pessoal com toda a gente. Entre o grande número de pessoas com as quais podemos ter um relação mais ou menos pessoal e todos os outros há um salto que é impossível dar na simples base do diálogo intersubjectivo, mas como pertencemos todos a uma mesma pólis, a uma mesma comunidade de nação ou de estado, uma ligação instaura-se com todos os que não conhecemos pessoalmente, mas com os quais temos «algo em comum». *Negativamente*, compreendemos a instituição como encontrando-se no horizonte de todas as relações interpessoais, mas como impossível de atingir pela generalização dos diálogos como os outros, porque não nos é possível dialogar pessoalmente com todos. *Positivamente*, a Instituição coloca-nos em relação com todos os seus membros, em virtude da comum aceitação da regra da ordem, a qual preside à justiça. É por isso que a justiça — entendida filosoficamente e não como o exercício do poder judiciário, é a virtude por excelência das instituições. Não é difícil compreender então que a justiça depende conjuntamente da ética,

enquanto os membros da instituição se relacionam pessoalmente com esta, e da política, enquanto esta regulamenta a própria vida da instituição na sua relação com cada um dos seus membros assim como nas suas relações recíprocas. Uma comunidade nacional dada não é outra coisa senão a institucionalização das relações políticas. Deste ponto de vista, a cidadania é um valor institucional que, enquanto tal, se erige no solo da justiça, pois é a justiça que preside à ordem equilibrada na distribuição das funções, dos direitos e deveres. Mais fundamentalmente que esta ordem de direitos e deveres, a cidadania é o reconhecimento *a priori* do valor e da dignidade do outro — mesmo desconhecido pessoalmente — como membro de uma comunidade nacional. Compreendida mediante a instituição, a cidadania é a relação que se institui entre cada um e todos os outros com os quais se tem ou não uma relação pessoal. Ora, tal como todo o valor, este reconhecimento pode perder-se ou entrar num movimento de refluxo; é por isso que a cidadania, embora provenha da simples pertença a uma comunidade nacional, deve, como todos os valores, ser vivida, isto é, protegida e efectivamente exercida, sob pena de desmoronar-se ou de se reduzir a nada.

2) A instituição é o lugar de abertura ao *universal*. Mas há várias instituições, assim como há várias comunidades nacionais. Será que isso significa que há uma pluralidade de «universais», ou de valores universais? Encontramos de novo a primeira objecção do princípio, segundo a qual seria aparentemente mais fácil ser cidadão do mundo que ser cidadão de uma comunidade nacional. Mas a análise das instituições deve, ainda aqui, servir-nos de fio condutor. Não vivemos com efeito numa única instituição, mas num conjunto de instituições que se sobrepõem, se integram, se hierarquizam. A vida das instituições, sociais, económicas, jurídicas, culturais, religiosas, políticas, etc., ensina-nos uma coisa: é impossível abrimo-nos realmente ao *universal* das relações humanas senão através de um conjunto estruturado de instituições. É por isso que a abertura ao mundo inteiro não pode significar nem implicar a supressão das *instituições intermediárias*. É pelo respeito de cada ordem instituída que se vive a abertura ao universal.

A aplicação ao tema da cidadania parece-nos aqui exemplar: não é abolindo a relação de *pertença* a uma comunidade nacional que nos podemos abrir directamente à cidadania universal, mas, pelo contrário, é respeitando e aprofundando o valor da cidadania nacional. Noutros termos, é porque somos membros de uma comunidade nacional que podemos ser cidadãos do mundo; é porque vivemos a cidadania como relação a todos estes seres,

nossos concidadãos conhecidos ou não, que no horizonte da cidadania nacional se pode perfilar a relação à totalidade dos seres humanos além da nação. É no aprofundamento intensivo da particularidade vivida que descobrimos realmente a dignidade de ser homens, e isso não se realiza na relação imediata e impossível que, «por cima» dos valores da cidadania, queríamos hipoteticamente tomar como meio de abertura a todos os cidadãos do mundo. Esta ideia de *descobrir o valor universal mediante o aprofundamento dos valores de uma pertença particular e concreta* (o facto de sermos membros de uma comunidade nacional) é com certeza uma das verdades mais profundas, mas também mais complexas, da ética política.

3) Esta verdade que acabamos de enunciar conserva ainda um aspecto formal enquanto não se sublinha que os valores da cidadania não são puramente formais ou vazios de conteúdos. Na verdade, o que se preserva numa comunidade nacional é, como o refere a própria definição da instituição, a estrutura de um *querer viver em conjunto*. Este ramifica-se numa cultura determinada, numa ou em várias línguas, em costumes e tradições, na atenção privilegiada a alguns valores estáticos, religiosos, tecnológicos, etc. Afirmando que a abertura ao mundo não se faz senão pelo aprofundamento de um conjunto particular e limitado de valores, queremos dizer que é impossível abrir-se do mesmo modo a todos os valores e a todas as culturas sem uma inserção numa cultura de base, que, em geral, é a cultura da comunidade nacional à qual pertencemos. Noutros termos, os valores da cidadania não são puramente formais, mas é no respeito dos valores concretos da comunidade humana em que vivemos que se realiza a relação institucional com todos aqueles que, tal como tu e eu, pertencem à mesma comunidade nacional, à mesma Pólis. A pertença formal a uma comunidade nacional instituída — de que falámos no ponto precedente — enriquece-se agora com o que constitui o tecido vivo dos valores vividos de uma sociedade, nas suas qualidades psicológicas, morais, científicas, culturais, etc. A estes valores, a cidadania não vem substituir-se, nem trazer elementos de alteração, mas vem dar o selo do universal, isto é, vem inscrever neles uma relação explícita a todos os que não conheço pessoalmente, mas que têm em comum comigo a vivência dos mesmos valores.

4) A instituição é o lugar onde os valores se preservam, de modo não pessoal, por um lado, mas de um modo que implica as pessoas, por outro



lado. Não existe ali contradição, pois, quer-se dizer que a instituição, como lugar de preservação do valor, implica um agir determinado. Se nos lembramos o que afirmámos, na primeira parte, dos valores e das acções que os encarnam, poderíamos acrescentar que a instituição, entendida como lugar de preservação dos valores, não é possível se não segrega e fomenta um certo tipo de acções. (O carácter não pessoal do agir não quer dizer que a instituição precisa de um agir não pessoal, mas que não se trata de ninguém em particular; noutros termos, os valores da instituição dizem respeito a todos, que sejam, ou não, meus conhecidos.) Segue-se que o agir encarnando os valores da instituição tem como finalidade contribuir para o bem-viver ou bem-estar de seres humanos que, embora não membros das minhas relações interpessoais concretas, podem esperar de mim uma intervenção concreta ou uma acção precisa.

Deste ponto de vista, a cidadania tem as suas exigências e impõe igualmente um determinado tipo de acção. Em primeiro lugar, a preservação da própria existência da comunidade nacional enquanto entidade sociopolítica institucionalizada. Tudo o que respeita à protecção e à segurança interna e externa encontra aqui o seu enraizamento e a sua justificação. É por isso que pertence à própria justiça, enquanto virtude presidindo à ordem institucional da comunidade nacional, que sejam impostos aos cidadãos determinados comportamentos ou acções dirigidas para a preservação da existência da comunidade nacional. Em segundo lugar, a instituição é senhora do seu destino. É por isso que aqui também mutações podem apresentar-se, algumas favoráveis, outras desfavoráveis. Por exemplo, quando se trata, ao nível local, de escolher entre construção de um parque de estacionamento subterrâneo e, no mesmo lugar, a preservação de um sítio arqueológico importante que faz parte do passado cultural e, deste modo, da identidade de comunidade nacional, a escolha da construção do parque de estacionamento não é neutra em relação aos valores em que a cidadania se vive.

5) A nossa época caracteriza-se pela perda do sentido das instituições. As instituições subsistem, e talvez mais que nunca, mas o seu sentido já não é aparente, o que faz com que as relações pessoais (encontros, amizades, amor, educação) já não sejam compreendidas na sua ligação com as instituições. Mais ainda, verificamos que é quase *contra* as instituições que muitos jovens querem afirmar a dimensão pessoal da sua vida; muitos jovens recusam, por exemplo, o casamento civil; a educação, dir-se-á, realiza-se fora dos lugares

apropriados, escolas, universidades. O exército é considerado como alheio à vida de comunidade nacional, etc. O desafio da nossa época, correspondendo a esta lacuna, consiste em aproximar relações pessoais e relações institucionais, não para identificá-las — tarefa impossível e não desejável —, mas para articulá-las umas sobre as outras. Portanto, não é tanto o exército ou a escola que é ameaçada hoje de perder o seu sentido, mas é a ligação viva entre a vivência concreta dos indivíduos com os seus compromissos interpessoais, e a própria vida das instituições. Assim, *o primeiro valor da cidadania hoje consiste em fazer reconhecer a cidadania como valor*, isto é, como valor institucional que não deve necessariamente suscitar o entusiasmo afectivo do patriotismo de antigamente, mas que deve ser mais lucidamente reconhecido como valor insubstituível e imprescindível, vindo impedir as relações interpessoais de se fecharem num «gheto» ou mesmo de existirem. A cidadania é assim a presença da abertura possível no seio de todas as relações interpessoais.

### CONCLUSÃO

Em conclusão retomaremos as três perguntas que colocámos a título de introdução, começando pela última.

1) Não é exacto que os cidadãos de um pequeno país sejam mais ameaçados quanto à perda dos valores da cidadania. Poder-se-ia dizer, em sentido contrário, que é possível tecer mais ligações comuns ou comunitárias num pequeno país que num grande, na medida em que várias vezes (nem sempre) a lógica dos grandes conjuntos institucionais gera mais dificilmente uma acção comum.

2) Em segundo lugar, não é porque se vive em regime de paz que nada deve ser feito para preservar a existência da comunidade nacional. É, com efeito, graças a uma acção permanente que a sobrevivência da comunidade nacional deve ser assegurada. Esperar até que as ameaças surjam para ser capaz de responder-lhes induz uma atitude de espírito que reflecte precisamente um enfraquecimento na consciência das relações entre vida interpessoal e a vida institucional. Por isso mesmo não será supérfluo, a este respeito, pensar de novo, e ajudar a pensar de novo, o modo adequado de viver tais relações.

3) Na base das considerações anteriores percebemos igualmente que o melhor meio de tornar-se cidadão do mundo não é a aceitação não crítica de uma cultura internacional estandardizada, mas o duplo movimento, por um lado, de aprofundamento dos valores nacionais, e, por outro lado, de reconhecimento, graças à própria identidade cultural, das diferenças de que as outras culturas são as porta-vozes. Quanto mais formos alguém, na nossa identidade cultural, mais poderemos entrar com proveito no diálogo intercultural e abriremo-nos aos valores dos outros; isto quer dizer que é na base do aprofundamento da cidadania «nacional» que poderemos autenticamente tornarmo-nos cidadãos do mundo.

*Isabel Renaud*



---

OS TRÊS RRR, AS NOVAS FUNÇÕES E O FUTURO  
DAS FORÇAS ARMADAS

---

*Nuno Mira Vaz*



---

## OS TRÊS RRR, AS NOVAS FUNÇÕES E O FUTURO DAS FORÇAS ARMADAS

---

1. Toda a transformação social implica alterações mais ou menos drásticas dos valores dominantes e estes, por sua vez, influenciam fortemente os comportamentos individuais e colectivos.

Deve porém notar-se que esta influência tem vindo a desvanecer-se com o tempo. Nas sociedades primitivas podia detectar-se uma correspondência quase plena entre um quadro muito claro de valores e os comportamentos humanos, sendo as prevaricações sancionadas de forma expedita; mas à medida que as comunidades humanas se aproximam da sua configuração moderna, não são só os valores que mudam: atenua-se igualmente o grau de exigência do seu cumprimento, adoçam-se — ou, melhor dizendo, desvalorizam-se — as sanções para os prevaricadores e, nas sociedades consideradas mais evoluídas, o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais autoriza o cidadão não apenas a contestar esses valores mas até, onde a tolerância é mais extensa, a rejeitá-los. Foi este entendimento que levou recentemente o Supremo Tribunal dos EUA a considerar legítimo que um cidadão, em plena campanha eleitoral, tivesse queimado publicamente uma bandeira do país. Para os juízes, o acto de queimar um símbolo da identidade nacional não representa qualquer desrespeito à realidade representada.

A mudança pode atingir uma amplitude tal que transforme um sentimento como o nacionalismo, considerado indiscutível há cem anos, em alvo de fortes críticas: dos que recordam o aproveitamento que dele fez a Escola de Munique com base nas teorias de Ratzel, mas também dos que vêem nele um *provinicianismo* inibidor da consolidação dos grandes espaços geopolíticos no sistema internacional.

As próprias Instituições, naturalmente inclinadas à preservação de valores numa linha de continuidade evolutiva, e menos vulneráveis que os indivíduos ao apelo da mudança, não escapam ao assalto da modernidade: em certas ocasiões, a adaptação é a única via para a sobrevivência.

Não admira pois que as Forças Armadas como um todo, e os seus membros individualmente, cientes embora da inevitabilidade imperiosa da reforma interna, se mostrem reticentes em aceitar que o seu quadro de valores evolua no sentido da homogeneização com os valores da sociedade envolvente.

É certo que, quando em conflito com o poder, militares e civis têm privilegiado uma postura ética como suporte das reivindicações. Nisso, em boa verdade, não se diferenciam uns dos outros, revelando-se igualmente prontos a frisar que só buscam o prestígio da profissão e a consequente melhoria do serviço prestado, mesmo quando apenas reclamam aumentos salariais. Mas trata-se de uma convergência circunstancial; diversamente do que se passa com a sociedade no seu todo, a natureza do serviço prestado pelos militares implica a referência a um quadro de valores próprio, sem o qual a Instituição Militar carece verdadeiramente de sentido.

Esta constatação é essencial para um completo entendimento das relações civil-militar numa sociedade moderna, e não envolve qualquer tipo de valorização. As Forças Armadas não existem contra a sociedade ou apesar dela, mas sim em função dela. Logo, os valores por que se regem não podem sobrepor-se aos da comunidade, devendo pelo contrário subordinar-se-lhes.

A integração de valores, em muitos aspectos desejável, não deve contudo fazer-se com prejuízo das dissemelhanças; e a «profissão das armas» não deve ser considerada como mais um segmento do mercado de trabalho, ainda que diferenciado. As suas especificidades são de tal natureza que se torna indispensável pensá-la no contexto apropriado.

É verdade que os tempos são de mudança, e mudança acelerada. A formulação, hoje, duma política de defesa nacional e em especial da sua vertente militar, não só tem de ponderar elementos novos, como precisa de levar em conta a volatilidade que lhes anda associada. Se as conjunturas são precárias, esta é-o especialmente.

Mas a despeito da enorme «incerteza» que caracteriza a evolução da situação geral em variadíssimas áreas do globo, tem obtido aceitação generalizada em Portugal o enunciado governamental das grandes linhas de orientação da política de defesa nacional. As questões mais controversas relacionam-se com a concretização da componente militar dessa política — em particular no respeitante aos sistemas de armas e ao potencial humano que lhes confere substância — , a qual, infelizmente, tem sido objecto de algumas abordagens mais voluntaristas do que reflectidas.



Esta problemática foi valorizada pela guerra do Golfo e pelas conclusões que, tantas vezes precipitadamente, dela se extraíram. Na esteira das muito glosadas *lições do Golfo*, algumas soluções que um pouco por todo o lado foram imediatamente preconizadas com carácter de urgência e estatuto de indiscutibilidade motivaram medidas que, por falta de ponderação, podem vir a revelar-se decepcionantes.

É certo que apenas uma abordagem sistemática permite avaliar com rigor uma problemática tão recheada de interdependências; mas que isso não sirva de desculpa para se adiar uma reflexão, tornada urgente pela fluidez da situação e pela escassez dos recursos, sobre algumas das principais questões no âmbito nacional.

Quais são elas, qual parece ser o entendimento dos responsáveis portugueses acerca delas, e que tipo de reflexões devem ser feitas para minimizar os riscos de soluções inadequadas, é o que se pretende avaliar com o presente trabalho.

2. Ao nível da elaboração teórica não se conhecem discrepâncias significativas: as Forças Armadas têm como missão genérica assegurar a defesa militar do país contra qualquer agressão ou ameaça externa, pretendendo-se para o efeito que um elevado grau de preparação e profissionalismo dos seus servidores garanta elevados padrões de eficácia e eficiência.

Segundo afirmou o Ministro da Defesa Nacional durante o debate do Programa do Governo na Assembleia da República, «[...] o esforço na defesa militar deverá visar a constituição de forças mais reduzidas e mais eficientes, para que se assegure:

- a harmonização da nossa capacidade militar própria com a das alianças a que pertencemos;
- a operação, a manutenção e a sustentação dos meios existentes;
- a sua progressiva modernização;
- a satisfação dos compromissos internacionais assumidos».

No plano da concepção, pode também considerar-se pacífica a proposta do general Loureiro dos Santos relativamente ao que ele designa por *princípio da repartição do trabalho estratégico*. Este conceito não só se afigura adequado numa primeira abordagem, como expressa provavelmente o grau máximo de

empenhamento das potencialidades nacionais. Trata-se — tendo presente que Portugal é uma pequena potência sem capacidade autónoma para enfrentar ameaças com elevado grau de envolvimento militar — de definir com o maior rigor:

*[...] o mínimo que o País deve fazer em todas e em cada uma das áreas geográficas e funcionais; onde é imperativo nacional ir além do mínimo — se possível o máximo — e isso está ao nosso alcance; onde é admissível complementar as nossas tarefas estratégicas com a acção dos aliados a fim de serem executadas as tarefas necessárias. Ou seja: o que é essencial que sejamos nós a fazer e temos capacidade para efectuar; o que teremos de acordar com os nossos aliados [...] (1).*

Esta perspectiva refere-se obviamente a um instrumento vocacionado para agir em tempo de guerra e não em tempo de paz, pois os serviços prestados às Forças Armadas no apoio às populações têm carácter supletivo e não podem constituir fundamento para a sua existência. Ainda que se tenham generalizado os pontos de vista de uma boa parte da moderna sociologia americana, segundo os quais as Forças Armadas teriam hoje, como missão principal, evitar a guerra e não fazê-la, a verdade é que elas existem em função e por razões de guerra e não por necessidades de tempo de paz.

Portugal assumiria assim uma recusa firme de *islandização*, manifestando-se decidido a garantir, pelos seus meios, o máximo de soberania na área nacional, e contando com o apoio dos aliados para fazer frente às ameaças de grau mais elevado, que excederem as capacidades nacionais. Esta opção requer Forças Armadas aptas a salvaguardar os interesses vitais do país tanto no âmbito regional como no da aliança a que pertence: se é verdade que, para uma pequena nação, as dinâmicas regionais têm prevalência sobre as mundiais, não o é menos que a pertença a uma aliança implica corresponsabilização em espaços alargados.

Como diz o general Loureiro dos Santos, «[...] a concepção de defesa que interessa a Portugal é aquela que seja susceptível de dissuadir e fazer frente às possíveis ameaças e agressões no quadro regional e, simultaneamente, de participar no âmbito da defesa do bloco marítimo, mas nas condições em que sejam salvaguardados os interesses primários de Portugal» (2).

---

(1) In *Como Defender Portugal*, ed. IAEM, pp. 210 e 211.

(2) *Idem*, p. 138.

Mas aqui terminam provavelmente os consensos. E digo provavelmente porque ainda se mantêm imprecisos os contornos da Instituição Militar para que apontam as intenções anunciadas pelo governo; porque está por provar que as preferências dos Ramos em matéria de reequipamento possam ser integradas num único sistema militar coerente; porque não se sabe se o novo sistema de prestação do serviço militar vai garantir os níveis de pessoal, em quantidade e qualidade, necessários ao funcionamento do vector militar, designadamente quanto à sustentação e operação dos sistemas de armas; porque, verificando-se a circunstância de a elaboração teórica sobre o tema ter omitido, até à data, referências concretas às implicações financeiras, ninguém parece saber ao certo quanto dinheiro vai ser necessário para cada um dos programas; e porque, finalmente, subsistem discrepâncias sérias acerca da melhor configuração do vector militar, tendo em vista o cumprimento das missões que lhe incumbem.

3. O governo está empenhado — no uso do seu pleno direito, esclareça-se — em alterar o processo de nomeação de algumas chefias militares, por forma a *conferir ao Governo uma posição mais consentânea com a sua qualidade de entidade responsável pela definição da política de defesa nacional* (3).

Por outras palavras, o poder não concorda com as limitações impostas pela actual legislação. Esta, com efeito, determina, para a nomeação dos mais altos cargos militares, que o governo escolha um nome de entre os previamente seleccionados pelas estruturas militares.

Compreende-se a preocupação dos políticos e o seu desejo de livremente escolherem os responsáveis por um sector tão importante para a vida da comunidade. Compreende-se igualmente o ponto de vista segundo o qual a escolha dos altos responsáveis civis e militares deve obedecer a idênticos critérios, de natureza vincadamente política. Afinal, trava-se tão-só do exercício do poder por quem tem para o efeito a devida legitimidade. Mas as implicações de uma tal decisão — ainda que haja na sociedade um consenso acerca da necessidade de se controlar politicamente as Forças Armadas — devem ser ponderadas.

A primeira teoria normativa sobre as relações entre os militares e o poder foi apresentada por Samuel Huntington e é conhecida por *profissionalismo radical*: os políticos fixam os objectivos e os militares preocupam-se

---

(3) Ministro da Defesa Nacional, durante a discussão do Programa do Governo na Assembleia da República.

em alcançá-los sem se interessarem pelo seu valor intrínseco ou pelas suas consequências. Para o autor, é o modelo que melhor garante a efectiva subordinação e eficiência; mas há quem o critique, por favorecer a criação de um corpo profissional fechado, tendencialmente inclinado à defesa de valores corporativos.

A este modelo contrapõe Morris Janowitz o do *profissionalismo pragmático*, baseado na convicção de que o militar de alta patente que aconselha tecnicamente o executivo desempenha, quer se queira quer não, um papel político; conseqüentemente, se lhe cumpre manter uma atitude de neutralidade política, não pode ficar indiferente às consequências políticas dos seus actos. Também este modelo é objecto de crítica: se é verdade que visa uma maior integração dos militares na sociedade, através da homogeneização dos comportamentos, também fornece àqueles os instrumentos de intervenção política que o primeiro modelo não proporciona.

Qualquer que seja o modelo profissional, a dicotomia civil-militar esbate-se nas sociedades modernas e por consequência os modelos de carreira sofrem um processo de ajustamento, visível na perda de prestígio do perfil *heróico* e na valorização das aptidões tecnocráticas ou de gestão. Os últimos desenvolvimentos a nível mundial, bem como a crescente apropriação de valores «civis» por parte dos militares, parecem dar razão a Janowitz e, indirectamente, aos pontos de vista do governo. Mas não está demonstrado que a futura legislação sobre promoções sirva melhor os objectivos das Forças Armadas, os do governo e os da comunidade. Uma única coisa é certa: ao reservar para si a inteira responsabilidade no processo de nomeação dos oficiais para o desempenho de elevados cargos militares, o poder anuncia uma alteração dos critérios de escolha e incita os militares que almejam aqueles cargos a adoptar um «perfil» diferente do requerido até hoje, em função de uma escolha que era feita pelos seus pares.

Ao nível das carreiras, novas motivações vão nortear os comportamentos, e na escala dos valores militares a dimensão heróica perderá significado, enquanto que a importância crescente do binómio treino especializado/educação generalista vai conduzir ao topo da carreira um tipo diferente de oficial, moldado por uma estrutura organizacional e social das Forças Armadas que se aproximará dos padrões civis e com uma concepção pragmática das carreiras e das missões da Instituição.

Convém contudo ter presente que a capacidade de gestão que se reclama, e bem, para os altos cargos militares, se justifica em primeiro lugar por moti-

vos operacionais: se há tarefa complexa, capaz de entusiasmar o gestor mais evoluído, essa é certamente a de gerir a utilização dos meios, materiais e humanos, no campo de batalha. E melhor será, para as Forças Armadas e para a sociedade, que o general comandante e os subordinados que o aconselham saibam fazê-lo com proficiência.

Para que tal seja uma realidade, é indispensável, por um lado, proporcionar aos oficiais destinados aos altos postos um conjunto de conhecimentos teóricos relativos à gestão integrada (comportando as componentes terrestre, aérea e naval) do espaço, do tempo e dos meios em ambiente de guerra convencional; e, por outro, deve-se proporcionar-lhes a oportunidade de exercitar, em tempo de paz, o comando de grandes unidades de manobra.

O moderno teatro de operações é sempre, no mínimo, aeroterrestre, mas a peculiar configuração do território nacional avoluma as hipóteses de o alto comando militar se ver obrigado a conduzir operações combinadas dos três Ramos. Esta circunstância sugere a adopção de medidas cautelares, como sejam a institucionalização de um órgão que assegure a compatibilização dos materiais, a complementaridade dos sistemas de armas e a capacidade de ligação efectiva entre unidades e comandos dos diferentes Ramos; e exige, sem margem para dúvidas, oficiais com capacidade técnica e tática para rentabilizar os meios dos três Ramos em acções conjuntas.

Se dúvidas houvesse sobre estas questões, bastaria para desfazê-las recordar a invasão de Granada por forças dos EUA e a inconcebível falta de ligação entre unidades combatentes de diferentes ramos nos primeiros dois dias de operações; ou os erros trágicos da aviação americana ao bombardear blindados amigos durante a guerra do Golfo; ou ainda, noutro plano não menos importante para a problemática em apreço, a revelação de que o comportamento de boa parte da oficialidade americana durante a guerra do Vietname foi claramente marcado por preocupações típicas de «carreirismo profissional».

Em resumo: é indiscutível a competência do poder político para fixar os critérios de promoção dos oficiais generais; mas não é aceitável, em domínio tão melindroso, a menor ligeireza. Há que ter consciência de que as disposições legislativas anunciadas, fazendo apelo a um quadro de valores diverso do actual, darão origem ao aparecimento, nos altos postos, de oficiais generais com um perfil mais civilista, mais próximo do dos altos funcionários especializados na gestão de recursos, embora não necessariamente melhores ou

piores do que eles. Seja como for, em função dessa nova realidade, urge dotar aqueles oficiais com a capacidade técnico-táctica requerida pela complexa gestão dos recursos num moderno teatro de operações.

4. O desaparecimento da ameaça soviética veio reforçar o pendor generalizado para a redução das despesas militares.

Nos EUA espera-se que os gastos com a defesa passem de 6% em 1986 para 3,6% do PNB em 1995, envolvendo reduções de 25% dos efectivos totais, a desactivação de 6 das actuais 18 divisões do Exército, a passagem de 24 para 15 esquadras de voo da Força Aérea, a perda de 2 dos 14 porta-aviões da Marinha e o corte de 1 divisão (—) das actuais 3 divisões de Marines. O objectivo declarado consiste em cortar 6000 milhões de contos ao orçamento da defesa por volta de 1995, mesmo sabendo que o abandono do programa «B-2» põe em risco 40 000 postos de trabalho e que o cancelamento da construção do caça «F-22» (preço unitário estimado em 15 milhões de contos) impedirá a criação de 6000 postos de trabalho (4).

Na Grã-Bretanha, o Secretário da Defesa Tom King anunciou uma redução do orçamento da defesa de 6% em três anos, de 10% em cinco anos e de cerca de 20% em valores reais na passagem do século (5).

Em Itália também se procede a uma redução de 25 para 19 brigadas no Exército, à desactivação de 4 navios de superfície e de 3 submarinos e ao cancelamento da encomenda de 20 baterias de mísseis «Patriot» por indisponibilidade financeira (6).

Em Portugal, as intenções não estão quantificadas mas apontam no mesmo sentido:

*O reequipamento das Forças Armadas prosseguirá a um ritmo apropriado privilegiando o sistema de forças e tendo em conta a quantificação dos custos necessários à adequada operação e manutenção dos sistemas de armas e equipamentos a adquirir.*

*Assim o Governo apresentará à Assembleia da República a 2.ª Lei da Programação Militar e os respectivos programas de reequipamento e de infra-estruturas de acordo com a filosofia definida e tendo em*

(4) In U. S. News and World Report, de 14 de Outubro de 1991, pp. 23 a 31.

(5) In Défense Nationale, de Novembro de 1991, p. 52.

(6) Idem, p. 63.

*vista a operacionalidade e eficácia do sistema de forças de médio prazo já aprovado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional (7).*

O enunciado das intenções afigura-se cauteloso e ajustado à realidade nacional; mas deixa numa relativa penumbra as implicações resultantes das opções feitas pelos Ramos. Falar-se de aviação orgânica ou de mecanização da 1.ª BM1 como objectivos para o Exército, de capacidade de intercepção e de luta aérea para a Força Aérea e da renovação da frota de submersíveis para a Armada, é uma coisa. Outra é explorar, com um mínimo de rigor, o território da incerteza, tendo em vista minimizar as hipóteses de ocorrência de situações como as que marcaram a presença italiana na guerra do Golfo (8).

Tomemos, por exemplo, o projecto da compra de 20 aviões «F-16». Para além de inúmeras considerações de natureza técnica e tática, apenas ao alcance dos especialistas, há aspectos do âmbito do pessoal e financeiros susceptíveis de impressionar o cidadão comum, e a partir dos quais se pode estabelecer uma primeira aproximação à real magnitude dos problemas envolvidos.

(7) Como em (7).

(8) Marc Crépin, em artigo publicado na revista *Défense Nationale*, de Novembro de 1991, pp. 57 e 58, diz que «[...] A urgência da mudança [das Forças Armadas Italianas] tornou-se imperiosa aos olhos dos políticos italianos na sequência dos combates para a libertação do Kuwait... Com efeito, a mobilização dos Aliados e as diversas ofensivas vitoriosas contra o Iraque, para as quais contribuíram as forças italianas, começaram muito mal para Roma, com alguns passos em falso e um verdadeiro desaire.

O primeiro passo em falso ocorreu quando, tendo o governo decidido enviar forças terrestres para o Golfo, no Outono de 1990, o projecto se revelou irrealizável por razões técnicas; e o segundo quando o comandante do 20.º Grupo Naval em patrulha ao largo de Ormuz, um oficial competente e estimado, pediu para ser substituído no comando 10 dias passados sobre o início da operação *Tempestade no Deserto*. O oficial declarou recusar a eventualidade do combate.

O desaire, por fim, na segunda noite do ataque aéreo [...]. Passadas 30 horas sobre o começo da guerra aérea, os italianos ficarão estupefactos ao saber que nenhum dos seus 8 aviões «Tornado», que haviam deslocado de Al Dahfrah (EUA), [...] tinha cumprido com sucesso a missão de bombardeamento no Kuwait. Um incidente técnico obrigou um primeiro aparelho a regressar de urgência à base; os pilotos de outros 6 aparelhos não puderam ou não souberam proceder ao reabastecimento em voo das aeronaves; e o último aparelho foi abatido pela defesa antiaérea iraquiana perto de Kuwait City.

O paradoxo era consternador: a intervenção da única unidade [italiana] presente no teatro de operações, dotada com capacidades electrónicas e ópticas da última geração, revelara-se um fiasco. Sem esquecer o contributo negativo das condições meteorológicas desfavoráveis, a verdade é que a unidade foi vítima, ao que tudo leva a crer, de falta de treino do reabastecimento em voo [...].

a. Os problemas da área do pessoal são muito delicados e complexos, excedendo largamente o âmbito destas notas. Mas há aspectos que por si sós, independentemente de qualquernexo à restante problemática, dão a medida das dificuldades a vencer. O mais elementar bom senso recomenda aliás que, em certos domínios concretos, se assegure antecipadamente a existência ou a criação de condições mínimas de sucesso, antes de passar à concretização dos programas.

No que respeita aos pilotos da futura esquadra, em número de 30 (1,5 por avião), exige-se-lhes experiência e aptidão demonstrada em cerca de 500 horas de voo em avião de reacção (das quais uma parcela significativa em situação análoga à de «ambiente operacional») e o cumprimento de um mínimo de 180 horas de voo anuais; quanto aos mecânicos ao serviço da esquadra, serão cerca de 400 e altamente especializados.

Ainda que se desconheça em pormenor a realidade interna da Força Aérea, é forçoso ponderar estas circunstâncias num contexto marcado por reconhecidas limitações dos efectivos globais no que respeita a pilotos e a mecânicos; solicitações da aeronáutica comercial aos especialistas militares; necessidades da esquadra de «A-7», onde estão actualmente colocados os pilotos mais aptos; relutância crescente dos jovens face à vida militar.

b. A sustentação da futura esquadra depende, entre outros factores, de uma gestão racional dos sobressalentes e de uma adequada manutenção dos materiais.

O primeiro ponto obriga a optar, dada a tendência generalizada para substituir conjuntos em vez de peças isoladas, entre a constituição de grandes depósitos de *sparcs* e a montagem de uma cadeia de reabastecimento de resposta imediata, sob pena de não se atingir o nível de 70% de prontidão da frota requerido pelos padrões OTAN. Qualquer que seja a solução escolhida, vai exigir elevadas disponibilidades financeiras.

Quanto ao segundo aspecto, devem ponderar-se as dificuldades colocadas pela sofisticação do *software* do avião e do armamento, e a dificuldade em dispor de engenheiros e de mecânicos em quantidade e qualidade convenientes.

c. Relativamente à operacionalidade, abordam-se apenas muito sumariamente dois aspectos: o do armamento e o do sistema de comando e controlo.

Para lá dos quantitativos financeiros envolvidos (um míssil antinavio «Harpoon» custa cerca de 750 000 dólares), o guiamento destas armas é feito por radar activo e passivo e o seu sucesso depende ainda de uma correcta



manutenção do seu próprio motor e da carga explosiva, bem como do perfeito interface do seu computador com o computador de bordo. A inobservância de um conjunto muito rigoroso de medidas cautelares, que vão das condições de armazenamento à verificação periódica dos computadores e dos radares dos mísseis, arrasta uma perda de precisão que se agrava com o tempo e que pode transformar sistemas *stand off* em meras armas de utilização à vista.

Quando ao comando e controlo — muito dependente da entrada em funcionamento do projecto SICCAP (Sistema Integrado de Comando e Controlo Aéreo de Portugal) e da familiarização do piloto com a panóplia de bordo (*Head-up Display*, sistemas de guiamento dos mísseis, computadores e outros instrumentos relacionados com a gestão da guerra electrónica) —, constitui um dos mais difíceis requisitos para o sucesso de todo o programa «F-16» e é essencial para uma correcta utilização dos meios no moderno teatro de operações.

Provavelmente, nenhum cidadão informado terá dúvidas sobre a importância do último ponto. E os que tenham devem recordar-se das imagens televisivas dos ataques aéreos durante a operação Tempestade no Deserto e da complexidade que elas sugerem.

5. No actual ambiente de incerteza é muito arriscado antecipar o futuro, designadamente quanto às novas funções a atribuir às Forças Armadas. Não obstante, uma maioria de especialistas tende a considerar que as acções de *Peacekeeping* (manutenção da paz) e de *Constabulary* (policciamento) constituem já incumbência específica das Forças Armadas.

Na verdade, um pouco por todo o mundo, da Jugoslávia ao Camboja, do Líbano a Angola, reclama-se a presença de forças estrangeiras como forma de assegurar a paz entre beligerantes. Nuns sítios já estão em funções, interpondo-se entre facções rivais, noutros encontram-se a caminho; aqui têm mandato da ONU, ali acodem simplesmente a solicitação das partes desavindas. Em qualquer dos casos, a sua missão é a

*Prevenção, contenção, moderação e fim das hostilidades entre ou no seio dos estados, através de acções de mediação pela intervenção organizada e internacionalmente controlada de uma terceira parte, utilizando forças militares, de policia ou civis internacionais, para restabelecer e manter a paz [...] (°).*

---

(°) Na ausência de um conceito adoptado pela ONU, a International Peace Academy propôs este enunciado.

A questão é abordada pelo capitão-tenente Carlos Costa Ramos na revista *Nação e Defesa* n.º 59, pp. 103 a 134. O autor, após recordar que a responsabilidade primária de manutenção da paz e da segurança internacionais cabe ao Conselho de Segurança da ONU, tece algumas considerações pertinentes sobre a eventual participação de forças portuguesas em operações de manutenção da paz, assinalando designadamente os riscos que estas missões, sendo em substância militares, naturalmente comportam:

«[...] Apesar de se basearem no consentimento das partes e na renúncia ao uso da força, podem ocorrer fatalidades, de gravidade variável, com o pessoal envolvido e por causas não necessariamente resultantes do uso da força. Daqui decorrem problemas legais, sociais e financeiros para os quais será imperioso ter uma perspectiva de solução. Por outro lado, a operação pode falhar nos seus objectivos e vir a ser necessário retirar a força, em condições que, quer material quer politicamente, poderão ser bastante delicadas. A questão financeira é outra que se coloca. Apesar das operações mais recentes terem sido financiadas a partir do orçamento normal da ONU ou dos orçamentos suplementares para operações de manutenção da paz, existem casos em que as nações contribuintes não têm sido reembolsadas das despesas efectuadas com a operação.

Estas três ordens de problemas susceptíveis de ocorrer, fatalidades, fiasco de operação e desastre económico, necessitam de uma preparação da opinião pública que os permita ultrapassar sem que aquela levante qualquer problema de ordem interna [...]» <sup>(10)</sup>.

O autor levanta ainda duas importantes questões: a instrução específica dos observadores internacionais (normalmente oficiais superiores actuando isoladamente e em situações melindrosas que chegam a envolver risco de vida) e a conveniência de os efectivos das unidades destacadas serem, ao menos parcialmente, profissionalizados. Por fim, realça o facto de a curta duração das comissões (6 meses) colocar delicados problemas de gestão dos recursos humanos, cuja solução deve ser convenientemente ponderada.

---

<sup>(10)</sup> O ataque perpetrado em 7 de Janeiro do corrente ano por um caça sérvio contra dois helicópteros desarmados que transportavam observadores da CEE sobre território croata, e de que resultou a morte dos cinco ocupantes do aparelho, vem ilustrar de forma dramática a pertinência destas considerações.

Este último aspecto foi aliás objecto de uma curiosíssima análise por parte de David R. Segal, da Universidade de Maryland. A pesquisa procurava basicamente detectar se há alguma incompatibilidade entre uma forte orientação no sentido do combate activo e a incumbência de uma missão de manutenção da paz. Para o efeito, o sociólogo inquiriu 51 pára-quedistas americanos enviados para o Sinai como membros da Força Multinacional ou como observadores (esclareça-se que se tratava de soldados que se haviam declarado voluntários para diferentes acções de combate), comparando as suas declarações antes do empenhamento e passados três meses sobre a entrada em dispositivo. O questionário revelou que, «[...] embora muitos respondentes tivessem sido na verdade orientados para o combate, não existe qualquer relação entre a intensidade desta orientação e as atitudes dos soldados relativamente às missões de manutenção da paz. O que se verifica é que a missão é vista como uma missão normal para um pára-quedista, visto que um soldado profissional faz aquilo que lhe mandam [...]» <sup>(1)</sup>.

Todas estas questões devem evidentemente ser ponderadas nesta fase de transição para uma nova modalidade de prestação do serviço militar em Portugal. Em artigo publicado na *Nação e Defesa* n.º 55, pp. 77 a 95, tive oportunidade de chamar a atenção para um conjunto de aspectos a ter em conta por quem tem a responsabilidade das decisões. Outros há no entanto que não foram incluídos ou que, tendo-o sido, foram insuficientemente tratados no referido trabalho, muito especialmente os relacionados com a profissionalização das Forças Armadas e os destinados a iluminar as diferenças entre serviço militar «profissionalizado» e serviço militar «prolongado», e sobre os quais interessa reflectir.

E interessa reflecti-los hoje, quando certos conceitos não passaram ainda entre nós à fase de aplicação mas são já alvo de críticas contundentes, parcialmente sustentadas nos insucessos já verificados noutros países democráticos:

*«[...] Na verdade, ao falar de opção entre um SMO de 4 meses e um serviço voluntariamente mais prolongado, estamos no reino dos eufemismos. É óbvio que, nas actuais condições, nenhum jovem coloca a si próprio essa opção. Mesmo melhoradas as condições de prestação, mesmo com perspectivas de eventual enriquecimento profissional, mesmo*

---

<sup>(1)</sup> In *Journal of Political and Military Sociology*, 1985, vol. 13, pp. 167 a 181.

*com o espectro do desemprego, o número de jovens dispostos a prestar um serviço mais comprido, sem que isso se traduzisse em contrapartidas financeiras significativas e num mínimo de segurança no emprego, seria insuficiente para alimentar umas Forças Armadas cuja estrutura seguisse a actual filosofia [...]» (12).*

Marc Crépin, tendo tido conhecimento da forma como a juventude italiana respondeu às solicitações do serviço militar prolongado, escreveu na *Défense Nationale* de Novembro de 1991, pp. 64 e 65:

«[...] A profissionalização absoluta é considerada geralmente como uma utopia, parecendo que a única solução viável para elevar o grau de eficácia das tropas seria o voluntariado, e uma lei de Dezembro de 1986 previa o recurso a este sistema e autorizava o alistamento dum máximo de 56 000 voluntários, dos quais 34 000 para o Exército. Porém, passados 12 meses, o número de voluntários não ultrapassa os 10 000, presume-se que por falta de condições interessantes, sem contar que as previsões demográficas mais recentes indicam uma forte propensão para o abaixamento das taxas de natalidade [...]»

Mais adiante, o autor aborda questões de natureza financeira:

«[...] Esta redução do número de conscritos e a necessidade da sua substituição por voluntários em serviço de longa duração terão incidências financeiras não negligenciáveis. O soldo dum conscrito não ultrapassa os 630 francos (cerca de 15 contos) enquanto que, por exemplo, a instrução, durante um ano, de um atirador de carro de combate custa 272 000 francos (cerca de 6300 contos). Saliente-se ainda que esta especialização dificilmente lhe servirá no mercado de trabalho [...]»

Um estudo do Exército americano revelou, através de questionários específicos, que os motivos mais frequentes e mais determinantes para a decisão de os jovens americanos se alistarem ou decidirem prorrogar o período de serviço militar eram a percepção quanto à possibilidade de promoção, a real oportunidade desta e a qualidade das chefias e do treino. Em contrapartida, o estudo mostrou que «[...] os principais motivos de descontentamento dos soldados relativamente ao serviço militar eram a percepção de que o seu contributo

(12) Antunes, Dinis Ferreira, in «Fim de Semana», de *O Diário*, de 13 de Abril de 1990.

para a unidade não era considerado relevante, de que o trabalho que executavam não tinha qualidade técnica nem mérito absoluto e de que os superiores não tinham por eles a consideração que eles julgavam merecer. Justificam-se, portanto, acções destinadas a alterar estas percepções: a presença dos chefes junto das tropas; identificar e estruturar mais correctamente os requisitos das tarefas a desempenhar e proporcionar aos executantes treino apropriado; procurar averiguar qual deve ser o melhor contributo de cada soldado para o conjunto da unidade; auxiliar os soldados a resolver os problemas administrativos; construir uma imagem positiva da unidade entre todos os soldados; e reforçar o sentimento individual de pertença a uma unidade na qual cada membro dispõe de recompensa apropriada ao trabalho produzido, designadamente quanto a promoções [...]»<sup>(13)</sup>.

James Burk, que procedeu a um estudo na mesma área, concluiu que o nível dos salários e outras considerações ligadas à teoria do mercado não são tão importantes como se pensava (como motivações para o alistamento dos jovens nas Forças Armadas americanas). Quando a conscrição acabou, a seguir à guerra do Vietname, os incentivos económicos, bem como as oportunidades oferecidas pela carreira militar para a aquisição de requisitos técnicos e treino adequado à concorrência no mercado das ocupações civis, foram frequentemente apresentados como as grandes motivações do alistamento. Outros estudos relacionavam o crescimento da disponibilidade para servir nas Forças Armadas com o aumento do desemprego a nível nacional. Como quer que fosse, a opinião dominante era a de que os jovens se alistavam exclusivamente por interesse material.

Estudos subsequentes, revelando que os valores morais podem afectar grandemente a qualidade e a quantidade dos voluntários para servir nas Forças Armadas, puseram em causa a eficácia dos anúncios de recrutamento que enfatizam os benefícios económicos. Com efeito, afirma Burk, este tipo de apelos «[...] pode nunca vir a impressionar um certo número de jovens inclinados a alistar-se por motivos patrióticos [...], os quais se interrogarão sobre as reais diferenças entre serviço militar e serviço civil. É essencial, portanto, destacar o nexo entre o serviço militar e o serviço da Pátria.

O reforço do patriotismo deve constituir uma preocupação constante da Instituição Militar, tendo em vista estimular a motivação individual e de grupo,

---

(13) In *Journal of Political and Military Sociology*, 1991, vol. 18, pp. 130 e 131.

capazes de responder às dificuldades e incertezas postas pelo serviço militar. A possibilidade de os jovens se sentirem desiludidos, com a consequente erosão do patriotismo, é sugerida pelo facto de a motivação patriótica entre os alistados que aguardam incorporação ser superior à referida pelos que já se encontram ao serviço [...]» (14).

6. As mudanças anunciadas para as Forças Armadas portuguesas configuram um razoável empenho político e dão corpo a uma intenção de modernidade indispensável à afirmação da Instituição como instrumento credível duma política de defesa.

As questões que abordámos são relevantes para o futuro das Forças Armadas, e a capacidade que estas vierem a revelar no cumprimento das suas missões constitucionais dependerá inexoravelmente do modo como forem ultrapassados, com oportunidade e inteligência, os principais problemas.

Nisto, como em muitas outras áreas, não vamos à frente dos outros. Podemos, e devemos, beneficiar da experiência alheia, dos seus sucessos e fracassos.

Cabe, a todos, colaborar na busca de soluções que assegurem a Justiça e o Bem-Estar, sem prejuízo da Segurança, no espaço nacional e no da Aliança. Os custos financeiros, necessariamente elevados, devem ser assumidos com frontalidade e coerência pelos agentes envolvidos, exigindo-se igualmente, em nome da racionalidade económica e social, decisões sérias, tecnicamente correctas, compatíveis com a escassez dos recursos financeiros e com os objectivos visados, porque só há uma forma de transformar as intenções em acto: com sentido de responsabilidade.

*Nuno Mira Vaz*

Coronel

---

(14) *Idem*, 1984, vol. 12, pp. 229 a 241.

---

**ACTIVIDADES PROMOVIDAS PELO IDN**

---





---

## ACTIVIDADES PROMOVIDAS PELO IDN

---

### 1. SEMINÁRIO SOBRE O MÉDIO ORIENTE

Teve lugar neste Instituto, em 18 e 19 de Março do corrente ano, um seminário sob o tema *A Segurança no Mediterrâneo e Médio Oriente*.

A Sessão de Abertura foi presidida pelo Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa, Dr. Eugénio Ramos, e proferiu a *Alocação Inaugural* o Director do IDN, General Abel Cabral Couto.

O seminário foi organizado sob a forma de «PAINEL», seguido de debate, tendo sido os seguintes os conferencistas e os subtemas:

- a. Dr. Mohand Ou Ahmed Melbouci, Institut National d'Études Stratégiques, Argel.  
Dr. Félix Arteaga, Grupo d'Estudios Estratégicos e Internacionales, Madrid.  
Álvaro de Vasconcelos, Director do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa.  
— O Quadro Político e Estratégico.
- b. Dr. Marc Lavergne, Centre des Hautes Études sur l'Afrique et l'Asie Modernes, Paris.  
Dr. Francisco Henriques da Silva, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.  
— A Estabilidade Regional e as Condições Políticas, Económicas e Sociais.
- c. Brigadeiro Shlomo Gazit, Jaffee Center for Strategic Studies, Telavive.  
Dr. El Sayed Yassin, Arab Thought Forum, Amã.  
Embaixador Marc Bonnefous, Centre des Hautes Études sur l'Afrique et l'Asie Modernes, Paris.  
— Os Problemas da Segurança e Defesa.

Oportunamente será publicada uma edição especial da revista «Nação e Defesa» com as conferências proferidas neste seminário.

## 2. SEMANA DE ESTUDOS DE DEFESA

No âmbito das actividades programadas para 1992, o IDN organizou, em colaboração com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e com a Câmara Municipal de Vila Real, uma Semana de Estudos de Defesa que decorreu no período de 23 a 27 de Março do corrente ano, nas instalações da UTAD.

Presidiram às sessões de Abertura e de Enceramento o Reitor da UTAD, Professor Doutor J. Torres Pereira, e o Director do IDN, General Abel Cabral Couto.

Realizaram-se 15 sessões de conferências seguidas de debate, que incluíram os seguintes conferencistas e temas:

- a. General Abel Cabral Couto, Director do IDN.  
— Principais Problemas Conceptuais da Defesa Nacional.
- b. Brigadeiro François Martins, subdirector do IDN.  
— A Fenomenologia da Paz, da Guerra e dos Conflitos.
- c. General Abel Cabral Couto, Director do IDN.  
— Situação Estratégica Mundial.
- d. Dr. Teixeira dos Santos, UP.  
— Situação Económica e Financeira Mundial.
- e. Dr. Sousa Andrade, UC.  
— A Integração de Portugal no Mercado Comum.
- f. Prof. Doutor Carvalho Rodrigues, LNETI.  
— Ciência, Tecnologia, Investigação e Defesa Nacional.
- g. Engenheiro Tavares Moreira, UTAD.  
— A reforma da PAC e a Agricultura Portuguesa.
- h. Engenheiro Augusto Sardinha e Coronel Barros Adão.  
— Caracterização do Sector Florestal. Reconversão e Segurança.
- i. Dr. Rui Madaleno, AIP.  
— Características, Principais Potencialidades e Vulnerabilidades da Indústria Portuguesa.
- j. Engenheiro Eduardo Zúquete, Academia Militar.  
— O Sistema de Transportes e o Desenvolvimento e Coesão Nacional.

- k. Engenheiro Braga da Cruz, CCRN.  
— Desenvolvimento, Regionalização e Coesão Nacional.
- l. Dr. Félix Neto, UP.  
— Emigração, Coesão Nacional e a Projecção de Portugal no Mundo.
- m. Prof. Doutora Isabel Renaud, UC e UNL.  
Brigadeiro Lemos Pires, Assessor do IDN.  
— Juventude e Defesa Nacional.
- n. Brigadeiro Fonseca Cabrinha, EMGFA.  
— As Forças Armadas Portuguesas. Caracterização Geral, Missões e Perspectivas.
- o. Dr. Figueiredo Lopes, Secretário de Estado da Defesa Nacional.  
— Política Geral do Ministério da Defesa Nacional.

### 3. MESA-REDONDA

Realizou-se no IDN, em 31 de Março do corrente ano, uma mesa-redonda sob o tema Cidadania e Educação. As palavras de abertura foram proferidas pelo General Abel Cabral Couto, Director do IDN, e, no período de reflexão e debate conjunto, foi moderador o Professor Doutor Armando Marques Guedes.

Os seguintes conferencistas apresentaram os subtemas abaixo indicados:

- a. Doutor António Barreto, Doutorado pela Faculdade de Ciências Ciências Económicas e Sociais de Genebra.  
Dr. José Miguel Júdice, Advogado e Consultor de Empresas.  
— A Identidade Nacional e as Novas Architecturas Europeias.
- b. Prof. Doutora Isabel Renaud, Professora Catedrática das Universidades Nova de Lisboa e Católica Portuguesa.  
Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, Mestre em Ciências Jurídico-Económicas pela Universidade de Lisboa.  
— Os Valores da Cidadania.

### 4. IX JORNADAS CESEDEN-IN

No âmbito do programa de intercâmbio entre o Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional (CESEDEN) de Madrid e o IDN, tiveram

lugar em Cádiz, no período de 9 a 13 de Maio do corrente ano, sob o tema As Forças Armadas e as Sociedades em Mudança, as IX Jornadas CESEDEN-IDN.

A Delegação portuguesa foi presidida pelo General Abel Cabral Couto, Director do IDN, sendo coordenador o Coronel Tir. António d'Oliveira Baptista e Silva, Assessor do IDN.

Foram os seguintes os conferencistas e os subtemas tratados e debatidos:

a. General de Brigada Miguel Alonso Baquer, Secretário Permanente do IEEE, Madrid.

Capitão-de-Mar-e-Guerra António Neves de Bettencourt, Chefe da 1.ª Divisão do EMA, Lisboa.

— Grau de Profissionalização e Redução de Efectivos Militares.

b. Contra-Almirante Adolfo Baturone Santiago, Chefe da Divisão de Organização do EMA, Madrid.

Brigadeiro Mário Lemos Pires, Assessor do IDN.

— Novas Missões das Forças Armadas, Face à Distensão LESTE-OESTE.

c. Coronel Eugénio Jack Folla, Chefe da Secção OTAN do C. G. do Exército do Ar, Madrid.

Brigadeiro José Melo Ferreira Pinto, Comandante do Corpo de Tropas Pára-quedistas, Lisboa.

— As Unidades de Intervenção Rápida, nas Crises da Segurança Europeia.

## 5. SEMINÁRIO SOBRE A ÁFRICA AUSTRAL

Realizou-se no IDN, em 19 e 20 de Maio do corrente ano, um seminário sob o tema A Evolução da Situação na África Austral, organizado sob a forma de «PAINEL», seguido de debate, tendo sido os seguintes os conferencistas e os subtemas:

a. Dr. Jack Spence, Director de Estudos do Royal Institute of International Affairs, Londres.

Embaixador Peter Andersen Swanepoel, da República da África do Sul.

Engenheiro Miguel Anacoreta Correia, Parlamento Europeu.

— A Situação na África Austral: Perspectivas de Evolução Política e de Estabilidade.

- b. Dr. Paul Colliers, Director do Center for the Study of African Economics, Oxford.  
Dr. Marthinus Oliveira Van Schoor, da Universidade Portucalense.  
Senhor João Montoya, representante da CIP.  
— Uma visão Económico-Social da África Austral: Situação, Principais Problemas e Perspectivas de Evolução.
- c. Embaixador Rui Dias Míngas, da República Popular de Angola.  
Embaixadora Esperança Samuel Machavel, da República de Moçambique.  
Embaixador Andersen Guimarães, Director-Geral da Cooperação (MNE).  
— Perspectivas de Cooperação entre Portugal, Angola e Moçambique.

## 6. CURSO DE DEFESA NACIONAL DE 1992

A Cerimónia Solene de Enceramento do CDN91 teve lugar no Porto, no Quartel-General da Região Militar do Norte, em 12 de Junho do corrente ano, com a presença dos 49 auditores que concluíram o referido Curso.

Fizeram uso da palavra, durante a sessão, o General Abel Cabral Couto, Director do IDN, o Brigadeiro François Martins, Subdirector do IDN e Director do CDN92, o Dr. Mendo Henriques, em nome dos auditores, e, por fim, o Dr. Figueiredo Lopes, Secretário de Estado da Defesa Nacional, em representação de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Defesa Nacional.

## 7. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES ORGANIZADAS NO EXTERIOR

O Director do IDN ou assessores nomeados em sua representação participaram nas reuniões que a seguir se indicam, e onde se debateram problemas relacionados com a Segurança e a Defesa:

- a. XXI Conference of Commandants, que reuniu os Directores dos Institutos de Defesa da Aliança Atlântica, organizada pelo NATO Defense College, de Roma, em 2 e 3 de Abril do corrente ano, e na qual participou o General Abel Cabral Couto, Director do IDN.

- b. NATO Maritime Symposium — Sea Link 92, sob o tema NATO In Transition — Maritime Implications, realizada no período de 17 a 20 de Junho do corrente ano, no âmbito do SACLANT. Teve lugar na U. S. Naval Academy em Anápolis, Marilândia, e nela participou o Director do IDN, General Abel Cabral Couto.
- c. Eurogroup Lisboa-Seminar, organizado pelo MDN e que teve lugar em Lisboa, no período de 6 a 8 de Abril do corrente ano, sob o tema Europe — A New Era. O IDN fez-se representar pelo Assessor, Brigadeiro Arnaldo Medeiros Ferreira.
- d. Fourth European Session of Advanced Defense Studies, organizada no âmbito da UEO, pelo Instituto de Estudos Políticos e de Segurança Internacional (SWP), em Ebenhausen, na Alemanha, e que se realizou no período de 23 a 26 de Março do corrente ano. O IDN fez-se representar pelo Assessor, Comandante A. Baptista dos Santos.
- e. XV NATO Symposium, organizado pelo NATO Defense College, de Roma, em 6 e 7 de Abril do corrente ano, sob o tema Les Forces Armées dans une Communauté de Valeurs Communes. O IDN fez-se representar pelo Assessor, Coronel Nuno Mira Vaz.

---

## A DEFESA NO MUNDO

---

*Com a colaboração do ISNG*





---

## A DEFESA NO MUNDO

---

«SCIENCE ET VIE» (França), de Maio de 1992

Apesar da crise económica e com grande surpresa para os EUA, a Rússia acaba de experimentar, em 28 de Novembro de 1991, o motor que servirá os aviões espaciais do próximo século. Destinado a um míssil de cruzeiro, tenciona agora vendê-lo para fins comerciais. Lançado por um míssil superfície-ar, atingiu a velocidade Mach 6 a 25 km de altitude, percorrendo 180 km em 130 segundos. Na origem, o estatorreador foi uma invenção francesa (1913). Prosseguindo com as suas experiências, os russos esperam alcançar a velocidade Mach 10 a uma altitude de 35 km.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 16 de Maio de 1992

A Esquadra do Pacífico da CEI retirou todos os seus submarinos nucleares da base naval de Vladivostok. Esses 54 submarinos encontram-se agora na base de Petropavlovsk, na península de Kamchatka. O comando da esquadra passou para terra, sendo a ordem de batalha a seguinte:

- 20 SSBN.
- 90 SSGN/SSN/SSG/SSK.
- 45 grandes navios combatentes.
- 380 pequenos navios combatentes.
- 150 aviões de ataque.
- 10 aviões de reconhecimento.
- 80 helicópteros.
- 80 aviões de apoio.

Cerca de 20 navios foram abatidos (incluindo 1 submarino da classe INDIA, 1 da classe BRAVO e 10 FOXTROT). Devido à falta de combustível,

encontram-se no mar, com regularidade, menos de 12 grandes navios de superfície e 20 corvetas da classe TARANTUL II/III. Os navios mais poderosos da Esquadra do Pacífico são os porta-aviões MINSK e NOVOROSSISK, o couraçado FRUNZE, 3 cruzadores e 1 *destroyer* da classe UDALOY.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 18 de Abril de 1992

A Marinha Russa está a reforçar a sua capacidade ofensiva na península de Kola, substituindo um segundo regimento de bombardeiros Tu-16 BADGER por bombardeiros Tu-22 M BACKFIRE, desconhecendo-se se são da versão B ou C. Até agora havia apenas um regimento de aviões BACKFIRE baseado em Kola. Um regimento de bombardeiros BADGER G manter-se-á na região.

Fontes da NATO sugerem que os Tu-22M, agora a chegar a Kola, são provenientes da Ucrânia, tendo este país protestado contra a retirada, alegando que se tratava de bombardeiros convencionais, pelo que deveriam continuar a ser propriedade daquela República.

«DEFENSA» (Espanha), de Abril de 1992

Os recentes e drásticos cortes no orçamento da defesa de Espanha (30 000 milhões de pesetas em 1991) fizeram reduzir a capacidade operacional da Força Aérea a limites inadmissíveis: anularam a modernização dos aviões MIRAGE III e a reconversão dos P-3 ORION de patrulha marítima, tendo ainda paralisado o programa SIMCA (Sistema de Mando y Control Aereo).

Como consequência, a Força Aérea Espanhola perderá meia centena de aviões de caça e de ataque (25% dos efectivos) durante o actual semestre (aviões MIRAGE III e F-5). Por outro lado, o programa em curso para dotar a Força Aérea com um avião para o começo da próxima década, corre também perigo; trata-se do programa EFA (50 000 milhões de pesetas) destinado à aquisição de 84 aviões.

A paralisação do programa SIMCA está intimamente ligada à eficácia da rede de alcrta e controlo, actualmente em modernização.

*«PROCEEDINGS» (EUA), de Abril de 1992*

O futuro da Marinha Mercante dos EUA encontra-se em sérias dúvidas, uma vez que estão a desaparecer os últimos incentivos para operar os navios, sob a bandeira americana, sendo cada vez mais difícil justificar os investimentos em novos navios perante os accionistas.

As estimativas prevêem que o número de navios mercantes com bandeira americana baixe de 141 navios, em 1990, para apenas 30 navios, no ano 2005, operando virtualmente todos ao abrigo da lei JAT (Jones Act Trade), que obriga a que o comércio marítimo entre portos americanos, incluindo os dos Grandes Lagos, seja feito em navios com a bandeira americana e construídos nos EUA.

Por outro lado, toda a indústria de construção naval nos EUA encontra-se em liquidação. A construção de navios em estaleiros americanos custa quase o triplo e demora o dobro do tempo do que no estrangeiro. Assim, torna-se urgente uma discussão séria entre o Governo e todas as partes interessadas na Marinha Mercante. A situação é grave e exige uma acção imediata dos dirigentes.

*«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 9 de Maio de 1992*

A Marinha Britânica está a estudar uma opção nuclear táctica para os mísseis TRIDENT D 5, lançados pelos submarinos SSBN. Estes mísseis poderiam ser armados com ogivas nucleares tácticas, constituindo uma alternativa para a substituição das bombas nucleares WE 177 (dos anos 60), sobre as quais ainda não foi tomada uma decisão. Uma das hipóteses seria substituí-las por mísseis TASM, a serem lançados por aviões TORNADO GR1.

O estudo foi imposto pela necessidade de alargar o papel dos mísseis TRIDENT, visando apresentar uma solução mais económica do que a aquisição dos futuros aviões EFA (20 biliões de libras) e dos também dispendiosos mísseis TASM. Até agora a RAF tem controlado o dissuasor subestratégico do Reino Unido. Resta ver, agora, qual será a decisão final sobre a arma sucessora da bomba WE 177.

*«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 25 de Abril de 1992*

Em Junho de 1992, o Departamento da Defesa dos EUA vai apresentar um estudo sobre o efeito que as armas DEW (Directed Energy Weapon) pode-

riam ter tido contra os mísseis balísticos no conflito do Golfo. O estudo, denominado, DESERT FLASH, é financiado pela agência DNA (Defense Nuclear Agency), no âmbito do programa SDI.

Será feita uma comparação directa entre o míssil PATRIOT e um *laser* instalado num avião. As condições do terreno e de tempo teriam favorecido o emprego das armas DEW no Golfo. O estudo DESERT FLASH está a investigar três tipos de *laser*: DF/HF (Deuterium/Hydrogen Fluoride), COIL (Combined Oxygen Iodine Laser) e FEL (Free Electron Laser). Estes *lasers* operam a frequências diferentes e apresentam propriedades diferentes.

O estudo DESERT FLASH baseia-se na necessidade de os mísseis balísticos tácticos serem identificados e destruídos, pela rotura dos tanques de combustível, quando ainda se encontram na fase de ascensão do voo. Uma vez em órbita balística, é grande o perigo de fragmentos da ogiva ou do míssil se encaminharem para o alvo. Daí a necessidade de o destruir na sua fase inicial do voo.

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (Suíça), de Abril de 1992

Os EUA estão a reorganizar as suas operações de informações, numa tentativa para reflectir a nova ordem mundial. A mudança envolve o estabelecimento de duas novas organizações, incluindo a agência NIA (National Imagery Agency), bem como a redução do âmbito da CIA.

O Acto de Segurança Nacional de 1992 criou a nova posição de DNI (Director of National Intelligence) para actuar como principal conselheiro de informações do Presidente e como chefe da comunidade das informações. Será um civil, membro do Conselho de Segurança Nacional, mas sem direito a voto, sendo responsável pela preparação, submissão e execução de um único orçamento cobrindo todos os componentes do NFIP (National Foreign Intelligence Program). É também responsável por assegurar que todo o apoio coordenado das informações de todas as fontes seja fornecido ao Secretário da Defesa, ao presidente do JCS e aos comandos durante os períodos de crise ou de conflito.

O DNI terá dois subdirectores, nomeados pelo Presidente e confirmados pelo Senado, sendo um deles responsável pela comunidade das informações e outro pelas estimativas e análises das informações. O primeiro (general ou almirante) será responsável pela obtenção de informações HUMINT,

SIGINT e IMINT, pela operação do gabinete de apoio a crises e pela administração da comunidade das informações. O segundo ficará responsável pela produção de estimativas nacionais de informações, preparação do material de informações e gestão de actividades relacionadas com a colheita e exploração de informações de fontes abertas.

Aquele Acto também criou duas novas organizações: NIA e RSA (Reconnaissance Support Activities). O IMINT passou da CIA para a agência NIA. Sob a direcção do DNI, a CIA será de futuro responsável pela obtenção de informações HUMINT e pela execução de todas as operações encobertas autorizadas pelo Presidente.

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (Suíça), de Abril de 1992

Em contraste com as prévias estratégias de retaliação maciça e de resposta flexível, a nova estratégia da Aliança ainda não tem nome. No entanto poderá surgir uma denominação correspondente ao que o SACEUR chamou estratégia de resposta a crises, dando a ideia de que não estamos simplesmente prontos para uma defesa maciça contra um ataque maciço.

A nova estratégia da NATO dirige-se a um mundo em transição e de instabilidade. O seu objectivo é facilitar esta transição, evitar crises e dispor da capacidade para resolver qualquer crise que não possa ser evitada. Tal significa que em tempo de paz as forças devem ser capazes de dissuadir, de mostrar solidariedade (daí a razão das forças multinacionais), de proporcionar estabilidade e de evitar que as crises se declarem.

Se a estratégia de paz da NATO falhar, as suas forças deverão ser capazes de combater uma guerra moderna, de grande intensidade, tridimensional, multinacional e altamente móvel. A nova estratégia da NATO está agora a ser implantada em termos de estrutura de forças e de comando, de treino e de níveis de prontidão. O resultado será uma redução geral na dimensão das forças, de 20 a 30% na Região Central, de 25% na estrutura de comando e de 30% no programa de infra-estruturas em termos de *pipelines*, instalações, quartéis-generais e outras construções.

Ainda não foi decidida a localização dos novos comandos LANDCENT e AIRCENT. O futuro ARRC (ACE Rapid Reaction Corps) deverá ficar sediado na Alemanha, embora não tenha sido tomada a decisão final. Quanto

a ameaças, precisamos de esquecer a situação anterior e encarar a situação mundial como um todo, onde existem conflitos regionais, questões humanitárias, problemas de terrorismo, antigas questões históricas de natureza étnica e de ultranacionalismos. Além disso, mesmo depois das reduções impostas pela CFE, a Rússia continuará a dispor de cerca de 50 divisões e 6000 a 8000 carros de combate.

«NATO REVIEW» (NATO), de Abril de 1992

A CSCE (Conference on Security and Cooperation in Europe), com início em Helsínquia, há 20 anos, teve as suas origens nos anos 30, quando a União Soviética tentou estabelecer um sistema de segurança colectiva para a Europa. Porém, os aliados insistiram na prática dos direitos humanos, liberdade de movimentos e difusão de informações, pelo que a tentativa se gorou.

A Carta de Paris para uma Nova Europa, adoptada na reunião da CSCE em Novembro de 1990, contém o projecto de uma nova era de democracia, paz e unidade, ao propor novas estruturas e instituições no processo CSCE. Visa promover uma nova qualidade de diálogo político e de cooperação através da intensificação de consultas a todos os níveis. Aquela Carta criou o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e um Secretário sediado em Praga.

Com o desmembramento da URSS, o número de países participantes na CSCE aumentou de 35 para 51, tendo o Conselho de Ministros mostrado que estava determinado em desenvolver a capacidade da CSCE para a condução de crises e prevenção de conflitos, de acordo com a política da NATO. No entanto, a CSCE tem falhado nas tentativas para a suspensão dos combates na Jugoslávia.

Muito do debate acerca das funções da CSCE relaciona-se com a manutenção da paz, sendo porém necessário dispor de meios, tais como uma força militar, ou remeter esta função para a NATO ou WEU. A manutenção da paz pela CSCE não só significa uma nova ferramenta para a segurança, mas também um indício político visível da vontade dos países membros em reforçar a organização

*EXECUÇÃO GRÁFICA*

---

DO CEGRAF/Ex — RUA MARQUÊS DE FRONTEIRA — 1000 LISBOA

